

AMÉRICA SOCIALISTA

REVISTA TEÓRICA MARXISTA - Nº 11 - SETEMBRO 2017 - CORRENTE MARXISTA INTERNACIONAL

150 ANOS DE
O CAPITAL
PÁG. 04

RACISMO E LUTA
DE CLASSES
PÁG. 67

REVOLUÇÃO
ESPANHOLA
PÁG. 54



RÚSSIA 1917
VENEZUELA 2017

APRESENTAÇÃO

Nossos leitores têm em mãos uma revista América Socialista muito especial para os marxistas. Trata-se da segunda edição lançada

durante o ano do centenário da Revolução Russa. Em todo o mundo, este ano está sendo o palco de uma campanha para falsificar ou caluniar essa revolução. Nossa tarefa como Esquerda Marxista, Corrente Marxista Internacional (CMI), é defender o legado da Revolução Russa nas dezenas de países em que estamos presentes.

A Esquerda Marxista, seção brasileira da CMI, assumiu esse combate desde o primeiro dia de 2017. Em abril, realizamos uma Escola de Quadros que abordou a Revolução Russa de 1905, a Revolução Russa de 1917, as lições dos quatro primeiros congressos da 3ª Internacional (fundada em 1919) e a degeneração burocrática na União Soviética. Na oportunidade, lançamos a 10ª edição desta América Socialista, cuja capa e mais três artigos eram dedicados a resgatar lições e restabelecer fatos diante da confusão mundial reinante.

Durante este ano, nossos camaradas estão realizando debates públicos sobre esses assuntos em todas as cidades em que atuamos. Em julho, a CMI promoveu uma Escola Mundial, na Itália, que abordou um total de 13 assuntos envolvendo a Revolução Russa. Participaram mais de 300 revolucionários, de 25 países, incluindo camaradas brasileiros. Em nosso jornal Foice&Martelo e em nossa página web, temos produzido e reproduzido muito conteúdo sobre o centenário da Revolução Russa, que está disponível para todos os nossos leitores.

Em outubro deste ano, lançaremos em português um livro inédito de Leon Trotsky, interrompido pelo assassinato do autor. Trata-se de uma biografia inacabada de Joseph Stalin. Tratamos dessa obra, então disponível somente em inglês, na 9ª edição desta revista. A iniciativa editorial está sendo realizada por uma parceria da Editora Marxista e da Editora Movimento. O editor da obra em inglês, o galês Alan Woods, fará um giro de apresentações em várias cidades do Brasil no mês da tomada do poder pelos bolcheviques. Convidamos todos os nossos leitores a participarem desses eventos, e a adquirirem seus exemplares. Até o lançamento, podem ser feitas compras

munidas com uma teoria política capaz de armá-las para sua tarefa histórica de superação das condições deste regime.

A defesa das ideias do marxismo engloba também a defesa das verdadeiras ideias da Revolução Russa. Combatemos três campos principais nesse esforço. O mais evidente corresponde ao conjunto de forças que está abertamente em prol da ordem burguesa, representado pelos partidos, veículos de comunicação e intelectuais burgueses. Em suas análises, falsificam a história ou buscam encobri-la com uma capa moralista, que em última instância justifica o regime capitalista. Uma segunda ordem vem das organizações e dirigentes do proletariado que assumiram a

defesa deste sistema. Louvavam os acontecimentos de 1917, mas apontam sua necessidade como superada pela história, ou distorcem os princípios e análises dos bolcheviques, para justificar as suas práticas oportunistas e sem princípios. Um terceiro campo contra o qual

os marxistas precisam se posicionar é composto por uma constelação de organizações revolucionárias que se dizem marxistas. Essas, no entanto, incorporaram uma série de deformações de análise pequeno-burguesas que fazem com que não consigam interpretar os acontecimentos centenários, sacando conclusões incorretas ou aplicando-as erroneamente.

Em um exemplo vivo dessa defesa das ideias do marxismo, o artigo de Serge Goulart sobre a situação na Venezuela retoma os ensinamentos dos bolcheviques em 1917 frente ao governo de Alexander Kerensky diante do golpe contrarrevolucionário do general Lavr Kornilov. No mesmo ano em que inúmeras organizações de esquerda saúdam os revolucionários e seus feitos de cem anos atrás, são incapazes de incorporar as lições deixadas pelos mesmos. Em



Sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário

antecipadas e com desconto pelo site Vakinha Virtual, cujo link está disponível em nossa página web.

EM DEFESA DE OUTUBRO

Há outras iniciativas que estamos impulsionando, e algumas ainda iremos desenvolver este ano no Brasil. Todo esse esforço militante não se trata de um exercício acadêmico. Entendemos essa atenção e energia dedicadas como parte da preparação para nossa própria revolução brasileira e para as revoluções em curso ou que estão sendo gestadas por todo o mundo. Apenas restabelecendo os fatos e sacando as lições corretas das experiências históricas do proletariado, as atuais gerações estarão

1917 os bolcheviques diziam para apontar as armas contra Kornilov, apoiando-as nos ombros de Kerensky, mas mantendo-as nas mãos dos trabalhadores. Este ano uma série de revolucionários clamam, na Venezuela, da América Latina e do Brasil, pela derrubada imediata do governo de Nicolás Maduro, fazendo coro e ação com a iniciativa contrarrevolucionária da direita apoiada pelo imperialismo norte-americano.

Alex Minoru e Luiz Bicalho apresentam dois artigos nesta edição da revista como desdobramentos da Escola de Quadros realizada este ano no Brasil. O primeiro trata sobre os acontecimentos mais marcantes até a Revolução de Outubro de 1917, sacando algumas das principais conclusões desse processo. Já Luiz Bicalho retoma um combate que Vladimir Lenin desenvolveu desde antes de 1917, e que estará no centro de sua atividade no exílio e desde que desembarca na Estação Finlândia em 3 de abril: a construção de um novo partido internacional dos trabalhadores, a Internacional Comunista.

O CAPITAL COMO FAROL

Há uma profunda crise política do proletariado. Guiado pelos reformistas durante as últimas décadas, agora seus sentimentos e concepções passam novamente a serem afetados por uma crise econômica de proporções semelhantes àquela de 1929. Assistimos a uma polarização social mundial crescente. Entretanto, também constatamos uma fragilidade e um revisionismo gritantes das forças que se reivindicam da revolução.

A confusão impera por todo o lado. Por isso indicamos aos nossos leitores o artigo sobre os 150 anos de O Capital, escrito por David García Colín Carrillo e Ninnette Torres Ramírez. Trata-se de um estudo esclarecedor sobre as principais contribuições de Karl Marx à economia política, sintetizadas em sua obra-prima.

A leitura também será gratificante por possibilitar ao leitor a

compreensão das cíclicas crises econômicas de superprodução, como a que vivemos hoje. Temos certeza que o artigo dos dois camaradas contribui para armar os marxistas para o esclarecimento do proletariado sobre as origens dos problemas que presenciamos, e sobre a necessidade e os caminhos para superá-los.

UM OLHAR PARA O PASSADO

Em várias edições anteriores desta América Socialista, nossos leitores tiveram a oportunidade de conhecer a realidade atual da Espanha e o surgimento de um terremoto político chamado Podemos. A seção espanhola da CMI Lucha de Clases intervém nesse partido em defesa das ideias marxistas. Na edição que vocês têm em mãos, apresentamos duas contribuições históricas para compreender o desenvolvimento político desse país até os dias atuais.

Com o artigo de Serge Goulart sobre a Revolução Espanhola, os leitores são guiados por uma das mais intensas expressões dos conflitos políticos do século 20. Nesse episódio, estavam envolvidas praticamente todas as forças políticas que marcaram a época. Além disso, tratou-se de uma experiência repleta de lições sobre a luta do proletariado por sua emancipação. Serge retoma esse período como um guia para as novas gerações que desejam se aproximar do assunto. Da derrota dessa experiência revolucionária se determinou em certo grau o futuro da Europa e do mundo.

Já no artigo de David Rey aborda-se o surgimento do período de democracia burguesa atual da Espanha. Sua origem coincide com o fim do regime político surgido da derrota da Revolução Espanhola, a ditadura do general Franco. Nesse estudo, são mapeadas as forças políticas da época, suas contradições, os limites dos programas em disputa, as traições do PSOE e do PCE e como o Estado espanhol se formou sobre a base de uma fraude política.

Um terceiro artigo também envolve a Espanha, mas tem em seu objeto um significado mundial e que transcende o período histórico em que surge. Trata-se de uma retomada do contexto de origem da obra Guernica, de Pablo Picasso. David Rey não apenas frisa os aspectos históricos da pintura. Ele também combate as investidas burguesas de falsificar o que o quadro representa. Para isso, David ressalta seus símbolos, suas intenções e o significado político que carrega.

RACISMO E LUTA DE CLASSES

Uma outra contribuição ao debate das ideias marxistas nesta revista é trazida pelo Coordenador do Movimento Negro Socialista, Felipe Araujo. Como eixo, o artigo destaca a relação entre racismo e luta de classes, assinala como desde Karl Marx esses assuntos são trabalhados em sua relação dialética com o modo de produção capitalista, e frisa como a Revolução Russa de 1917 e um de seus frutos diretos, a Terceira Internacional, influenciaram nos debates sobre a questão negra e dos povos colonizados. Felipe também resgata parte da formulação de Leon Trotsky a respeito, e conclui ressaltando o combate dos revolucionários nos dias de hoje para acabar com o racismo e o capitalismo.

Há alguns anos, quando escrevamos a apresentação da 2ª edição desta América Socialista, dizíamos: “O número 2 da revista América Socialista se publica num momento em que internacionalmente se agudiza a crise do capitalismo e começa a dar sinais de que atingirá brevemente o Brasil”. Essas linhas foram escritas em maio de 2012. Quanta água não passou pelo moinho desde então! Uma revista teórica como esta tem um papel fundamental para defender a teoria revolucionária, analisar a realidade corretamente e, como defendeu Karl Marx, transformá-la.

Os bolcheviques fizeram isso há 100 anos. Vamos concluir sua obra!

Boa leitura!

Índice

- 04 **A 150 anos: A História de O Capital de Marx**
David García Colín Carrillo e Ninnette Torres Ramírez
- 38 **Venezuela: a contrarrevolução que avança e os meios de combatê-la**
Serge Goulart
- 41 **Revolução Russa: o ano de 1917**
Alex Minoru
- 46 **Terceira Internacional Comunista**
Luiz Bicalho
- 51 **80 anos de Guernica, uma obra prima da arte de todos os tempos**
David Rey
- 54 **Revolução e guerra civil na Espanha 1936-1939**
Serge Goulart
- 57 **1977-2017: 40 anos de “democracia” na Espanha – A história de uma grande fraude**
David Rey
- 67 **O marxismo e a luta contra o racismo**
Felipe Araujo

Contato com a Corrente Marxista Internacional (CMI) nas Américas

CANADÁ

Fightback
fightback@marxist.ca
www.marxist.ca

Québec
La Riposte
lariposte@marxiste.qc.ca

ESTADOS UNIDOS

Workers International League
www.socialistappeal.org

MÉXICO

La Izquierda Socialista
www.laizquierdasocialista.org
laizquierdasocialista.org@gmail.com
facebook.com/laizquierdasocialista

EL SALVADOR

Bloque Popular Juvenil
www.bloquepopularjuvenil.org
redaccion@bloquepopularjuvenil.org

REPÚBLICA DOMINICANA

cmi.dominicana@gmail.com

NICARÁGUA

vanguardiamarxistanicaraguense@gmail.com

HONDURAS

izquierdamarxista.hn@gmail.com

VENEZUELA

Lucha de Clases
www.luchadeclasses.org.ve
cmi.venezuela@gmail.com

COLÔMBIA

colombiamarxista@gmail.com

ARGENTINA

Corriente Socialista El Militante
www.argentina.elmilitante.org
elmilitante.argentina@gmail.com

BRASIL

Esquerda Marxista
www.marxismo.org.br
contato@marxismo.org.br
facebook.com/EsquerdaMarxista

INTERNACIONAL

www.marxist.com/es
contacto@marxist.com



A 150 anos: A História de O Capital de Marx

David García Colín Carrillo e Ninnette Torres Ramírez

“Marx é um Hegel economista, um Ricardo socialista”. (Lassalle).

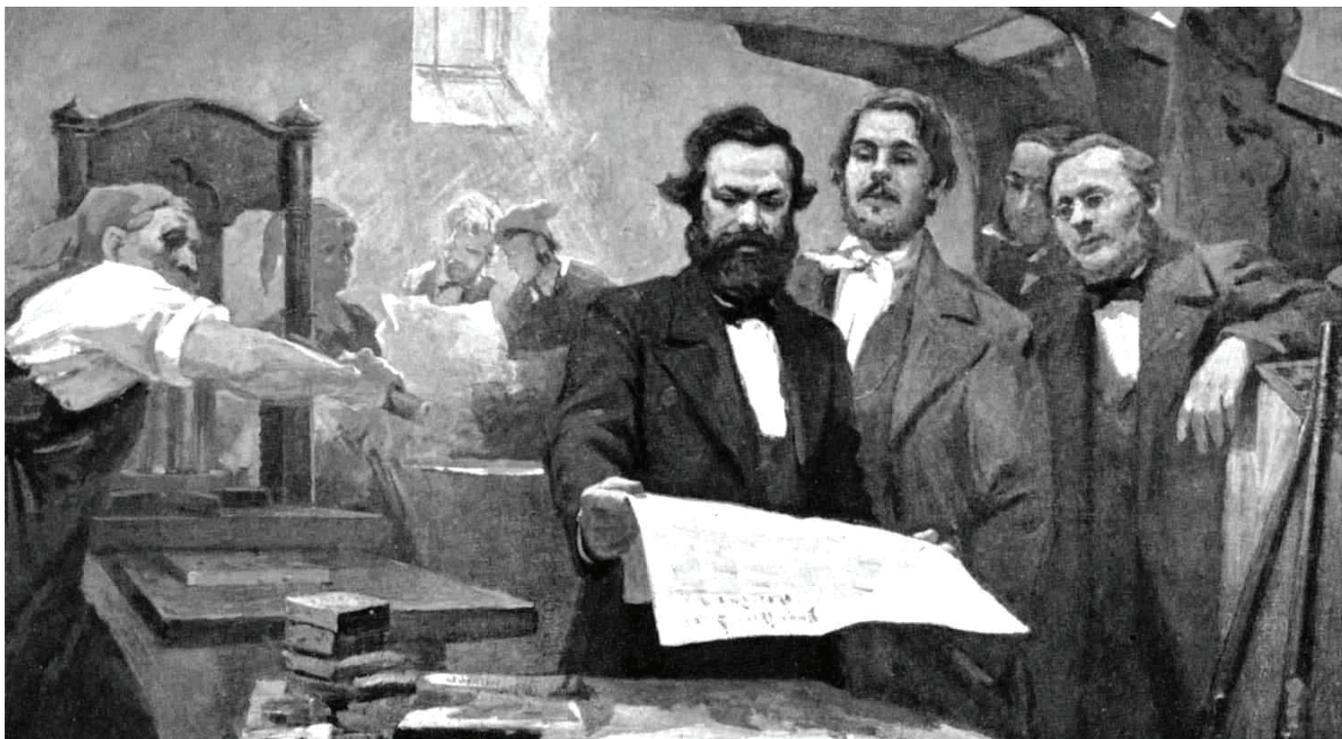
Este ano de 2017 assinala duas efemérides muito importantes para a história do movimento socialista, intimamente vinculadas: o centenário da Revolução Russa e os 150 anos da publicação do primeiro volume de O Capital. Estas comemorações – que a classe dominante tentará sepultar com distorções e mentiras – devem se tornar uma ocasião para se extrair todas as lições possíveis na luta contra o domínio do capital. Na Izquierda Socialista – seção mexicana da Corrente Marxista Internacional – celebraremos com a publicação de livros e materiais, e com um debate público entre os trabalhadores e a juventude. Necessitamos retomar as ideias de Marx, Engels, Lenine e Trotsky. Com este texto, preten-

demos colaborar com nosso grão de areia recuperando a história do desenvolvimento da teoria econômica Marxista, da luta teórica e política que levou à publicação do primeiro volume de O Capital.

Publicaremos um estudo das primeiras conclusões e dos trabalhos embrionários de Marx e Engels sobre a economia capitalista. Em seguida, repassaremos aquelas obras onde se expõe de forma relativamente madura suas conclusões sobre o desenvolvimento histórico – no que diz respeito à economia política – e de onde se orienta a rota para o descobrimento da mais-valia. Em terceiro lugar, exporemos o surgimento dos escritos da década dos anos 1850 e 1860, onde a economia política Marxista alcança

toda a sua plenitude e se desenvolve em todos os seus pormenores, processo esse que culmina com a publicação dos três volumes de O Capital. Finalizaremos com a exposição das ideias centrais da economia política marxista, explicaremos – ou tentaremos fazê-lo – os paradoxos da economia política clássica que Marx pôde resolver – isto é, as limitações da teoria ricardiana do valor – e fecharemos com algumas reflexões sobre o método dialético sem o qual Marx nunca teria podido desvendar os mistérios mais escondidos do modo de produção capitalista.

Nosso objetivo é que o leitor se anime a ler as fontes originais e se aprofunde nas ideias expostas. Não há melhor homenagem ao monu-



Marx e Engels editando a Nova Gazeta Renana

mental legado teórico de Marx que nos apropriarmos de suas ideias para nos organizarmos e transformar o mundo. Mas a aproximação direta às ideias econômicas de Marx implica na dificuldade de que *O Capital* – pelo menos para a maior parte dos trabalhadores que devem cumprir horários de trabalho extenuantes – não é uma obra acessível ou que se possa estudar sem um enorme esforço e tempo. O trabalhador pode realizar uma primeira aproximação lendo de Marx as obras “Salário, preço e lucro”, “Trabalho assalariado e capital” e o capítulo econômico do “Anti-Dühring” (escrito por Marx); de Engels, “Sinopse de *O Capital*”¹, a melhor síntese do primeiro volume; de Lenin, pode-se ler o artigo “Karl Marx”, que contém o que provavelmente seja o resumo mais conciso que existe sobre os temas fundamentais dos três volumes de *O Capital*; a seção da biografia clássica de Marx feita por Franz Mehring é razoavelmente boa; finalmente, “O pensamento vivo de Karl Marx”, de Trotsky, nos oferece uma brilhante exposição da teoria marxista.

Em 14 de setembro de 1867, publicavam-se na casa editorial “Verlag von Otto Meissner”, de Hamburgo, os primeiros mil exemplares da primeira edição do primeiro volume de “*O Capital*”. Era uma casa editorial democrática que costumava publicar textos escolares e livros sobre Medicina e História. Havia assinado um acordo nada lucrativo para Marx, que disse ao seu futuro genro, Paul Lafargue, que “o *Capital* não pagará sequer os cigarros que fumei escrevendo-o”². A mãe de Marx havia dito com amargura: “Ah, se Karl tivesse juntado capital em vez de somente escrever sobre ele”³.

Passaram-se quatro anos an-

tes que os mil exemplares fossem vendidos – Engels escreveu umas sete resenhas que tentou colocar na imprensa, muitas delas não se publicaram (textos que até a data continuam sendo uma excelente introdução às ideias centrais do primeiro volume). Em geral, os meios de comunicação burgueses responderam ao Volume I com uma conspiração de silêncio – igual à que havia acontecido com sua “Contribuição à Crítica da Economia Política”. Inclusive, passou-se algum tempo até que os próprios seguidores de Marx entendessem as implicações revolucionárias da obra. Por exemplo, Peter Fox, um sindicalista próximo a Marx que recebeu um exemplar enviado por este, disse que ao receber o livro “sentia-se como um homem que tivesse recebido um elefante e não soubesse o que fazer com ele”⁴. No entanto, com o auge revolucionário da Comuna de Paris, “*O Capital*” começou a ser difundido nos meios operários. Foi, para Marx, um enorme incentivo a recepção gradual de sua obra entre alguns ativistas e trabalhadores. Escreveu no prólogo da segunda edição: “Não poderia desejar melhor recompensa para o meu trabalho que a rápida compreensão que ‘*O Capital*’ encontrou entre amplos setores da classe trabalhadora alemã”⁵.

“*O Capital*” – junto ao “Manifesto do Partido Comunista” – é uma das obras mais importantes da história da humanidade. Trata-se de três volumes (quatro, se incluirmos o volume relativo à história das teorias da mais-valia) que explicam a origem, o desenvolvimento e o funcionamento da sociedade capitalista; que desvelam suas contradições, sua inevitável caducidade, suas crises iminentes e catástrofes; que demonstram o caráter explorador, opressivo, fe-

tichista e alienante desse sistema; mas, sobretudo, explicam como em seu seio se desenvolvem as condições para a sua superação revolucionária, a partir do papel que desempenha o proletariado nessas relações de produção.

“*O Capital*” constitui uma verdadeira “bomba atômica” para a burguesia, é a arma mais poderosa com que conta o proletariado na luta para sua própria emancipação. A burguesia jamais perdoará Marx por ter escrito seu epitáfio da forma mais contundente e, ao mesmo tempo, científica e artisticamente sublime. É por essa razão que a burguesia professa o ódio mais visceral contra o marxismo, uma histeria que é a confissão mais palpável de sua própria senilidade e bancarrota política e moral.

Os marxistas podemos admitir que não existe nenhuma outra obra teórica revolucionária – de qualquer corrente de esquerda (nem do reformismo, nem do anarquismo) – que faça a menor sombra a esse livro extraordinário que todo trabalhador e ativista que se preze deve ter como livro de cabeceira, uma vez que contém a teoria revolucionária sobre as contradições iminentes do capitalismo, suas leis de funcionamento e o papel que o proletariado desempenha e deve desempenhar na derrubada desse sistema monstruoso que deve morrer para que a humanidade possa viver.

O CAMINHO ATÉ O CAPITAL

“A riqueza nacional dos ingleses é muito grande, mas isso não impede que o povo inglês seja o mais pobre sob o Sol” (Engels, “Esboço de crítica da economia política”)

O caminho que levará Marx e Engels a descobrir o fundamento da exploração capitalista – a mais-

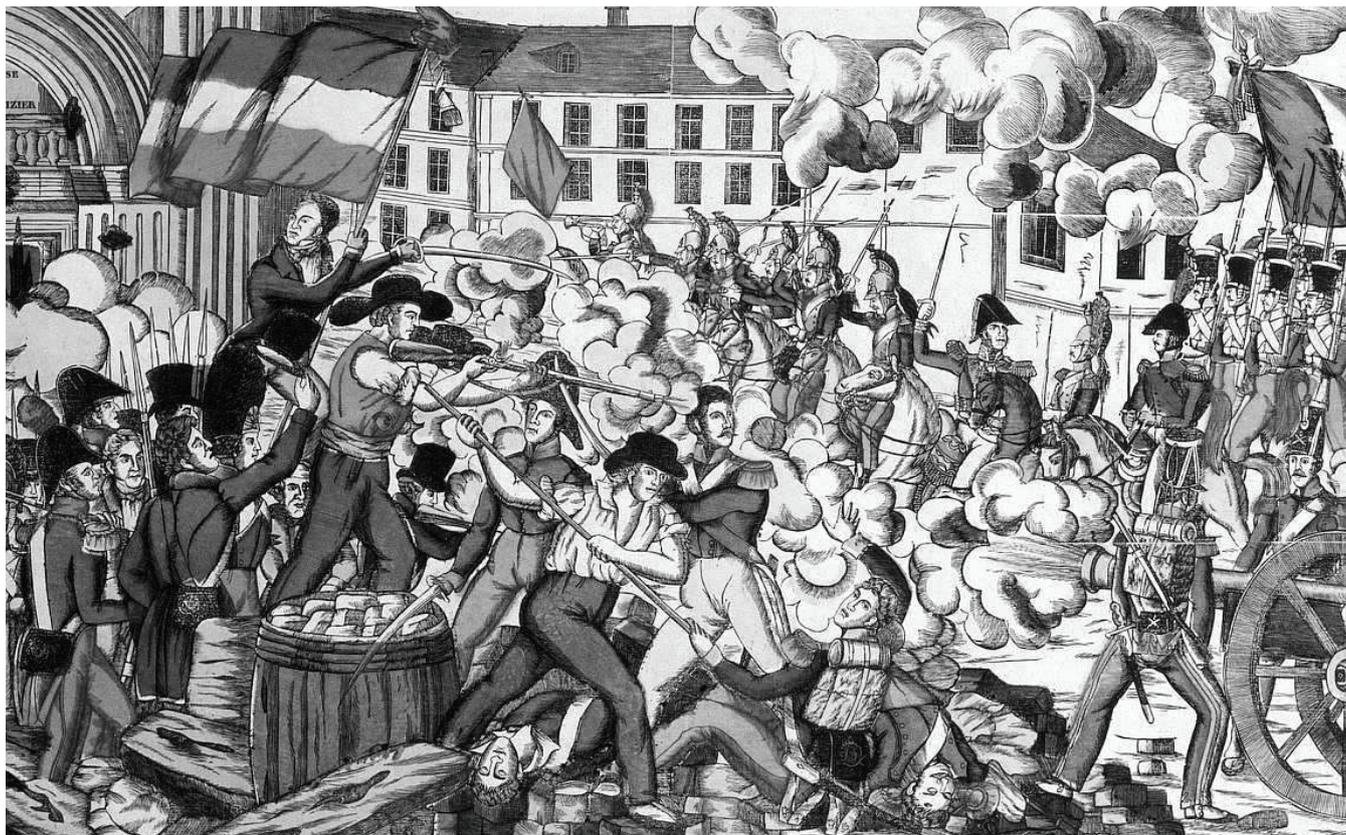
¹Engels, “Sinopse de *O Capital*”, em *Sobre O Capital*, Havana, Editorial de Ciências Sociais, 1975, pp. 71-155.

²McLellan, David; Marx, sua vida e suas ideias, Barcelona, Crítica, 1983, p. 390.

³Ibid. p. 410.

⁴Ibid. p. 407.

⁵ Marx, Posfácio à segunda edição de *O Capital*, Volume I, México, Fundo de Cultura Econômica, p. XVII.



Rebelião operária de Lyon, França, em 1834

valia – começa com o enfrentamento de ambos os pensadores às condições econômicas concretas nas quais descobrirão as limitações do idealismo hegeliano, ao mesmo tempo em que resgatam o método dialético, essencial para a elaboração de “O Capital”. Marx, como diretor do periódico democrático “A Gazeta Renana”, entrou em choque frontal com os interesses de classe dos latifundiários – que eram a classe mais influente dentro do regime prussiano –, que se confrontavam com os interesses de classe dos camponeses pobres, que se viam obrigados a roubar lenha para sobreviver. Esses foram os temas – junto com o debate entre protecionismo e livre-câmbio – de vários de seus primeiros artigos. Marx descobre que o ideal do Estado hegeliano – como suposta encarnação da ideia ética ou interesse geral – verifica-se na realidade como defesa do interesse privado. Engels, por seu lado, como testemunha de primeira li-

nha em Manchester, na fábrica de tecelagem de seu pai, mergulhou nos lúgubres bairros londrinos e coletou material para fundamentar as conclusões comunistas a que já havia chegado.

As condições históricas mais amplas também davam impulso a esse salto teórico revolucionário: a Revolução Industrial se impunha como um rolo compressor, revelando o peso das condições econômicas e dos interesses de classe na sociedade; na Inglaterra, surgia o primeiro movimento claramente político da classe trabalhadora moderna: o Cartismo; em Lyon, França, explode em 1831 o que se considera como a primeira insurreição operária da história (no caso, dos trabalhadores têxteis) e os teóricos do socialismo utópico (Owen, Saint Simon, Fourier) já haviam expressado, de forma confusa e imperfeita, os interesses do nascente proletariado. Como se fosse pouco, a Alemanha – onde a revolução burguesa, por sua posição de país

subdesenvolvido, era realizada na mente da intelectualidade – foi o berço da filosofia mais avançada e profunda.

Nestas condições, um dos aportes mais geniais dos fundadores do marxismo foi o de ter vinculado o fato objetivo da luta de classes moderna às conclusões mais avançadas da economia política burguesa, do socialismo francês e do brilhante método de Hegel. Tudo isso enquanto Marx e Engels participavam de forma ativa no movimento operário e radical de seu tempo.

ENGELS, ABRINDO A TRILHA PARA MARX

“Marx não se cansava de admirar a universalidade do saber de Engels e aquela maravilhosa elasticidade com que era capaz de passar facilmente de um tema a outro”
(Paul Lafargue)

“Vimos que, enquanto se mantiver de pé a propriedade privada, tudo tende, no fim das contas, para

a concorrência. Essa é a categoria fundamental do economista, sua filha predileta, a quem mimar e acariciar sem cessar, mas que se cuidem, pois por trás dela se esconde uma terrível cabeça de medusa” (Engels, “Esboço de crítica da economia política”)

Engels não só chegou antes de Marx a conclusões comunistas partindo de Hegel e dos utópicos – uma vez convertido ao comunismo por Moses Hess, que introduziu o comunismo nas terras alemãs –, como também foi o primeiro dos dois a fundamentar o comunismo a partir da crítica da economia política. Nos “Anais franco-alemães” – revista que Marx fundou depois da Gazeta Renana ser censurada – aparece, em 1844, um artigo de Engels – que recém ultrapassara os vinte anos de idade – intitulado “Esboço de uma crítica da Economia Política”⁶, que Marx classificou como genial. Nesta época, Marx “não sabia absolutamente nada de economia política” ou o que sabia era o que se podia extrair de Adam Smith ao ler Hegel. Foi esse artigo que motivou Marx a estudar a fundo os teóricos da economia política e a começar uma troca de cartas com Engels. Anos antes, em novembro de 1842, Marx tivera um primeiro encontro com Engels na redação da Gazeta Renana, mas esse encontro foi frio, talvez porque Marx considerasse Engels como um representante do “clube dos doutores” (hegelianos de esquerda) dos quais estava se distanciando, mas também devido à sua resistência final às ideias comunistas que Engels já professava naquele momento – Marx ainda era um democrata radical. Mas a troca de cartas os levará a unir seus destinos pelo restante de seus dias.

O “Esboço de uma crítica da Economia Política”, de Engels, foi o primeiro passo que levou à pu-

blicação de “O Capital”. Trata-se de um ensaio que demonstra um conhecimento muito profundo do funcionamento da indústria capitalista, graças à observação direta que Engels podia encontrar a partir do ângulo das fábricas têxteis de sua família. Nesse ensaio, Engels vê a propriedade privada como fundamento do comércio e, portanto, o comércio como um “roubo legalizado”. A concorrência de mercado – a luta de todos contra todos – é a consequência da propriedade. Embora de forma incorreta, Engels considerava que não existia outro valor além do preço que resulta da concorrência burguesa, sustentava, de forma correta, que o preço – ao nascer da existência da propriedade privada – devia desaparecer com esta, pelo que – diferentemente de Ricardo – considera que o valor de mercado é um produto histórico. Engels critica autores como Smith e Ricardo por suporem que a propriedade privada é a base eterna das relações humanas. A renda do capitalista e do latifundiário, assinala Engels, provém da exploração dos trabalhadores, a divisão da sociedade em explorados e exploradores expressa a separação entre possuidores e despossuídos, “se eliminarmos a propriedade privada”, diz Engels, “desaparecerão estas separações antinaturais”⁷.

Quiçá a parte mais brilhante do artigo são as reflexões sobre a relação dialética entre concorrência e monopólio. Os liberais – até os nossos dias – querem concorrência sem monopólio, mas é impossível rejeitar as consequências aferrando-se às causas. Os liberais – com sua forma rígida e superficial de pensar – não querem inteirar-se de que a concorrência capitalista pressupõe um monopólio: o da propriedade. “A concorrência (diz Engels) se apoia no proveito e o proveito volta a criar monopólio; em resu-

mo, a concorrência se transforma em monopólio. Por outro lado, o monopólio não pode deter o fluxo da concorrência; ainda mais, ele mesmo a origina, da mesma forma que proibir a importação ou elevar as tarifas aduaneiras dão lugar à concorrência no contrabando”⁸. A concorrência implica na irremediável concentração de riqueza, queixar-se disso – sem aspirar a liquidação da propriedade privada dos meios de produção – é o mesmo que se queixar do parto, pretendendo que o feto viva eternamente no ventre materno.

A partir da concorrência, Engels tenta explicar as crises econômicas – partindo (ainda sem penetrar nas causas) da impossibilidade de que a oferta e a demanda coincidam – e assinala – retomando as agudas reflexões de Fourier – que o capitalismo é o primeiro sistema em que de forma absurda os homens morrem de fome em meio à abundância. De forma brilhante, Engels adverte que a única forma de se superar as contradições do capitalismo é planificar a economia sob controle operário: “Se os produtores como tais soubessem de quanto necessitam os consumidores, se pudessem organizar a produção e distribuí-la entre eles, seriam impossíveis as oscilações da concorrência e sua gravitação em direção às crises”⁹. Finalmente, Engels critica as ideias reacionárias de Malthus – que tenta culpar as massas por sua própria miséria – assinalando que as forças produtivas da humanidade evoluem e, portanto, são potencialmente ilimitadas. A suposta fertilidade decrescente do solo – base da tese misantropa de Malthus segundo a qual a natureza não pode alimentar uma população crescente (idiotice que até hoje sustentam alguns “ecologistas” e pessoas que se consideram de esquerda) – “pode se elevar até

⁶Mandel, La formación del pensamiento económico de Marx, México, Siglo XXI Editores, 1877, p. 3.

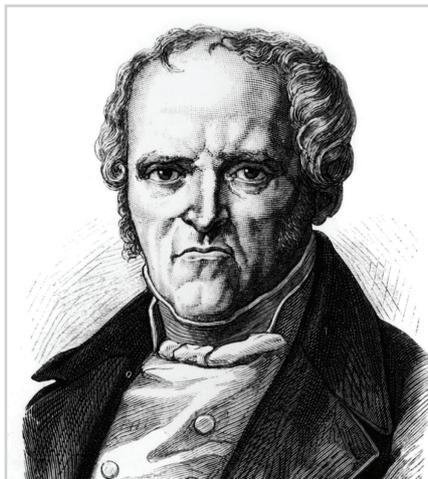
⁷“Esbozo de crítica de la economía política”, en Breves escritos económicos, México, Grijalbo, 1978, p. 20.

⁸Ibid. p. 21.

⁹Ibid. p. 22.

o infinito mediante a aplicação do capital, do trabalho e da ciência”¹⁰. O pensamento superficial vê na tecnologia uma ameaça – como se a tecnologia somente pudesse ser empregada no capitalismo – e na população mundial muitas bocas para alimentar, mas não os muitos braços capazes de produzir – inutilizados artificialmente pelo desemprego –, veem demasiados enfermos e não os poucos hospitais ou demasiados marginalizados e não as tão poucas escolas. Engels adverte que a superpopulação supõe a concentração da riqueza, a solução da contradição não é a eliminação da população “excedente”, mas a repartição da riqueza concentrada irracionalmente. A estupidéz de Malthus continua ainda hoje reverberando nas mentes dos mentecaptos.

Embora se ponha do lado do proletariado, Engels apela constantemente à superação dos interesses egoístas e pela adoção do “interesse humano”, sua condenação da propriedade privada tem fortes coloridos morais – próprios do comunismo pré-marxista – mas ressalta o esforço de Engels para fundamentar cientificamente o comunismo para além do sentimentalismo. Engels acerta em assinalar as contradições da economia política – por exemplo a discrepância entre o preço e o valor real da mercadoria – mas ainda não logra desfazer o “nó górdio” e argumenta – de forma incorreta – que o preço – inseparável do valor de uso – é o único valor real da mercadoria. Sustenta que o preço é igual ao custo de produção no marco da concorrência de mercado, supor um custo diferente é cair na metafísica – assinala equivocadamente. Engels ainda não distingue custo de produção, trabalho e força de trabalho.



O socialista utópico Charles Fourier

Mas Engels assinala o caminho que tanto ele quanto Marx percorrerão revolucionando a economia política, traça o ponto de partida correto para resolver as contradições que ainda não lograva resolver e o tenta fazer com um critério dialético que adianta muito do que Marx escreverá em seus “Manuscritos econômico-filosóficos”: “[...] à economia não lhe passou pela mente parar-se para perguntar pela razão de ser da propriedade privada”¹¹.

Quem ler este brilhante ensaio não pode evitar a conclusão de que estamos ante um prelúdio dos estudos de Marx sobre o capital. O jovem Engels que escreve estas linhas já ultrapassa os clássicos ao criticar a base de classe da economia e, com um acerado fio dialético, sublinha a necessidade de expropriar a burguesia e reorganizar a sociedade sobre novas bases, mas ainda fica atrás quanto à compreensão científica da teoria do valor.

MARK E ENGELS UNEM SEUS DESTINOS POLÍTICOS

Em agosto de 1844, Engels visita Paris e permanece com Marx

durante dez dias. Esse segundo encontro foi transcendental para a história do pensamento e do movimento operário. “Seu histórico encontro com Marx aconteceu em 28 de agosto no Café Régence, um dos mais famosos cafés parisienses da época e que, entre os seus clientes, havia contado com Voltaire, Benjamin Franklin, Diderot, Grimm, Louis Napoléon, Sainte-Beuve e Muset. Sua longa conversa inicial os persuadiu a passar juntos os dez dias seguintes na Rua Vaneau”¹².

Ambas as mentes geniais discutem suas conclusões comuns, solidificando uma amizade única construída sobre a base de granito da teoria e da ação revolucionária conjunta. Lenin escreveu assim a respeito: “As lendas da antiguidade nos demonstram diversos exemplos de amizade emocionante. O proletariado europeu tem direito de dizer que sua ciência foi criada por dois sábios e lutadores, cujas relações mútuas superam todas as antigas lendas emocionantes sobre a amizade entre os homens”¹³. Engels nos deixou o seu testemunho deste encontro histórico: “Quando visitei Marx em Paris, no verão de 1844, evidenciou-se nosso acordo completo em todos os terrenos teóricos, e dali data nossa colaboração. Quando voltamos a nos reunir em Bruxelas, na primavera de 1845, Marx, partindo dos princípios básicos acima assinalados, havia desenvolvido já, em linhas gerais, sua teoria materialista da história, e pusemo-nos a elaborar em detalhes e nas mais diversas direções a nova concepção descoberta”¹⁴.

As linhas gerais a que se refere Engels estavam plasmadas em um texto não publicado em vida por Marx, melhor conhecido como “Os escritos econômico-filosóficos de

¹⁰Ibid. p. 415.

¹¹Ibid. p. 10.

¹²McLellan, David; Marx, su vida y sus ideas, Barcelona, Crítica, 1983, pp. 154-155.

¹³Lenin, “Federico Engels”, Marx, Engels, Marxismo, Pekin, Ediciones en lenguas extranjeras, 1980, p. 59.

¹⁴ Engels, “Contribución a la historia de la Liga de los comunistas”, en: Marx, Engels, Obras escogidas en tres tomos, Tomo III, Moscú, Progreso, 1976, p. 190.



Marx e Engels na Rua Veneau, 1844

1844”, escrito entre julho e agosto daquele ano. Sobre a base do conhecimento profundo acerca dos principais economistas que Marx desenvolveu em tempo recorde, Marx desentranha a alienação do trabalhador e argumenta que a única forma de se superar esse estado de coisas é por meio da transformação comunista da sociedade. Esses estudos – junto ao artigo de Engels – são os primeiros passos em um caminho que leva à redação de “O Capital”. Marx expõe que o simples comunismo dos bens de consumo – o comunismo primitivo – não chega à raiz da exploração capitalista, a qual se encontra na propriedade privada dos meios de produção.

Engels reconheceu de imediato a genialidade teórica de Marx e deixou com ele o desenvolvimento geral da teoria econômica – embora Marx sempre tenha contado com a opinião inestimável de Engels –, começando a espécie de divisão do trabalho que caracterizou a colaboração entre os dois amigos. Enquanto ambos trabalharam

em comum na direção e na luta das organizações políticas em que participaram – a “Liga dos comunistas”, a primeira e segunda internacionais –, a Engels correspondeu a divulgação e o desenvolvimento de temas específicos de sua nova concepção revolucionária: temas internacionais, militares, das ciências naturais, da habitação etc. Engels disse que lhe correspondeu tocar o “segundo violino”, mas omitiu dizer que o fez com a virtuosidade de um Paganini.

OS MANUSCRITOS DE 1844. O PRIMEIRO ESCRITO ECONÔMICO DE MARX

Como dissemos, é o artigo de Engels que impulsiona Marx – ademais dos temas econômicos que precisou abordar como jornalista de esquerda – a estudar a fundo os expoentes da economia política. Desterrado na França, realiza brilhantes anotações que não serão publicadas até 1932 e que se conhecem como “Manuscritos econômico-filosóficos”.

Essas notas constituem a primeira obra econômica de Marx. A parte mais célebre é seu estudo sobre a alienação – entendida, em termos gerais, como submissão, desumanização –, um fenômeno ao qual Marx – pela primeira vez e em contraste com Hegel e Feuerbach – põe sobre uma base econômica e social, isto é, sobre bases históricas e materialistas. A alienação já não era a perda do espírito que não se reconhece a si mesmo – como em Hegel – ou a projeção do próprio homem no plano religioso – como em Feuerbach –, mas o produto da exploração econômica, da separação do trabalhador das condições e dos produtos de seu trabalho, isto é, da submissão do produtor aos produtos de seu trabalho. A alienação implica o domínio sobre o trabalhador de um poder estranho a ele, esse poder implica em seu oposto: o capital, o não trabalhador, o burguês; implica uma relação social objetiva. Marx analisa a alienação de uma forma notavelmente dialética, mas sobre uma base totalmente nova, descobrindo diversas arestas desse processo de submissão, que representam um esboço (e complemento) do que escreverá em “O Capital” sobre o “fetichismo da mercadoria”. Aqui não faremos mais que resenhar as principais características desse processo:

“Em primeiro lugar, o trabalhador se aliena no produto de seu próprio trabalho porque tudo o que produz não lhe pertence, mas ao capitalista:

“O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos. O trabalho não cria apenas objetos; ele também se produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e, deveras, na mesma proporção em que produz bens [...] A

execução do trabalho aparece na esfera da Economia Política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação como alienação¹⁵

Marx sintetiza esse aspecto da alienação da seguinte forma: “todas essas consequências decorrem do fato de o trabalhador ser relacionado com o produto de seu trabalho como um objeto estranho”¹⁶.

Mais adiante expressa em toda a sua crueza essa mesma ideia:

“A alienação do trabalhador em seu objeto expressa-se em que, quanto mais produz o trabalhador, menos pode consumir; quanto mais valores cria, menos valor, menos dignidade, ele tem; quanto mais modelar é o seu produto, mais deformado é o trabalhador; quanto mais perfeito o seu objeto, mais bárbaro é o trabalhador; quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente quem o realiza; quanto mais engenhoso o trabalho, mais embrutecido, mais escravo da natureza é o trabalhador [...] Evidentemente, o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privações e penúrias para os trabalhadores. Produz palácios, mas aloja os trabalhadores em casbres. Produz beleza, mas tolhe e deforma os trabalhadores[...]”¹⁷

Em segundo lugar, o trabalhador não somente se aliena no produto de seu trabalho, como também no próprio processo do trabalho, pois enquanto trabalha não é ele, não se pertence; só é ele enquanto não trabalha; o tempo não lhe pertence enquanto trabalha, é tempo de outro. Mas enquanto não trabalha está esgotado tanto física quanto espiritualmente e só tem tempo para as funções animais (comer, dormir, excretar).

No processo de trabalho, diz-nos Marx:

“O que constitui a alienação

do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e, por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho, mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas, mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades [...] Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo, mas trabalho para outrem, por, no trabalho, ele não se pertencer a si mesmo, mas sim a outra pessoa”¹⁸.

Em terceiro lugar, a alienação se manifesta no fato de que o trabalho, fator que define o homem como ser social – característica essencial do ser humano –, trabalho social e cultural que nos diferencia do reino animal, se converte no capitalismo em trabalho forçado, embrutecedor, monótono, repetitivo, frustrante, degenerativo; com isso o trabalhador perde sua própria essência, aliena aquilo que o diferencia dos animais. Mas ao ser o trabalho um processo social, o trabalho alienado aliena o trabalhador individual em suas relações com os demais trabalhadores, de tal forma que essas mesmas relações com os demais são alienantes. Relações superficiais, embrutecedoras.

O trabalhador alienado se aliena de seus iguais, isto é, não é consciente dos vínculos sociais que o une ao restante da classe trabalhadora e, mais geralmente, dos

vínculos específicos que os une como antípoda da burguesia. Atomizado, é inconsciente de sua natureza social como ser humano.

Ademais, pela primeira vez, Marx expõe que a possibilidade e necessidade do comunismo se desprendem do desenvolvimento das forças produtivas, tese que constitui um avanço muito notável em relação ao comunismo anterior. É importante notar que nessas notas Marx não comete o erro de ver na alienação um processo monolítico e unidirecional – como fazem os pós-modernos, pretendendo emendar Marx ao mesmo tempo em que o plagiam de forma torpe –, o desenvolvimento das forças produtivas que alienam o trabalhador põe as condições materiais para o comunismo, e põe o trabalhador em condições de superar essa contradição.

No parágrafo “Propriedade privada e comunismo”, por exemplo, Marx assinala que a contradição que implica a alienação exige sua solução e se orienta para ela, uma tensão que tende à revolução que deve acabar com a propriedade privada dos meios de produção. Sem essa tensão, a alienação se converte em uma ideia metafísica e imóvel, em uma caricatura anti-dialética. O oposto ao “espírito” da teoria marxista.

Marx escreve que “[...] o antagonismo entre carência de propriedade e propriedade é ainda um antagonismo indiferente, não concebido em sua relação ativa com seu nexos interno, isto é, ainda não concebido como contradição enquanto não for compreendido como o antagonismo entre o trabalho e o capital [...]. Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada, como exclusão da propriedade e o capital, o trabalho objetivo, como exclusão do trabalho é a propriedade privada como a re-

¹⁵Marx, Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844, México, Grijalbo, 1968, pp. 74-75.

¹⁶Ibidem.

¹⁷Ibidem.

¹⁸Ibidem.

lação em que a contradição aparece já desenvolvida e, por fim, uma relação dinâmica, que impulsiona a solução”¹⁹.

Marx revisa nos “manuscritos” algumas teorias comunistas vistas como o desenvolvimento teórico de um processo histórico que vai do comunismo tosco (abolição total da propriedade privada – incluídos os meios de consumo individual) ao comunismo com apropriação real da essência humana, ao tomar consciência da verdadeira oposição e contradição do capital-trabalho e a abolição positiva da propriedade privada (meios de produção). Para Marx, a tensão dinâmica é o segredo que nos revela a necessária ruptura da alienação por meio da revolução.

A SITUAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA INGLATERRA

“Coketown... era uma cidade de tijolos vermelhos, ou de tijolos que seriam vermelhos se a fumaça e a cinza o tivessem permitido [...]. Era uma cidade de máquinas e de chaminés altas, das que sempre estavam saindo intermináveis serpentes de fumaça, que nunca acabavam de se desenroscar. Tinha um canal negro e um rio fedido de cor púrpura [...] havia ruídos e agitação contínuos, nos quais o pistão do motor a vapor subia e baixava de forma monótona, como a cabeça de um elefante em estado de melancólica loucura [...] habitadas por pessoas todas parecidas umas às outras, que saíam e entravam nas mesmas horas, fazendo o mesmo ruído sobre o mesmo solo, para fazer o mesmo trabalho e para as quais todos os dias, ontem e amanhã, eram iguais e todos os anos eram o que haviam sido anteriormente e o que seriam depois” (Charles Dickens, “Tempos difíceis”).

Engels era filho de um dos principais acionistas da firma “Ermen

and Engels” com escritórios em Manchester. A família de Engels era de certa ascendência ilustre – inclusive a linhagem contava com brasão familiar. Mas Engels era a “ovelha negra” da família e a administração dos negócios familiares foi sempre uma ocupação forçada e de caráter secundário. Depois da onda revolucionária de 1848, Engels, a pedido de sua mãe, por quem sentia um profundo afeto, reconcilia-se com seu pai e este o envia a Manchester como representante de sua firma. Se Engels não mandou para o diabo “o trabalho de cão” – como ele considerava o seu trabalho de administrador e representante acionário de seu pai – foi porque sem sua ajuda Marx teria ficado na indigência e seguramente – como o próprio Marx reconheceu – não teria culminado a redação de “O Capital”. Engels pôde abandonar, depois de 18 anos, o “trabalho de cão” ou “fugir de seu cativo egípcio” – como Marx chamava o trabalho forçado de seu amigo – em 1869, tão logo quanto pôde negociar com os acionistas uma retirada aceitável que lhe permitiu continuar apoiando a família Marx. Leonor, filha de Marx, lembra como, naquela manhã, Engels calçou as botas para se dirigir ao seu escritório suspirando de alívio: “pela última vez!”.

São livros como “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” – bem como a atividade revolucionária de toda a sua vida – que demonstram que Engels, desde sua juventude, jamais assimilou a burguesia – embora tenha absorvido desta um metódico e delicado estilo de trabalho e de vida (assim como o gosto por um bom vinho) – e que o objetivo de toda a sua vida consciente foi a causa revolucionária. Em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, escreveu: “Fiz assim: abandonei a companhia, os convites, o vinho do Porto

e o champanhe das classes médias [como Engels chamava a burguesia situada entre o proletariado e a aristocracia] e dediquei minhas horas de ócio, quase exclusivamente, a estabelecer relações com trabalhadores simples. Estou contente e orgulhoso de tê-lo feito assim”²⁰.

Com informação recolhida entrevistando os trabalhadores, visitando os bairros operários londrinos e armado com estatísticas, Engels – um jovem de 24 anos de idade – analisa em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, surgido no verão de 1845, como a Revolução Industrial, que introduziu a maquinaria moderna na produção, destruiu as condições de vida idílicas do campesinato inglês, criando a classe operária industrial; analisa as condições de vida dos trabalhadores, sua pauperização e a concentração da riqueza no outro pólo; como consequência da centralização de capital, Engels estuda o surgimento das grandes metrópoles – naqueles tempos, com seus 2,5 milhões de habitantes, Londres já era uma cidade enorme –, o fenômeno da superpopulação (fenômeno relativamente novo), as crises econômicas e os ciclos gerais das mesmas (que tinham períodos intervalados de cinco anos).

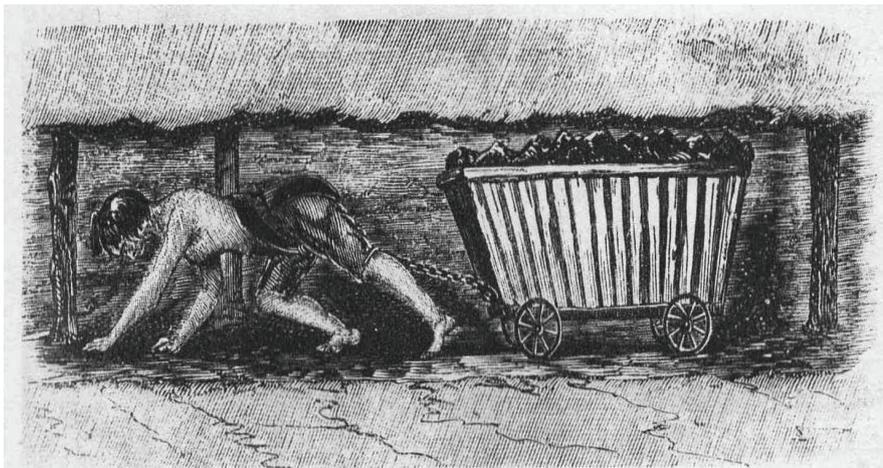
As maravilhas da civilização urbana, assinala Engels, são pagas à custa da mutilação da maioria de seus habitantes; nos bairros operários “nota-se que esses londrinos devem sacrificar a melhor parte de sua humanidade para alcançar todas as maravilhas da civilização, abundantes na cidade; que mil forças latentes precisaram ficar irrealizadas e oprimidas a fim de que algumas poucas se desenvolvessem plenamente [...]”²¹.

A obra tinha a limitação de que o comunismo era argumentado como desejável mesmo para a classe dominante, ao liberar a humani-

¹⁹Ibid. p. 111.

²⁰Engels, La situación de la clase obrera en Inglaterra, España, Esencias, 1974, p. 21.

²¹Ibid. p. 44.



Children had leather belts slung round them with a chain attached so that they could pull loads

Trabalho infantil nas minas da Inglaterra, em 1840

dade – incluindo a burguesia – dos estreitos marcos que a produção baseada na exploração impõe. No entanto, Engels vê com clareza na classe operária a chave para dotar o comunismo de bases sólidas: “O operário só pode salvar sua humanidade com o ódio e a rebelião contra a burguesia”²². E chama os trabalhadores a confiar em suas próprias forças e a desconfiar da burguesia. É um livro claramente revolucionário e comunista, o embrião de resultados futuros.

Não deixa de ser irônico que o termo “Revolução Industrial” – que é utilizado por todos os historiadores sem importar a tendência política que professem, ao ponto de se converter em lugar comum – foi difundido por Engels neste livro notável. “A revolução industrial”, diz Engels, “tem, para a Inglaterra, o mesmo significado que a revolução política para a França e a revolução filosófica para a Alemanha [...]. Mas o fruto mais importante dessa revolução é o proletariado inglês”²³. Não deveria nos surpreender que Engels popularizasse o termo se considerarmos que era

um revolucionário que, junto com Marx, foi o primeiro que soube colocar em seu devido lugar o desenvolvimento da indústria – as forças produtivas – no devir da sociedade moderna.

Ainda que seja um texto embrionário do marxismo, livro publicado em 1845, as reflexões de Engels calam fundo – são um brilhante exemplo de crônica e jornalismo histórico revolucionário – e sua crítica do capitalismo parece, em muitos de seus fenômenos, ter sido escrita ontem. Demos, como exemplo, o retrato do egoísmo burguês inoculado nos pedestres das grandes cidades: “O tumulto das ruas tem já algo de desagradável, algo contra o qual nossa natureza se rebela. Essas centenas de milhares de indivíduos de todas as classes e todas as condições, apressando-se uns aos outros [...] avançam juntos como se não tivessem nada em comum, nada que fazer um com o outro, e o único acordo entre eles, acordo tácito, é conservar sua direita no trânsito para que as duas correntes da multidão não se atrapalhem o passo reciproca-

mente; sem que ninguém se digne lançar um olhar ao outro. A brutal indiferença, o duro isolamento de cada indivíduo em seus interesses privados, parecem tanto mais desagradáveis e chocantes quanto mais juntos estão esses indivíduos em um espaço pequeno, e ainda sabendo que o isolamento de cada um em lugar algum aparece tão vergonhosamente ao descoberto, tão consciente, como aqui, entre as multidões das grandes cidades. O desdobramento da sociedade em mônadas, das quais cada uma tem um princípio de vida aparte e um fim especial, o mundo dos átomos, é levado aqui aos seus últimos extremos”²⁴.

Voltando os olhos para esse texto, quando estava totalmente envolvido com as leis mais complicadas do funcionamento do capitalismo, Marx escreveu: “Que refrescante, apaixonante e audaz é a questão que te ocupa aqui, sem considerações eruditas ou científicas! Inclusive a própria ilusão de que o resultado logre seu parto amanhã ou no dia depois da história dá à totalidade um vívido e cálido encanto em comparação ao qual a outonal é asquerosamente desagradável”²⁵.

O AMADURECIMENTO DO MARXISMO E A INTERVENÇÃO NO MOVIMENTO OPERÁRIO

“A Ideologia Alemã”, “Miséria da Filosofia”, “Trabalho Assalariado e Capital” e “O Manifesto Comunista” marcam o ponto crítico no amadurecimento do marxismo. Ainda que que a etapa seguinte – caracterizada por trabalhos como “Contribuição à Crítica da Economia Política”, “Salário, Preço e Lucro” e, culminando tudo, “O Capital” – aprofunde temas, desenvolva muitos outros, feche lacunas e ainda corrija erros – acima de tudo a

²²Ibid. p. 190.

²³Ibid. p. 38

²⁴Engels, La situación de la clase obrera en Inglaterra, España, Esencias, 1974, pp. 44-45.

²⁵Citado en: McLellan, David; Marx, su vida y sus ideas, Barcelona, Crítica, 1983, p. 386.

diferença entre trabalho e força de trabalho –, já estamos diante de escritos que apresentam uma teoria nova e revolucionária, traçada em suas características mais importantes.

Depois de “ajustar contas” com o hegelianismo de esquerda com a publicação de “A sagrada família”, Marx e Engels queriam expor de forma positiva – e já não somente de forma negativa ou polêmica – sua nova concepção da filosofia, da história e do comunismo em um texto que preparasse o público para sua crítica da economia política – estudo que será interrompido pela onda revolucionária de 1848. Essa tarefa foi cumprida com “A Ideologia Alemã”, escrito entre 1845 e 1846. Os dois amigos não puderam encontrar editor que se atrevesse a publicar semelhante volume – ameaçador tanto por seu conteúdo quanto por seu tamanho – e se conformaram em deixá-lo à “crítica roedora dos ratos” uma vez que o objetivo principal – esclarecer suas ideias para si mesmos – havia sido atingido. Efetivamente, o manuscrito original – publicado pela primeira vez em 1932 – estava corroído pelos ratos. Embora “A Ideologia Alemã” seja um grosso volume na maioria polêmico e que se centra na crítica a Stirner e ao seu egoísmo anarquista, que tanto se parece ao que escreverá Nietzsche, é neste livro onde pela primeira vez se expõem de forma clara as teses fundamentais do materialismo histórico e a sucessão de diversos modos de produção, resultado – em última instância – do desenvolvimento das forças produtivas.

Esse descobrimento assinala a ponte entre as obras mais precoces – como “A sagrada família” e mesmo os “Manuscritos econômico-filosóficos” – com outros de maior maturidade e precisão. Enlaça a teoria marxista sobre o desenvolvimento histórico com a teoria marxista sobre a economia capitalista.

Em geral, Marx e Engels, até 1844, ao mesmo tempo em que

faziam uma crítica materialista da filosofia hegeliana no terreno da religião e do Estado, enfocavam a economia política como crítica à propriedade privada capitalista – sem penetrar ainda na teoria do valor –, analisando os seus efeitos na vida dos trabalhadores (houve um salto qualitativo enquanto Marx e Engels viram na classe trabalhadora a classe revolucionária ativa – já não só uma classe sofredora e passiva); assinalavam o papel das forças produtivas, dos fatores econômicos – embora fosse de forma ainda bruta – como fundamento do comunismo e de sua concepção materialista da sociedade. E se bem essas concepções serão a base de seus futuros desenvolvimentos, os fundadores do marxismo ainda não haviam se aprofundado na teoria do valor nem, portanto, na análise da mais-valia. A visão de conjunto estava mais ou menos clara, havia-se que estudar os fenômenos específicos e as leis da exploração capitalista.

Diz Engels, no prefácio à edição alemã de “Miséria da Filosofia”, que foi no final de 1846 que Marx elaborou definitivamente os princípios fundamentais de suas concepções econômicas. Efetivamente, se se comparam as reflexões dos “Manuscritos econômico-filosóficos” com “Miséria da Filosofia”, “Trabalho assalariado e capital” e o próprio “Manifesto Comunista”, notar-se-á que, nestes últimos livros, são analisadas leis fundamentais do processo histórico e do funcionamento do capitalismo. Por exemplo, se nos manuscritos Marx havia assinalado que o desenvolvimento das forças produtivas torna possível o comunismo moderno, nos trabalhos subsequentes assinalará a relação específica entre forças produtivas e relações de produção.

MISÉRIA DA FILOSOFIA

“Miséria da filosofia” – publicada em julho de 1847 – constitui a primeira obra relativamente ma-

dura do marxismo a ser divulgada. Nessa obra Marx expõe o método idealista e metafísico de Proudhon, que, em seu livro “Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria”, pretendia criticar a sociedade capitalista. Mas Proudhon simplesmente retomou acriticamente os conceitos dessa mesma sociedade considerados como eternos – sacralizando assim o sistema que pretendia criticar –; é verdade que Proudhon queria expor as contradições das categorias econômicas – com um método que aspirava a ser dialético – mas cometeu o erro de desarticular mecanicamente fenômenos – como concorrência e monopólio – da realidade histórica e apresentá-los de maneira arbitrária, querendo conservar os “lados bons” do capitalismo. Para Marx, o uso correto do método dialético consiste em estudar as categorias como expressão de relações sociais concretas, reproduzir o movimento e as contradições da realidade com a ajuda do pensamento.

Os socialistas utópicos, a partir de 1821 (Marx cita Hodgskin, William Thompson e Francis Bray, entre outros), haviam extraído conclusões comunistas (pelo menos igualitárias) da teoria do valor-trabalho. Consideravam que, se o valor da mercadoria é produzido pelo trabalhador, o capitalista roubava do trabalhador o produto integral de seu trabalho. Para alguns utópicos, o roubo se fazia através do preço, que, ao não coincidir com o valor real, constituía uma infração à “lei do valor”. Entendiam a economia como uma questão moral que nada tinha a ver com leis objetivas e necessidades históricas.

Antes de Marx, os economistas haviam percebido que a oferta e a demanda fazem oscilar os preços acima ou abaixo do valor real das mercadorias, dessa forma o preço e o valor de cada mercadoria individual podem ou não coincidir. Essa contradição – entre preço e valor – teria de ser resolvida por meio da circulação.

Proudhon retomou essa utopia em sua obra “Sistema das contra-

dições econômicas ou filosofia da miséria”. Quem quiser conhecer de forma sucinta e definitiva a crítica de Marx a Proudhon deve ler a carta de Marx a Annenkov, de 28 de dezembro de 1846²⁶, e a Schweitzer, de janeiro de 1865²⁷. Para nós agora só interessa ressaltar o centro da crítica econômica que Marx faz em “Miséria da Filosofia”. Em seu livro, Proudhon pretendia emancipar o trabalhador deixando intactas as relações de produção vigentes, reformando a sociedade por meio da imposição do “valor constituído” que devia substituir os preços do mercado – recentemente o professor Dietrich reviveu a absurda quimera (leia-se a crítica em “Reformismo ou revolução”, de Alan Woods). O “valor constituído” exigia que as mercadorias se trocassem exatamente por seu valor ou pelo trabalho investido em cada uma delas; por esse meio – supunha Proudhon – cada produtor receberia na troca o produto integral de seu trabalho e a exploração capitalista seria instantaneamente eliminada.

Marx demonstra – dentro de uma argumentação satírica brutal que desmonta totalmente o seu antagonista – que tratar de suprimir o preço sem alterar as relações de produção capitalista é uma quimera. Em primeiro lugar, porque o capitalismo suprimiu ou subordinou o trabalho individual do pequeno produtor e o substituiu pela produção coletiva da grande indústria moderna, a grande massa de produtos que inundam o mercado não é oferecida pelos produtores diretos, mas por seus exploradores. Proudhon, como teórico pequeno-burguês, idealizava o pequeno produtor que no mercado oferece as mercadorias que produziu, mas que na sociedade capitalista tem um peso nulo ou insignificante.

A relação entre valor e preço é



Proudhon

um dos temas mais complicados da economia política. Marx a descreverá assim, mais adiante, em sua “Contribuição à crítica da Economia Política”, livro que aprofundará os argumentos de “Miséria da filosofia”: “Se o tempo de trabalho é a medida imanente do valor, por que ao lado dela existe outra medida exterior? Por que o valor de troca tem seu desenvolvimento no preço? Por que todas as mercadorias estimam seu valor numa mercadoria exclusiva, que se transforma assim na existência adequada do valor de troca?”²⁸.

Proudhon idealiza o intercâmbio mercantil capitalista, pretendendo depurar o intercâmbio de seus lados negativos sem suprimir a base material do mercado: no capitalismo a lei do valor – que estabelece que a única fonte do valor de troca é o trabalho socialmente necessário – se expressa através da formação dos preços – que não necessariamente coincidem com o valor real da mercadoria – e isto não pode ser de outra forma. O capitalismo lança no intercâmbio mercantil todos os produtos do

trabalho e os trabalhos individuais são comparados uns aos outros no mercado. É por meio da formação espontânea dos preços no mercado que os capitalistas podem se inteirar se suas mercadorias são socialmente úteis, se produziram demais ou se os preços que desejam realizar são inviáveis; assim se diferencia o trabalho socialmente necessário do que não o é. Por meio dessa concorrência, o mercado redistribuiu o valor das mercadorias entre a burguesia – lançando no processo os trabalhadores no desemprego ou na superexploração –, seja por meio da quebra dos desafortunados ou de lucros fabulosos para uma minoria; assim funciona a “mão invisível do mercado”. Na concorrência se forma um “lucro médio”, que se realiza por meio do preço de mercado. Como Marx explicará no Volume III de “O Capital”, esse lucro médio é distribuído porque os preços do mercado tendem a ser iguais ao custo de produção – o que o capitalista investe em salários, maquinaria (a parte que é transferida à mercadoria na produção) e matérias-primas – mais o lucro médio.

Não há outra maneira dos capitalistas se inteirarem da competitividade de seus produtos, visto que o mercado é anárquico e o burguês somente pode planificar dentro das quatro paredes de sua fábrica. Marx escreve que para os utópicos – como Gray e Proudhon – “as mercadorias devem produzir-se como mercadorias, mas não devem trocar-se como mercadorias”²⁹. Proudhon – como pequeno-burguês – pretende preservar a produção mercantil suprimindo os lados negativos, mas é impossível querer a produção mercantil sem que, com o seu desenvolvimento, surja, como uma lei natural, o preço. Valor e preço guardam uma relação similar à das ondas do oce-

²⁶Marx, Engels; Correspondencia, México, Ediciones de Cultura Popular, 1977, pp. 17-34.

²⁷Contenida en: Marx, Miseria de la filosofía, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, p. 192.

²⁸Marx, Miseria de la filosofía, Moscú, Ediciones en lenguas extranjeras, p. 203.

²⁹Ibid. p. 204.

ano com as correntes profundas: não é possível detectar as correntes profundas eliminando as ondas da superfície, nem ter correntes profundas que não se manifestem no movimento constante da superfície. Proudhon queria conservar o “mar capitalista” eliminando ao mesmo tempo suas ondas.

Não se podem alterar os fenômenos associados à circulação sem antes alterar as relações de produção. A única forma de se controlar efetivamente os preços é controlando de forma planejada a economia, com o controle operário da indústria, dos bancos e da terra – ou seja, expropriando os capitalistas. Mas o pequeno proprietário não quer expropriações, mas limar os excessos e abusos dos grandes empresários.

Como Proudhon não compreendeu a teoria do valor – e, ademais, era o teórico do pequeno proprietário – manifestava-se contra as greves, os sindicatos e a luta pelo aumento de salários, o que revelava o lado conservador e mesmo reacionário de sua teoria. Marx, pelo contrário, argumentou em “Miséria da filosofia” – tema que aprofundará em “Salário, Preço e Lucro” – que um aumento de salários não significaria um aumento dos preços, mas uma queda no lucro dos capitalistas, ou seja, uma repartição diferente do produto do trabalho da classe operária.

TRABALHO ASSALARIADO E CAPITAL

Como vimos, Marx e Engels, desde sua mais precoce juventude, participaram no movimento radical e democrático de sua época e, uma vez que vincularam o comunismo com o proletariado moderno, reforçaram seus laços com o movimento operário. Fundaram em Bruxelas o Comitê de Correspondência por meio do qual tentaram unificar o movimento em

nível internacional: estabeleceram contatos nas fileiras do Cartismo, no interior das diferentes tendências radicais (com os seguidores de Weitling e Proudhon) e com a Liga dos Justos – enraizada, sobretudo, na França. Como parte desse trabalho de propaganda e debate, Marx fez uma série de palestras em 1847 para a Associação Operária de Bruxelas – plataforma local do Comitê de Correspondência –, conferências publicadas a partir de abril de 1849 na Nova Gazeta Renana – o órgão de imprensa mais consequente e radical dentro da revolução europeia de 1848, suprimido pela reação. Os artigos serão reunidos em um livro conhecido como “Trabalho assalariado e capital”. Essas conferências sobre economia estão enquadradas no mesmo trabalho de propaganda e debate que dará origem ao Manifesto Comunista.

Essa obra ainda não estabelece a importante diferença entre “trabalho” e “força de trabalho”, que Marx introduzirá em “Salário, preço e lucro” (se bem que as edições atuais se baseiem na edição feita por Engels em 1891, onde já se introduz essa importante diferença). Essa diferenciação vai ser fundamental no esclarecimento da produção da mais-valia. Nesse livro, Marx demonstra que os temas mais difíceis da economia política podiam ser expostos de forma assombrosamente clara, acessível a qualquer trabalhador interessado em desentranhar as condições de sua própria exploração. Também mostra o desenvolvimento e os avanços que Marx havia feito da teoria econômica desde seus manuscritos de 1844. Junto com “Salário, preço e lucro” – e o capítulo sobre economia do “Anti-Dühring” – é um dos melhores textos introdutórios à teoria econômica marxista (desenvolveremos os temas econômicos expostos mais adiante).

O MANIFESTO COMUNISTA

Como já apontamos, a publicação do Manifesto Comunista – em 21 de fevereiro de 1848 – foi produto de um árduo trabalho de propaganda por parte do pequeno núcleo agrupado em torno de Marx e Engels no seio das organizações dos trabalhadores. O trabalho de propaganda incluía dirigentes da Liga dos Justos, velha organização que tinha suas raízes em Babeuf – nos ideais da Revolução Francesa interpretados de forma igualitária – e Blanqui. A agitação que presagiava a revolução de 1848 motivava a Liga a realizar um congresso onde se revisariam estatutos e princípios teóricos. Esses trabalhos permitem a Engels e Marx participar nos debates dos círculos da Liga, cujo resultado é a aprovação de um manifesto que fará história.

Do ponto de vista do desenvolvimento da economia política marxista, o Manifesto é relevante porque, pela primeira vez – se omitirmos “A ideologia alemã”, não publicada em vida por Marx – expõe-se a sucessão de modos de produção como resultado de novas relações de produção, que se originam em virtude do desenvolvimento das forças produtivas. Em “A ideologia alemã”, as características dos modos de produção que se sucedem aparecem de forma vaga, pois o conhecimento antropológico à disposição de Marx e Engels é limitado (nesse livro se fala de “propriedade tribal”, “escravidão”, “propriedade feudal” e capitalismo³⁰). Em “O Manifesto Comunista” – embora de passagem – expõe-se o modelo “clássico” de sucessão de modos de produção como etapas diversas da luta de classes: escravismo, feudalismo, capitalismo³¹. Em sua “Contribuição à crítica da Economia Política” – assim como em seus estudos sobre os países orientais – Marx acrescentará

³⁰ Marx, Engels; La ideología alemana, México, Ediciones de Cultura Popular, 1979, p. 71.

³¹ Marx, El Manifiesto del Partido Comunista, en Marx Engels, Obras Escogidas en Tres Tomos, Tomo I, Moscú, Progreso, 1976, p. 111.

a esses modos de produção o “despotismo asiático”, que nos proporciona a chave para entender a base econômica das sociedades antigas, como as da América Central, incas, chinesas e hindus. Isso nos proporciona elementos para sustentar que a visão do desenvolvimento histórico de Marx não era unilinear. Engels – graças aos estudos realizados pelo antropólogo Lewis H. Morgan – acrescentará o “comunismo primitivo” em sua importantíssima obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, embora não retome o “despotismo tributário” talvez porque seu trabalho se centre no desenvolvimento das formas sociais que darão origem ao capitalismo e à chamada “cultura ocidental”.

Também se explica no Manifesto – como em “Princípios do Comunismo”, escrito por Engels – o surgimento do sistema capitalista a partir do desenvolvimento do comércio e da manufatura feudal; além disso, compara a situação histórica da classe operária moderna com a das classes exploradas da antiguidade e do feudalismo: o escravo era vendido de uma vez e para sempre, não era consciente de que uma parte de seu trabalho estava destinada a sua própria manutenção – não era consciente de que se mantinha a si mesmo e não somente ao seu amo; o servo sabia perfeitamente que uma parte de seu trabalho ia para o seu “senhor” na forma de tributo; o trabalhador moderno se vende por períodos determinados de tempo e seu sustento não está assegurado – como o do escravo – mas depende de que sua “força de trabalho” – conceito que Marx não diferencia ainda de “trabalho” – possa encontrar comprador no mercado. Marx explicará mais adiante que o trabalhador tem a ilusão de que vende o seu “trabalho” por meio do salário e que, portanto, não existe exploração na “livre” compra e venda desse trabalho. O descobrimento da mais-valia demonstrará que o

capitalismo explora o trabalhador como na sociedade escravista se explorava o escravo, somente que sob uma forma histórica diferente. Marx, há mais de 150 anos, descreve o desenvolvimento do capitalismo como sistema mundial, um fenômeno que atualmente os economistas burgueses – com muito tempo de atraso – conhecem como globalização.

A participação ativa de Marx e Engels na revolução de 1848 interrompeu os estudos econômicos. Nem Marx nem Engels eram eruditos de gabinete – embora superassem em erudição a qualquer acadêmico. Com sua nova base de operações em Colônia, Marx lança a “Nova Gazeta Renana”, que se converterá no principal jornal radical da revolução. Em suas páginas, Marx e Engels brincarão orientações táticas e estratégicas ao movimento – do ponto de vista da classe operária – e intervirão ativamente nele – inclusive em reuniões e, no caso de Engels, nas barricadas de Elbelferd com armas na mão. Todo o esforço prático e teórico de Marx e Engels se focou no torvelinho revolucionário. Os trabalhos que frutificarão em “O Capital” terão que esperar até que a maré revolucionária baixe.

RETOMANDO O ESTUDO DA ECONOMIA POLÍTICA

“Rio-me de todos os que se consideram homens práticos e de sua sabedoria. Quem não tiver aspiração maior do que ser um boi pode, naturalmente, voltar as costas às dores da humanidade e tirar o seu próprio proveito. Mas eu me consideraria realmente muito pouco prático se morresse sem deixar minha obra concluída, pelo menos na forma de manuscrito.” (Carta de Marx a Meyer, 1867)

Com o recuo do movimento e o traslado de Marx e Engels à Inglaterra em 1849, os trabalhos de Marx sobre o capital puderam recomeçar. Enquanto os emigra-

dos se desgastavam em intrigas amargas, comuns às pessoas sem perspectivas, Marx encontrou a relativa calma para investigar, ler e escrever. Esse novo período é o da maturação definitiva do pensamento econômico de Marx e o da realização de uma massa de materiais assombrosa que culmina no Volume I e nos rascunhos dos volumes seguintes. Tudo isso sem que Marx se afastasse da política ativa que levará à formação da Primeira Internacional, da batalha contra as tentativas de Bakunin – que começaram em 1871 – para desorganizar a Internacional e ganhar a direção à margem de todas as instâncias democraticamente eleitas; Marx encontrou tempo também para o estudo da guerra franco-prussiana e da subsequente experiência da Comuna de Paris; além dos debates contra o oportunismo de Lassalle e contra o baixo nível político de seus próprios companheiros, debates em que se enquadra a criação do Partido Socialdemocrata alemão. Tudo isso sem contar o trabalho jornalístico – sobretudo como correspondente do New York Tribune – em que Marx contou com a ajuda inestimável de Engels, que muitas vezes escrevia artigos em seu nome. Assim, portanto, a calma deve ser entendida de forma relativa, pois para Marx e Engels nunca houve calma.

Para documentar suas novas descobertas, Marx passava longos períodos no Museu Britânico recolhendo material que logo desenvolvia e organizava em sua casa, frequentemente trabalhando desde as 7 horas da manhã até as 7 da noite. Lia vorazmente “livros sobre metais preciosos, dinheiro e crédito; em fevereiro [de 1851], os escritos econômicos de Hume e Locke e mais livros sobre o dinheiro; em maio, Carey, Malthus e os princípios da economia; em junho, o valor, a riqueza e a economia; em julho, literatura sobre os sistemas industriais e a renda

agrícola; em agosto, a população, a colonização e a economia do mundo romano; no outono, livros sobre os bancos, agronomia e tecnologia [...] ³².

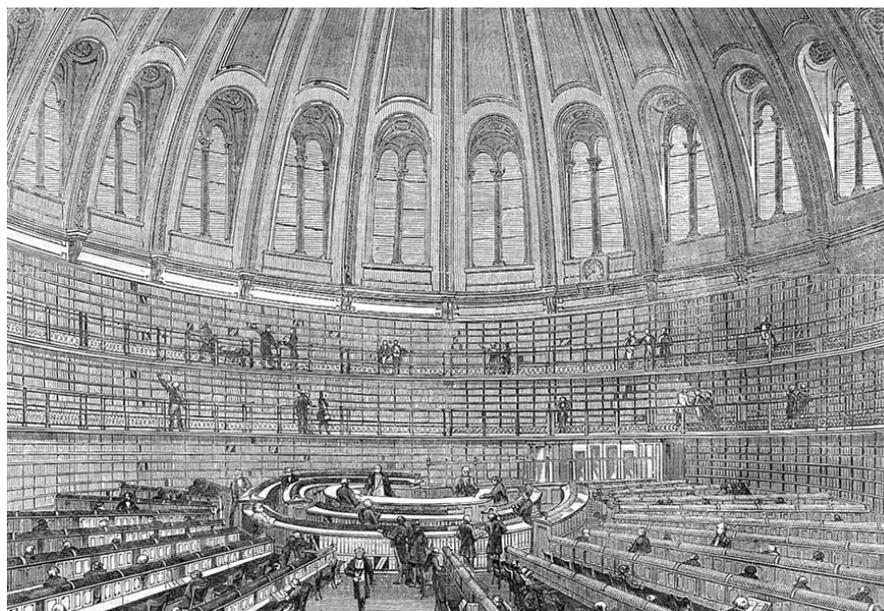
Tão logo anunciava a finalização de sua “economia” – em “cinco semanas” em 1851, em “seis semanas” em 1859 – Marx prolongava seus estudos, o volume de seus cadernos e modificava a estrutura e ordem do que pretendia publicar. Em outubro de 1851, por exemplo, o plano era publicar a “economia” em três volumes – com uma estrutura muito diferente de como virão à luz finalmente: um volume sobre “crítica da economia política”, outro sobre “socialismo” e um terceiro sobre “história do pensamento econômico”. Em 1858, em vez disso, pretendia – segundo uma carta a Engels de 2 de abril de 1858 – publicar a obra em seis volumes: 1) sobre o capital, 2) propriedade agrária, 3) trabalho assalariado, 4) o Estado, 5) comércio internacional e 6) mercado mundial ³³.

Por fim, o que pretendia ser a primeira seção do primeiro dos seis volumes aparece no final de 1859 como “Contribuição à crítica da economia política”. Marx assinalou no prólogo que é o fruto de quinze anos de trabalho, ou seja, contabilizando a partir dos manuscritos de 1844. Marx, em sua “Contribuição à crítica da economia política”, expõe sua teoria do valor, o surgimento e as funções do dinheiro; temas que aprofundará no Volume I de “O Capital”. Além dos temas anteriores, vale a pena registrar desse livro o famoso prólogo. Nele, Marx faz um interessante resumo de seus estudos sobre economia e apresenta o que será a exposição mais clara e sucinta do “materialismo histórico” com que contamos até os dias de hoje, uma síntese genial do que se havia exposto em “A Ideologia Alemã” e no “Manifesto”:

“A minha investigação desembocou no resultado de que rela-

ções jurídicas, tal como formas de Estado, não podem ser compreendidas a partir de si mesmas nem a partir do chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas enraízam-se, isso sim, nas relações materiais da vida, cuja totalidade Hegel, na esteira dos ingleses e franceses do século XVIII, resume sob o nome de ‘sociedade civil’, e de que a anatomia da sociedade civil se teria de procurar, porém, na economia política. A investigação desta última, que comeci em Paris, continuei em Bruxelas, para onde me mudara em consequência duma ordem de expulsão do Sr. Guizot. O resultado geral que se me ofereceu e, uma vez ganho, serviu de fio condutor aos meus estudos pode ser formulado assim sucintamente: na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica

e política e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência. Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas,



Sala de leitura do Museu Britânico

³²McLellan, David; Marx, su vida y sus ideas, Barcelona, Crítica, 1983, p. 325.

³³Marx, Engels, Cartas sobre El Capital, Barcelona, Editorial Laia, 1974, p. 77.

políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência desse conflito e o resolvem. Do mesmo modo que não se julga o que um indivíduo é pelo que ele imagina de si próprio, tampouco se pode julgar uma tal época de revolucionamento a partir da sua consciência, mas se tem, isso sim, de explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, do conflito existente entre forças produtivas e relações de produção sociais. Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. Por isso a humanidade coloca sempre a si mesma apenas as tarefas que pode resolver, pois que, a uma consideração mais rigorosa, se achará sempre que a própria tarefa só aparece onde já existem, ou pelo menos estão no processo de se formar, as condições materiais da sua resolução. Nas suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e, modernamente, o burguês podem ser designados como épocas progressivas da formação econômica e social. As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo social da produção, antagônica não no sentido de antagonismo individual, mas de um antagonismo que decorre das condições sociais da vida dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para a resolução desse antagonismo. Com essa formação social encerra-se, por isso, a pré-história da sociedade humana.³⁴

Para esse livro – que, como dis-

semos, era uma parte do primeiro dos seis volumes que tinha planejado escrever nesse momento – Marx, entre 1857 e 1858, havia escrito uma infinidade de notas que não publicou na “Contribuição”. É como se Marx visse se desdobrar diante dele uma árvore de onde surgiam muitos ramos e tivesse que os seguir a todos até o fim e da forma mais exaustiva humanamente possível. Esses rascunhos não foram publicados até 1939 sob o nome – inventado pelos editores – de “Elementos fundamentais da crítica da economia política”, melhor conhecidos como os “Grundrisse” – por ser a primeira palavra alemã do título “elementos”. Esses textos são mais que um rascunho de “O Capital”, mas menos que uma obra concluída e articulada; trata-se de apontamentos e rascunhos de muitos temas que incluirão em “O Capital”, bem como de outros que não encontrarão lugar na estrutura final.

Deve-se levar em conta que, por essa data, Marx vacilava entre expor suas descobertas de uma forma que incluísse os elementos comuns a todos os modos de produção – produção social, desenvolvimento de ferramentas, divisão do trabalho etc. – e expor somente as leis do último sistema – critério que utilizará finalmente. E com relação ao estudo do capitalismo, Marx pretendia estudar a base econômica – a extração de mais-valia – para passar à superestrutura jurídica do Estado burguês, em seguida às relações internacionais e finalizar com o mercado mundial e as crises mundiais. Basta ler a brilhante introdução que havia escrito para “Contribuição à crítica da economia política” – introdução que não foi introduzida nesse livro e que forma a primeira parte dos Grundrisse – sobre o caráter histórico da produção e as profundas reflexões da arte grega³⁵ para nos dar uma

ideia do enorme horizonte que Marx abarcou em seus estudos e os valiosos desenvolvimentos que complementam “O Capital”. Em 1858, antes de publicar sua “Contribuição”, já tinha um manuscrito de mais de 800 páginas.

Mas em 1861 seus manuscritos cresceram ainda mais com um estudo sobre a história das teorias da mais-valia – que serão publicados de forma completa como o Volume IV de “O Capital” até a tardia data de 1956 (o volume terceiro até 1962 – Kautsky havia publicado uma versão mutilada e arbitrariamente ordenada entre 1905 e 1910)³⁶. Marx encontrava-se trabalhando nesses estudos – tratando de encontrar a estrutura final adequada para a sua obra – quando é convidado, em julho de 1863 – graças aos seus laços com o movimento operário e com alguns ativistas que conhecia desde a época da Liga dos Comunistas –, a uma reunião em defesa da insurreição polaca. A partir desse movimento se fundará – em uma reunião pública celebrada em Saint Martin’s Hall, Londres, em 28 de setembro de 1864 – a Primeira Internacional.

É para essa organização que, em 20 e 27 de junho de 1865, Marx dita algumas conferências onde debate com as ideias de um velho oweniano pertencente à Internacional. Weston sustentava que a luta sindical por aumento de salário era contraproducente e errônea, pois – segundo ele – um aumento no montante dos salários teria como consequência inevitável um aumento automático dos preços. Marx se viu obrigado a intervir – coisa que fez a contragosto, não lhe era grato debater com um ancião –, pois se fossem adotados os pontos de vista de Weston, a Internacional bloquearia a ponte aos trabalhadores e sua luta sindical.

Nesse livro Marx expõe, de uma forma extraordinariamente po-

³⁴Marx, Crítica de la economía política, México, Fondo de cultura económica, 1970. pp. 9-10.

³⁵Marx, Grundrisse, México, Siglo Veintiuno Editores, 1978, pp. 1-33.

³⁶Marx, Teorías sobre la plusvalía, Tres Tomos, México, Fondo de Cultura Económica, 1980.



Bebel, Liebknecht, Marx, Tolcke e Lassalle

pular, que um aumento de salário teria como resultado uma diminuição do lucro sem afetar, em geral, os preços das mercadorias; a luta por aumento de salário constituía uma escola valiosa para a luta contra o capital, para preparar a classe trabalhadora diante de suas tarefas políticas revolucionárias. Também expõe pela primeira vez a diferença entre trabalho e força de trabalho – mais adiante exporemos detidamente essas descobertas. A segunda parte desse texto é uma das melhores exposições populares – senão a melhor depois de “O Capital” – que existe sobre a teoria da mais-valia. Depois da morte de Marx, uma de suas filhas – Leonor – encontrou um manuscrito da conferência – sob o título “Valor, preço e lucro” –, que foi publicado em 1898 com o título que hoje conhecemos: “Salário, preço e lucro”.

Por fim, numa carta a Kugelmann de 13 de outubro de 1866³⁷, expõe o que será a estrutura final de “O Capital” em quatro volumes – pouco antes disso Marx tinha projetado que os temas dos volumes II e III seriam publicados em um só volume: 1) processo de produção, 2) circulação de capital, 3) produção e circulação em seu conjunto e 4) teorias sobre a mais-valia. Trata-se da culminação de mais de vinte anos de trabalho na matéria.

É curioso que Marx – como ele mesmo explica em sua carta a Schott de 3 de novembro de 1877³⁸ – escreveu os quatro volumes de “O Capital” na ordem inversa de sua publicação final; ou seja, o Volume IV sobre a mais-valia foi o primeiro a ser escrito e o Volume I o último. Isso demonstra que o Volume I – que explica a essência da produção capitalista (a mais-valia) e serve de base teórica a todos os demais volumes – é fruto de uma investigação teórica e histórica verdadeiramente colossal.

Em março de 1865, Marx havia assinado com a casa editorial que publicaria a primeira edição – Meissner e Behre, de Hamburgo – um contrato que o obrigava a entregar o manuscrito no mais tardar em maio de 1865. No entanto, Marx resistia a publicar o primeiro volume até não culminar – pelo menos – os dois seguintes; sucedeu algo similar ao “Manifesto Comunista”, que foi entregue por Marx com bastante atraso para desespero de Engels. Numa carta a Engels de julho de 1865, explica que “sejam quais forem seus defeitos, meus escritos possuem esta vantagem: constituem um todo artístico, alcançável graças ao meu hábito de não permitir sua impressão até vê-los totalmente completos”.

Afortunadamente, Engels convenceu Marx a entregar o Volume I antes de terminar a redação dos outros volumes. Desde 1 de janeiro de 1866, Marx começa a redação do Volume I, que finaliza em abril de 1866. “Depois de tantas e tão prolongadas dores para dá-la à luz” – relata Mehring – “alegrava-o, naturalmente, poder lambar e polir a cria”³⁹. E consideremos que essa gravidez havia durado mais de 20 anos!

O primeiro lote do texto – cujas primeiras provas tipográficas Marx

revisará em 5 de maio (ainda aqui Marx fez muitas modificações) – foi entregue em novembro de 1866. Em 16 de agosto, às 2 horas da manhã, Marx comunica a Engels o envio da última folha com suas correções: “Este volume está, portanto, pronto. E isso foi possível graças a ti. Sem o que sacrificaste por mim, jamais teria podido realizar os imensos trabalhos para os três volumes. Abraço-te cheio de agradecimento. Saúde, meu amigo, meu caro amigo!”⁴⁰. O primeiro volume – com uma tiragem de mil exemplares – veio à luz em 14 de setembro de 1867.

Engels escreveu a Marx aliviado porque, finalmente, seu amigo havia se desembaraçado de uma carga teórica que o havia “esmagado” por muitos anos: “Sempre acreditei que esse maldito livro que tantos anos levaste nas costas era o principal culpado de todos os teus apuros e vexames, dos quais não poderias te livrar até que os sacudisse de ti. Não cabe dúvida que essa obra eternamente inacabada pesava sobre ti e te abatia, física, espiritual e financeiramente. Por isso posso imaginar perfeitamente que agora, depois de afastares esse peso de cima, te sintas como outra pessoa completamente diferente”⁴¹.

Para compreender as palavras de Engels há que aquilatar não somente o titânico esforço teórico investido em “O Capital” nem somente as múltiplas tarefas políticas que Marx assumiu simultaneamente, mas também as extremas penúrias pessoais que Marx e sua família tiveram que superar.

ESTUDANDO O CAPITALISMO EM MEIO À MISÉRIA

Se politicamente o período posterior à revolução de 1848 – pelo menos até a fundação da Primei-

³⁷Marx, Engels, Cartas sobre El Capital, Barcelona, Editorial Laia, 1974, p. 120.

³⁸Ibid. p. 219.

³⁹McLellan, David; Marx, su vida y sus ideas, Barcelona, Crítica, 1983, p. 367.

⁴⁰Ibid. p. 370.

⁴¹Gustav; Engels, una biografía, España, Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 520.

ra Internacional, em 1864 – foi de relativa calma – sublinhamos, mais uma vez, o termo relativa –, a família de Marx passou por terríveis dificuldades econômicas – uma “pobreza nauseante”, como a descreveu Marx. Vivendo em um bairro operário londrino – em Dean Street, do bairro Soho – os irregulares honorários de Marx por seu trabalho jornalístico não bastavam para o mais indispensável. Em janeiro de 1851, por exemplo, a família de Marx por pouco não é lançada à rua por não poder pagar ao locador; em setembro de 1852, Marx teve que empenhar o seu casaco para comer, mal, batatas e pão; havia dívidas com o padeiro, o leiteiro, o açougueiro e até com o verdureiro; a filha de Marx – Franziska – morria de bronquite com apenas um ano de nascida – Jenny Marx teve que pedir emprestado para comprar o pequeno caixão! O pior veio em abril de 1855, quando morre o único filho homem de Marx, Edgar – chamado carinhosamente de “mosquito” – com apenas 8 anos de idade. Em julho, Marx escrevia uma carta comovente a Lassalle: “[...] A morte de meu filho abalou profundamente o meu coração e espírito, e ainda sinto sua perda tão vivamente hoje como no primeiro dia. Minha mulher, a pobre, está totalmente abatida”.⁴²

Tudo o que aconteceu destruiu os nervos de Jenny Marx e o casal viveu momentos terríveis de sofrimento e amargura. O gênio que explorou as entranhas mais recônditas do sistema capitalista e os mistérios mais ocultos do dinheiro parece ter sido um péssimo administrador do mesmo. Ainda por cima, a saúde de Marx chegou a se tornar insuportável. Exatamente durante a redação do Volume III, Marx sofreu um ataque de carbúnculos ou abscessos tão terríveis que somente podia permanecer de

pé ou recostado de lado – inclusive chegou a se operar a si mesmo. Jenny Marx escreveu a Kugelmann – um bom amigo da família – sobre esse período duro: “creia-me que, raras vezes, se escreveu um livro em circunstâncias mais difíceis, e poderia escrever uma história secreta que revelasse a infinita quantidade de inquietação, turvação e ansiedade. Se os trabalhadores tivessem um vislumbre do sacrifício que foi necessário para completar esse trabalho, escrito somente para eles e em seu interesse, mostrariam quiçá um pouco mais de interesse”.⁴³

Só a inestimável ajuda econômica de Engels, enviada pelo correio, pôde salvar a família do colapso e do desastre total. Na verdade, Marx só solicitava o auxílio de seu amigo nos momentos mais desesperantes. Nesse período “Engels parece ter dado mais [dinheiro] a Marx do que gastou com ele mesmo”.⁴⁴ Relata Jenny que, quando da porta se ouvia a chegada do carteiro, Marx costumava exclamar: “Estamos salvos, as 2 libras de Friedrich!”. Afortunadamente, a partir de 1864, a situação melhora relativamente, duas heranças aliviaram as penúrias da família e a posterior retirada de Engels, em 1869, de seu “trabalho de cão” no negócio familiar assegurou a Marx um sustento econômico mais estável.

O certo é que, sem o apoio de Engels, “O Capital” não teria visto a luz do dia. Assim o reconheceu o próprio Marx, como já nos referimos acima. Depois da publicação do Volume I, por exemplo, em sua correspondência com Engels, podemos ler palavras comoventes de agradecimento: “Sem ti jamais teria concluído minha obra e te asseguro que sempre me pesava na consciência como um pesadelo ver que tinhas de te dissipar no

comércio e deixar paralisar-se por minha causa tuas magníficas energias, obrigado, além disso, a compartilhar como próprias todas as minhas pequenas calamidades”⁴⁵. E, em outra carta de 1882, pouco antes de morrer, Marx escreveu ao seu eterno amigo: “Teu espírito de sacrifício comigo é incrível e muitas vezes me envergonho comigo mesmo pensando nisso” (p. 710).

Depois da publicação da primeira edição do Volume I, Marx teve pouco tempo para trabalhar nos dois volumes seguintes. Preparou a segunda edição – na qual, como de costume, fez mudanças, sobretudo no primeiro capítulo –, tarefa na qual investiu 18 meses; logo se ocupou de preparar a edição francesa. Analisou tanto a guerra franco-prussiana como o seu resultado: a experiência da Comuna de Paris – chegando à conclusão de que o Estado burguês devia ser substituído por um Estado tipo comuna. E fazia tudo isso enquanto a luta fracional e desleal de Bakunin consumia grande parte de sua atenção.

Além disso, Marx e Engels não tiveram outra opção além de intervir politicamente, dado que o Partido de Eisenach – dirigido por Liebknecht – havia aceitado a fusão com a União Geral de Trabalhadores Alemães de Lassalle, fazendo concessões inaceitáveis ao oportunismo e à confusão política. Essa fusão dará origem, em 1875, ao Partido Socialdemocrata Alemão. A “Crítica ao programa de Gotha” é um testemunho da batalha de Marx e Engels contra o oportunismo. O livro contém, também, contribuições muito importantes com relação ao período de transição e aos problemas econômicos relacionados a esse período. A redação do Anti-Dühring também foi parte integrante desse contexto de luta dentro do Partido. A seção econômica foi escrita por Marx – texto

⁴²McLellan, David; Marx, su vida y sus ideas, Barcelona, Crítica, 1983, p. 316.

⁴³Ibid., p. 402.

⁴⁴Ibid., p. 319.

⁴⁵Mehring, Franz; Karl Marx, la historia de su vida, Grijalbo, México, 1971, p. 368.

que constitui outra excelente maneira de se aproximar da teoria econômica Marxista. Com tudo isso nas costas, Marx se pôs a estudar livros sobre agricultura russa e norte-americana – que mostram dois caminhos para a resolução do problema agrário sobre bases capitalistas (o primeiro, reacionário, e o segundo, progressista). Engels – ao preparar a edição do Volume III, que aborda o tema da renda da terra – teve que lidar com metros cúbicos de papel sobre estatísticas agrárias. Além de tudo isso, a família Marx deu refúgio em sua casa a emigrados políticos da Comuna de Paris.

Marx teve a intenção de dedicar o segundo volume de “O Capital” a Darwin, cujas ideias revolucionárias contidas em “Sobre a Origem das Espécies” Marx havia percebido – embora detectasse as limitações filosóficas de Darwin. A atenção que Marx e Engels puseram sobre as ideias de Darwin – enquanto quase todo o restante do mundo as atacava – não é uma casualidade se considerarmos que introduziu a noção de evolução na Biologia. Pelo que parece, Darwin rejeitou essa dedicatória para não “ferir os sentimentos de sua família”, que professava ideias conservadoras.⁴⁶

A saúde de Marx já se encontrava seriamente abalada no início dos anos 1870: dores de cabeça terríveis e insônia o impediam de trabalhar como antes – ainda assim escreveu. Ademais, o médico o proibiu de trabalhar mais de quatro horas ao dia – recomendação que Marx violava tanto quanto podia. A redação dos capítulos dos Volumes II e III, realizados nessa ocasião, mostra, segundo Engels, a terrível batalha de Marx para concluir um trabalho que sabia que já não estaria em suas mãos concluir. Para piorar tudo, Jenny Marx contraiu câncer de fígado.



Marx, apesar de estar também muito doente, pôde compartilhar os últimos momentos no leito de sua esposa agonizante. Eleanor escreveu: “Não esquecerei nunca daquela manhã em que se sentiu já com bastante força para ir ao quarto da mamãe. Ao se verem juntos outra vez, parecia que tinham voltado aos radiantes dias de sua juventude, convertida ela em noiva e ele em um rapaz enamorado, que iam entrar juntos na vida; vendo-os, não pareciam um homem velho e arruinado pela enfermidade e uma anciã moribunda que se despediam para sempre”⁴⁷. Jenny von Westphalen morreu em 2 de dezembro de 1881. Marx não pôde se recuperar da morte de sua amada esposa, já não tinha forças para trabalhar em “O Capital” e ainda teve que suportar a morte de sua filha Jenny, em 11 de janeiro de 1883, também por causa do câncer. A bronquite e a pneumonia o atormentavam. Marx morreu sentado em sua mesa de trabalho, pouco depois de ver Engels, na tarde de 14 de março de 1883. Nesse dia – disse Engels – “deixou de pensar o maior pensador vivo”.

ENGELS E A COMPLEXA PREPARAÇÃO DOS VOLUMES II E III

Marx fez saber a sua filha Leonor que somente Engels podia se encarregar da publicação dos volumes seguintes de “O Capital”⁴⁸. Engels era o único capaz de enfrentar o legado literário e teórico de Marx. Engels o sabia perfeitamente e se comprometeu com a tarefa – a restauração e publicação dos dois volumes –, o que lhe impediu de terminar importantes obras teóricas como “Dialética da Natureza”, que estava escrevendo exatamente quando Marx morreu. Engels sabia que o melhor tributo ao seu amigo era se encarregar dos rascunhos que ninguém mais que ele poderia decifrar, interpretar e reconstruir. A intenção era publicar os volumes II, III e IV, além de escrever uma biografia de Marx.

A tarefa que Engels impôs a si mesmo era titânica e uma empreitada que devia realizar uma pessoa com 62 anos de idade com um frágil estado de saúde – teve que interromper o trabalho por seis meses por causa da enfermidade e essa interrupção o atormentava

⁴⁶McLellan, David; Marx, su vida y sus ideas, Barcelona, Crítica, 1983, p. 488.

⁴⁷Mehring, Franz; Karl Marx, la historia de su vida, Grijalbo, México, 1971, p. 540.

⁴⁸Mehring, Franz; Karl Marx, la historia de su vida, Grijalbo, México, 1971, p. 540.

muito, sabia que corria contra o relógio. A vista de Engels piorava e a letra de Marx era espantosamente ilegível – às vezes até para o próprio Marx; ademais, os médicos, alarmados por suas recaídas da saúde, o proibiram de sentar-se no escritório. O remédio que Engels encontrou foi o de recorrer a um ajudante a quem pudesse ditar o texto enquanto ficava recostado em um sofá. Essas sessões se prolongavam diariamente desde as dez horas da manhã até as cinco da tarde. Embora gigantescas e esgotadoras – segundo uma carta a Becker de 22 de maio de 1883 – eram, para Engels, “um trabalho gratificante, já que me sinto outra vez ao lado de meu amigo”. Mas ditar não era o mais complicado, o complicado era ordenar o material, integrar diferentes versões de um mesmo tema, desenvolver ideias que haviam ficado inconclusas. Por fim, em fevereiro de 1885, pôde terminar o polimento do Volume II e enviá-lo para impressão.

Mas o Volume III ia custar a Engels dez anos de trabalho, de fato, praticamente o restante de sua vida. Marx havia deixado para o Volume III “um esboço extraordinariamente incompleto”⁴⁹ e Engels o concluiria com mais de setenta anos de idade. Esse volume foi imensamente mais difícil de integrar que o Volume II, visto que da parte quinta sobre lucro e juro – uma das mais complicadas – só havia uma tentativa de exposição. Engels tentou redigi-la em três ocasiões – três redações que destruiu, consumindo a maior parte do tempo; do Capítulo IV da primeira seção, por exemplo, não existia mais que o título. Outras seções necessitavam apoio documental ou, pelo contrário, existiam os exemplos, mas faltava a exposição lógica da teoria. Por isso disse Lenin que os

volumes II e III devem ser considerados como obra conjunta de Marx e Engels.

Engels fazia tudo isso ao mesmo tempo em que escrevia sua obra-prima “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” e “Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã”, e, além disso, ocupava o lugar de orientação política que havia recaído sobretudo em Marx – segundo suas palavras, “tratava de que não se rompessem os fios que de todas as partes do mundo chegavam ao quarto de trabalho de Marx”⁵⁰ –, sua casa era “um lugar de peregrinação para pessoas de todos os países do mundo”⁵¹. Assinala Lenin que: “[...] A ele acudiam em busca de conselhos e diretrizes tanto os socialistas alemães, cujas forças, apesar das perseguições governamentais, aumentavam de forma constante e rápida, quanto os representantes de países atrasados, por exemplo, espanhóis, romenos, russos [...]. Todos eles aproveitavam o riquíssimo tesouro de conhecimentos e experiências do velho Engels”⁵². Além disso, assistia a todas as manifestações do 1º de maio!

Por fim, no final de novembro de 1894, Engels viu sair da gráfica o Volume III de “O Capital”, justo antes de sofrer um ataque de apoplexia do qual se recuperou. Lamentavelmente, já não podia se recuperar do câncer de esôfago. Engels morreu em 5 de agosto de 1895 sem haver podido publicar o Volume IV e sem haver podido redigir a biografia de Marx que ninguém escreveu melhor do que ele teria podido fazer. Em seu testamento, Engels legou grande parte de sua fortuna – junto com sua biblioteca – ao Partido Socialdemocrata alemão – cerca de 20 mil marcos – e o restante aos descendentes de Marx e a outros amigos.⁵³

Expusemos as vicissitudes da produção do livro mais importante – junto ao Manifesto – para a classe trabalhadora e para a fundamentação científica da revolução socialista. A seguir, tentaremos explicar as ideias mais importantes da economia política marxista.

Os livros “Trabalho assalariado e capital”, “Contribuição à crítica da economia política”, “Salário, preço e lucro” e os três volumes de “O Capital” constituem o principal legado teórico de Marx no que respeita à sua revolução da economia política. Nesses livros encontra-se o núcleo da teoria do valor, da força de trabalho, do capital, do dinheiro, da mais-valia e – em geral – a explicação mais completa que existe sobre o modo de produção capitalista, seu surgimento, desenvolvimento, decadência e morte. Tratamos de expor a origem desses livros, mas quisemos desenvolver a exposição sintética da teoria econômica marxista aparte, doutra forma a exposição teórica ficaria fragmentada e isso não ajudaria à exposição. O que pretendemos é expor na continuação as ideias essenciais, depois explicar como Marx pôde resolver paradoxos que os teóricos burgueses (inclusive seus melhores expositores) foram incapazes de resolver – esses paradoxos são apresentados por Marx em sua “Contribuição à crítica da economia política” – e deixar para o final algumas reflexões sobre o método dialético que Marx utilizou em sua façanha teórica.

A MERCADORIA E SUA CONTRADIÇÃO

A célula fundamental do capitalismo é a mercadoria, pois esse sistema mercantiliza todos os produtos e aspectos da vida. Assim como na informação genética da célula existe oculta a informação

⁴⁹Ibid. p. 712.

⁵⁰Mayer, Gustav, Friedrich Engels, México, Fondo de Cultura Económica, 1978, p. 714.

⁵¹Estepanova, Engels, La Habana, Editorial Nacional de Cuba, 1964, p. 305.

⁵²Lenin, “Federico Engels”, Ediciones en lenguas extranjeras, Pekín, 1980, p. 60.

⁵³ Mayer, Gustav, Friedrich Engels, México, Fondo de Cultura Económica, 1978, p. 885.

necessária para reproduzir um ser humano completo, na célula capitalista – a mercadoria – existem latentes as contradições que explicam o desenvolvimento do sistema em seu conjunto. A mercadoria se converte em um meio para explorar a força de trabalho, ou seja, a mercadoria se converte em capital. Diferentemente do que muita gente acredita – pois aprendeu a sacralizar o dinheiro – as mercadorias não existiram sempre de forma onipresente. A mercadoria é produto de uma relação social historicamente determinada.

Nas sociedades de caçadores-coletores, os produtos do trabalho humano não se convertiam em mercadorias, mas se tratava de valores de uso que o clã ou a tribo consumia diretamente, simplesmente porque não existia um excedente além das necessidades de consumo da comunidade. Nos modos de produção pré-capitalistas, dominava a “economia natural” que se orienta para o consumo direto do que é produzido. Somente de forma excepcional alguns excedentes, mas ainda assim esse intercâmbio marginal – embora de certa importância no incipiente intercâmbio cultural primitivo – não desempenhava um papel relevante na simples e direta vida produtiva do paleolítico.

A produção regular de mercadorias requer a possibilidade de

se gerar um excedente constante e isso, por sua vez, não foi possível sem o desenvolvimento das forças produtivas até um certo ponto, com a divisão do trabalho e a divisão da sociedade em exploradores e explorados, com o surgimento da propriedade privada. Inclusive, com o surgimento dos primeiros Estados e civilizações da antiguidade, o intercâmbio mercantil – que certamente se realizava de forma regular e a longas distâncias – era monopólio estatal e abarcava um pouco mais que artigos de luxo para a realeza, “faraós e “tlatonans” [nome dado pelos povos mesoamericanos para se referir ao governante de uma cidade – NDT]. Somente no capitalismo a relação mercantil se torna dominante. Estudando as contradições da mercadoria, pode-se desentranhar a dinâmica e o funcionamento do capitalismo – foi isso, precisamente, o que fez Marx de forma exaustiva em *O Capital*.

A mercadoria é um objeto produzido com a finalidade de ser trocado. Como tal, tem uma utilidade (valor de uso) e um valor de troca (a proporção em que a mercadoria é trocada por outras). O valor de uso da mercadoria – como o de qualquer objeto útil, seja mercadoria ou não – é determinado socialmente, é a sociedade que impõe certas necessidades que evoluem, morrem e se transformam. A utilidade de um objeto é determinada pelas propriedades objetivas – reais ou supostas – consideradas como úteis pela sociedade.

Mas a proporção em que uma mercadoria é trocada por outra não depende de suas propriedades objetivas – pois se trata de objetos diversos (por exemplo, pele que se troca por pescado) – mas do trabalho, que é o único que têm em comum ambas as mercadorias. Ser produto do trabalho humano é o único critério viável que se impõe na troca mercantil por um longo processo histórico de experiência

e erro.

A troca de mercadorias implica proprietários privados que oferecem suas mercadorias a outros proprietários privados. Isso supõe um desenvolvimento da sociedade tal que tenha feito surgir certa divisão social do trabalho, na qual os produtores diretos não produzem tudo o que necessitam, não são autossuficientes, e, ademais, a propriedade privada. Por exemplo, o surgimento da metalurgia supõe um trabalho a tempo completo e com artesãos que devem buscar toda classe de objetos que já não podem ou já não sabem mais produzir. Se esse produtor não é mantido pelo Estado – como costumava acontecer nos estados antigos onde o Estado era o grande comerciante – o produtor deverá encontrar no mercado o que necessita. Com a subsequente divisão do trabalho – por exemplo, a criação de gado e a agricultura, o campo e a cidade, artesãos e camponeses etc. – crescem os espaços para o desenvolvimento das relações mercantis que vão dissolvendo a comunidade primitiva e cresce, também, a concentração de poder e riqueza em um só polo. Um excelente complemento à história do surgimento do dinheiro até a formação de preços e lucro encontra-se em “Complemento ao prólogo” do Volume III de *O Capital*. Esse é muito interessante, pois analisa o surgimento do valor de troca desde os tempos primitivos⁵⁴.

O SURGIMENTO DO DINHEIRO E SUAS FUNÇÕES, O FETICHISMO DA PRODUÇÃO MERCANTIL

Com o desenvolvimento do mercado abarcando cada vez mais esferas da produção, vai surgindo a necessidade de encontrar uma mercadoria que sirva de medida do valor de todas as outras. Inicialmente o mercado marginal tomava a forma de escambo, cuja fórmula é $M - M$, ou seja, mercadorias que se trocavam diretamente. No



⁵⁴Engels, “Complemento al prólogo” del Tomo III de *El Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 21-42.

escambo, a venda e a compra são simultâneas: os valores de uso não se separaram de sua forma de valor de troca. Mas, com o desenvolvimento da economia mercantil, essa fórmula se torna obsoleta, visto que, por exemplo, quem oferece pele não necessariamente quer o produto do pescador, que necessita daquela mercadoria, mas de pontas de lanças de alguém que não quer a pele.

Os produtores começam a ver em uma mercadoria particular a mercadoria por excelência, com que medir o valor de todas as demais. A troca mercantil faz o dinheiro aparecer, ou um equivalente geral do valor de todas as mercadorias. As sociedades antigas encontraram essa medida no gado, no sal, nas peles e até nos escravos – entre outros exemplos. Através de um longo processo de experimentação e erro, as sociedades antigas encontraram nos metais preciosos esse equivalente geral, pois os metais, como o ouro e a prata – com o alto valor decorrente de sua extração – e suas propriedades materiais, como sua divisibilidade, durabilidade, maleabilidade etc., os tornam insubstituíveis para essa função social.

Marx estuda as funções do dinheiro em sua “Contribuição à crítica da economia política” e no primeiro volume de *O Capital*. Em primeiro lugar, o dinheiro como equivalente universal do valor exerce sua função de dinheiro na forma de preço, que se calcula de forma imaginária ou abstrata (quando vemos o preço de uma mercadoria no Wal-Mart, por exemplo, na maioria das vezes não a compramos, só calculamos magnitudes de valor); pelo contrário, o ato real de compra requer dinheiro “contado e sonante” que possibilita a circulação real da mercadoria – e permite ao dinheiro circular constantemente e sem cessar – aqui se revela o dinheiro como meio de circulação e o mercado como um

círculo infinito de compras e vendas, relações mercantis que são o cimento de uma sociedade de indivíduos privados – e egoístas em consequência. A diferença entre o dinheiro como medida de valor e como meio de circulação – se bem se trate de funções complementares e vinculadas – permite entender o surgimento dos simples “signos de valor” ou moedas e notas sem valor real: o dinheiro como meio de circulação implica no desgaste das moedas e em que, em certos momentos, os signos do valor não coincidam com o valor que realmente contêm, portanto, surge a possibilidade de substituir as moedas por simples fichas ou papéis sem valor algum. Naturalmente essas fichas não podem ser emitidas de forma arbitrária pelo Estado, devem corresponder a uma certa soma de valores que respalde tais moedas e notas – primariamente ouro e, depois do “tratado de Bretton Woods”, dólares (pois o imperialismo estadunidense, depois da Primeira Guerra Mundial, se apropriou de $\frac{3}{4}$ partes do ouro do mundo). Com o desenvolvimento do capitalismo, o dinheiro se converte, também, em meio de pagamento, ou seja, em meio para pagar créditos – aqui, a venda da mercadoria se separa de seu pagamento e é permitido ao capitalismo, temporariamente, ir além de seus limites naturais à custa de acumular mais contradições – e em dinheiro mundial. Na realidade, todas essas formas do dinheiro já estavam mais ou menos presentes na antiguidade – em Roma, não pagar uma dívida podia converter homens livres em escravos – mas é no capitalismo onde essas formas se desenvolvem até o fim.

No capítulo do Volume I, “O fetichismo da mercadoria e seu segredo”, Marx se aprofunda no fenômeno da alienação capitalista que já havia explorado nos manuscritos de 1844, mas, agora, enfocado a partir do ponto de vista da

teoria do valor. Na produção mercantil, as relações entre as pessoas se apresentam como relações entre coisas. Os proprietários privados se vinculam através do mercado como portadores de mercadorias e, com o surgimento do dinheiro como mercadoria universal, a relação social mercantil se desdobra em um valor de troca que se separa da mercadoria e do próprio homem. O produto de uma relação social específica e histórica se materializa e enfrenta os donos de mercadorias e os produtores. O pensamento religioso e fetichista atribui propriedades místicas aos objetos, o capitalismo atribui às coisas relações sociais e trata as pessoas como coisas ou como sujeitos que valem somente porque representam coisas. Marx explica que:

“Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Ali, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relações entre si e com os seres humanos”⁵⁵.

A FÓRMULA DO CAPITAL

Nem toda produção de mercadorias implica em capitalismo. A produção mercantil simples – que prevalecia nas sociedades pré-capitalistas – é representada por Marx com a fórmula $M - D - M$, ou seja, uma mercadoria que se troca por dinheiro para comprar outra mercadoria do mesmo valor. O princípio e o fim da equação é a mercadoria como valor de uso, o que se pretende aqui é adquirir um objeto útil do mesmo valor de troca. E, com o surgimento do dinheiro como meio de circulação, presenciemos a separação entre a compra e a venda, e a possibilidade abstrata da crise: de que o possuidor de mercadorias não encontre com-

⁵⁵Marx, *El Capital*, Tomo I, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 38.

prador e que, portanto, o trabalho contido nela tenha sido inútil ou irrealizável. Essa possibilidade abstrata se tornará inevitável com a conversão da mercadoria em capital e com a inversão da fórmula da troca mercantil em fórmula de produção capitalista.

O que interessa ao capitalista não é o valor de uso de suas mercadorias. Essas são apenas um meio para aumentar o seu dinheiro, para obter um lucro. A fórmula geral do capital é $D - M - D'$ (onde D' é dinheiro acrescentado). Mas vimos que a troca mercantil supõe a troca de equivalentes, ou seja, de mercadorias com o mesmo valor de troca. O capitalismo como sociedade produtora de mercadorias não violenta a lei de equivalência da troca mercantil. O capitalista não pode obter o seu lucro por meio da circulação; se o lucro proviesse de vender mais caro, o que o capitalista obtivesse como vendedor perderia eventualmente como comprador – visto que outros capitalistas também obteriam o seu lucro ao vender mais caro. Mesmo que o capitalista logre vender mais caro à custa dos demais, esse resultado não criaria valor, somente redistribuiria um valor já existente. Se o valor de troca da mercadoria está determinado pelo trabalho socialmente necessário, é somente na produção onde se pode encontrar a fonte de lucro do capitalista.

A produção mercantil supõe a troca, o confronto das diversas mercadorias entre si, entre diversos donos privados. A produção mercantil supõe uma relação social. Devido a isso, se o trabalho investido na produção de uma mercadoria é socialmente inútil – por exemplo, a produção de um modelo de computador que ninguém utiliza – essa mercadoria não tem valor embora tenham investido 8 horas de trabalho para produzi-la – frente às 4 horas investidas em um computador de última tecnologia. É por isso que o valor das mer-

cadorias está determinado pelo trabalho socialmente necessário investido nelas – não pelo trabalho concreto, mas pelo trabalho abstrato, não pelo trabalho complexo, mas pelo trabalho simples, não pela qualidade desse trabalho, mas pela simples quantidade de tempo que se investe em sua produção. Marx explica que “quando dizemos que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho encerrado ou cristalizado nela, temos presente a quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria em um estado social dado e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma intensidade média social dada e com uma destreza média no trabalho que se investe”⁵⁶. Como o intercâmbio mercantil supõe a interação de um número muito grande de proprietários privados, impõe-se as leis estatísticas dos “grandes números”, assim como do choque de partículas de um gás contido surgem dialeticamente leis específicas estudadas pela termodinâmica.

O SEGREDO DA MAIS-VALIA

O dinheiro se converte em capital quando o capitalista pode comprar no mercado uma mercadoria especial que tem o valor de uso – a utilidade – peculiar de ser fonte de valor. Essa mercadoria é a força de trabalho, cuja utilidade – para o capitalista – é o próprio trabalho. O que Marx descobriu – logrando resolver os paradoxos que torturavam a economia política clássica – é a diferença entre trabalho e força de trabalho. O capitalista compra ao trabalhador sua força de trabalho – por um período de tempo determinado (10 horas, por exemplo) – pagando ao trabalhador o preço de sua força de trabalho, que é o montante necessário para reproduzir essa força de trabalho, ou seja, para alimentar-se, vestir-se, alugar-se e reproduzir-se;



ou, mais precisamente, os meios de subsistência para manter-se vivo. Essa troca mercantil se faz seguindo todas as regras do mercado, o capitalista – supondo que paga o salário “justo” – paga ao trabalhador a soma de valores equivalentes ao trabalho socialmente necessário para produzir o trabalhador.

Mas o capitalista compra a força de trabalho não com o simples fim de manter vivo o trabalhador, mas para utilizar o valor de uso dessa mercadoria – da mesma forma que compramos um computador para utilizá-lo. Ou seja, compra-a para colocá-la para trabalhar. Mas, na jornada de trabalho, o trabalhador reproduz não só o valor de sua própria força de trabalho – o salário que o capitalista lhe pagou, trabalho que Marx chama de “trabalho necessário” – mas também, mediante um “sobre-trabalho”, cria um valor adicional que Marx chama de “mais-valia”. Assim, se em 6 horas, por exemplo, o trabalhador reproduz o seu salário, nas seguintes 4 horas produzirá mais-valia. Ao tempo em que o trabalhador produz mais-valia Marx denomina de “trabalho excedente”. Essa descoberta desnuda o caráter explorador do capitalismo. Em última instância a luta de classes no capitalismo é a luta pela mais-valia, o que explica o caráter antagônico e irreconciliável dos interesses do proletariado e da burguesia. A

⁵⁶Marx, Salario precio y ganancia, Buenos Aires, Editorial polémica, 1974, p. 100.

mais-valia é a fonte dos “dividendos” que a classe dominante em seu conjunto reparte, inclusive daquela parte que não investe em capital produtivo: o lucro (industrial e comercial), a renda da terra (diferencial e absoluta) e o juro (banquário e financeiro).

Mas, para que os capitalistas possam encontrar no mercado força de trabalho e para que, por outro lado, a indústria, a terra e os bancos se encontrem concentrados em suas mãos, são necessárias premissas históricas muito concretas. Essas condições supõem a existência de mão de obra “livre” tanto dos meios de produção – com os quais o trabalhador direto possa encontrar seu sustento – como livre das travas feudais que lhe impeçam de se vender ao capitalista. Isto quer dizer que o capital é uma relação social de produção e não uma propriedade das próprias coisas. Uma fábrica é capital não por ser fábrica, mas porque a monopolização privada desta permite a exploração do trabalho. Sob relações sociais comunistas, a fábrica terá, pelo menos de início, a mesma forma material, mas expressará novas relações sociais que permitirão todo o desenvolvimento possível da técnica em benefício coletivo.

Marx explica o surgimento das condições históricas para o domínio do capital no crescimento do comércio que começa no Renascimento, no chamado “descobrimento da América” que inundou de metais preciosos a Europa – acelerando a conversão do dinheiro em capital –, na acumulação primitiva, na qual os diversos estados absolutistas – sobretudo na Inglaterra – expropriaram selvagememente – mediante leis draconianas – os pequenos camponeses para concentrar a terra nas mãos dos novos burgueses têxteis; nas revoluções burguesas – especialmente a grande Revolução Francesa que quebrou as travas feudais, criando as nações modernas e desenvolvendo os mercados nacionais – e na revo-

lução industrial que criou a indústria moderna. Marx explica que o capitalismo nasceu gotejando lodo e sangue por todos os poros. Quem quiser conhecer a história da origem do capitalismo deve ler o capítulo sobre a “acumulação primitiva” do Volume I. O mito do grande empreendedor como origem do burguês é uma mentira. Este nasceu expropriando de forma sanguinária e implacável os pequenos camponeses e lançando-os à força nas portas da grande indústria.

MAIS-VALIA ABSOLUTA E RELATIVA

Na perpétua luta para aumentar a taxa de mais-valia – ou a relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente – os capitalistas veem-se obrigados pela concorrência a tentar aumentar a jornada de trabalho, a intensidade do mesmo e/ou a reduzir o montante dos salários, de tal forma que o tempo em que o trabalhador produz mais-valia ou trabalho não remunerado seja maior e, assim, aumentar o lucro. Daí as constantes tentativas – sobretudo em épocas de crise – para destruir os limites legais da jornada de trabalho, do direito à sindicalização e todos os tipos de direitos sociais que afetam a taxa de mais-valia da classe dominante. Às formas anteriores de aumentar a taxa de mais-valia – alongando a jornada de trabalho – Marx as chama de “mais-valia absoluta”.

Mas existem limites orgânicos, subjetivos e objetivos, para a extração de mais-valia absoluta. O dia só tem 24 horas e, embora o capitalista tenda a aumentar a jornada até os seus limites naturais – ou seja, ao ponto onde a relação assalariada se converte em escravidão aberta –, não é possível reproduzir a força de trabalho se esta não dorme e não come. Ademais, a organização social e política dos trabalhadores impõe limites relativos, culturais e históricos, que, embora a burguesia os rompa

continuamente, os trabalhadores recriam continuamente numa luta que será perpétua enquanto existir o sistema capitalista. Marx descreve no Volume I a luta pela jornada de 10 horas na Inglaterra, que é uma “guerra civil” na qual os trabalhadores impedem serem iguados a meros escravos. Por isso, a burguesia – sem perder nunca a atenção pela mais-valia absoluta – tenta aumentar a produtividade do trabalho por outros meios: investindo no desenvolvimento das forças produtivas, em aumentar a produtividade do trabalho – ou, em outras palavras – investindo na inovação constante da tecnologia e da maquinaria, e em novas formas de organizar e dividir o trabalho. Marx chama a esta forma de aumentar a mais-valia – aumentando a produtividade do trabalho – de “mais-valia relativa”.

Marx explica que o capitalismo com sua tendência a aumentar a mais-valia relativa atravessa diversas fases na organização social da exploração do trabalhador, a saber: a cooperação simples, a manufatura e a grande indústria moderna – e, dentro desta, podemos mencionar outras que Marx já não pôde ver, como a produção em série e o “fordismo”. Isso explica o mistério aparentemente insolúvel de que em 150 anos – ou mais – de existência do capitalismo como sistema dominante foram realizadas mais invenções, produzida mais tecnologia e impulsionadas mais teorias científicas decisivas do que em toda a história da humanidade em seu conjunto. O capitalista inova não por amor à humanidade e ao conhecimento, mas para aumentar a produtividade do trabalho e, em consequência, a taxa de mais-valia. Mas, com esta tendência, aumenta a dominação do capital constante – maquinaria, prédios, matérias-primas – sobre o capital variável – o trabalhador – pois a maquinaria desvaloriza o valor da força de trabalho, substitui a grande quantidade de traba-



Imagem: Banksy

lhadores que engrossam as fileiras do “exército industrial de reserva” (o exército de desempregados), rebaixa a destreza do trabalhador a monótonos movimentos repetitivos; o trabalho vivo se converte em apêndice da máquina.

Em qualquer caso, em “Trabalho assalariado e capital”, Marx já havia argumentado que o grau de submissão do trabalhador ao capital não se pode medir somente com o valor nominal do salário – ou seja, com o montante puramente numérico do salário –, mas pelo poder de compra do mesmo – o salário real – e, sobretudo, pela proporção do salário em relação à magnitude da taxa de mais-valia – o salário relativo. O salário nominal pode aumentar, mas o salário real diminuir pela queda do poder de compra, por exemplo. O poder de compra dos trabalhadores pode aumentar de fato – aumentar o salário real e nominal –, e a mais-valia, por exemplo, aumentar no dobro. Neste caso, o trabalhador está duplamente submetido ao capital. “O poder da classe dos capitalistas sobre a classe trabalhadora cresceu, a situação social do trabalhador piorou, desceu mais um grau abaixo da do capitalista”⁵⁷. A taxa de mais-valia – a relação entre os salários pagos e a mais-valia obtida – tende a aumentar mesmo supondo o aumento do salário real, ra-

zão por que a acumulação capitalista acarreta uma tendência à pauperização do trabalhador. Isto supõe que as necessidades sociais são socialmente determinadas e que o salário relativo considera tanto a relação do salário frente ao lucro como aos objetos que são considerados úteis e necessários, sem os quais o trabalhador se sente miserável. Marx explica isto com uma metáfora: “[...] por mais que, no transcurso da civilização, sua casa [do trabalhador] ganhe em altura, se o palácio vizinho continua a crescer na mesma ou mesmo em maior proporção, o habitante da casa relativamente pequena vai se sentir cada vez mais intranquilo, mais descontente, mais agoniado entre suas quatro paredes”⁵⁸. Nos períodos de auge, a tendência à pauperização é relativa – visto que mesmo supondo o aumento do poder de compra do salário, o lucro aumenta em maior medida –, mas, nos períodos de crise, a tendência ao empobrecimento se torna absoluta: não só diminui a participação dos trabalhadores na riqueza criada, como também diminui o salário real e mesmo o nominal.

CIRCULAÇÃO DE CAPITAL

Mas o capitalista somente se interessa pela extração de mais-valia na medida em que esta pode ser

“realizada” no mercado, ou seja, na medida em que a mais-valia cristalizada na mercadoria é vendida ou se converte em dinheiro acrescentado, e para o capitalista voltar a produzir no mercado a força de trabalho e os meios de produção. O volume I de *O Capital* estuda a produção de mais-valia – que é gerada unicamente na indústria, ou seja, no seio do capital produtivo – Marx menciona a circulação nesse volume – por exemplo, a venda de força de trabalho – somente na medida em que interessa à produção. No volume II, pelo contrário, Marx estuda o processo de circulação do capital social e as diversas fases que o capital adota nesse processo. Marx explica que a circulação capitalista não consiste no movimento simples das coisas – como pode parecer a qualquer comprador e como o entendia Ricardo – mas num processo cíclico onde o capital adota diversas formas: monetária, produtiva e mercantil⁵⁹. Essas diversas formas que o capital adota em seu ciclo de rotação haviam sido desarticuladas mecanicamente pelos economistas burgueses; por exemplo, para os mercantilistas a origem do valor e do lucro provinham do mercado. Essas diversas formas do ciclo tendem a ocultar a verdadeira origem da mais-valia.

⁵⁷Marx, *Trabajo asalariado y capital*, Buenos Aires, Editorial polémica, 1974, p. 46.

⁵⁸Ibid. p. 42.

⁵⁹Cf. Marx, *El Capital*, Tomo II, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 78.

O capitalista está interessado em reduzir o tempo de rotação do capital, ou seja, reduzir o intervalo de retorno de seu investimento com seu respectivo lucro. Por isso, o capitalismo desenvolveu os meios de comunicação, transporte, armazenamento, publicidade; para reduzir o tempo em que a mercadoria é realizada ou vendida. Esse interesse faz crer ao capitalista e à sociedade em seu conjunto – os mercantilistas acreditam nisso – que a mais-valia é produzida pelo dinheiro que se investe ou pela circulação do dinheiro investido, esta aparência oculta o fato de que se a velocidade de rotação aumenta o lucro, é só porque em maior rotação esse capital acrescentado pode retornar à produção de mais-valia, inclusive em escala ampliada. Isso mostra que o capitalismo tende a ser uma espiral infinita de produção de mais-valia, tendência que se choca de frente com a capacidade de consumo – entendida como poder de compra – limitada das massas.

No Volume III, Marx estuda a produção e a circulação em seu conjunto, explicando a formação da taxa média de lucro e do preço de produção. No Volume I – quando só abordou a produção em estado puro – Marx partia da premissa de que as mercadorias são vendidas por seu valor, mas na produção capitalista como um todo, a lei do valor se manifesta de forma modificada, através da concorrência e da formação de preços. No entanto, a abstração feita no Volume I foi indispensável para entender o funcionamento do capitalismo em um grau maior de concreção e para demonstrar que, no final das contas, os preços do mercado – que vemos todos os dias – são determinados pela lei do valor. O enfoque de Marx no Volume I foi necessário, ademais, porque o valor antecede historicamente à formação de preços e a outros fenômenos como a formação da taxa média de lu-

cro: efetivamente, as mercadorias foram trocadas por seu valor muito antes de que a produção mercantil expressasse o valor na forma de preço – que não é senão uma forma modificada do valor.

PREÇOS E LUCRO MÉDIO

Os clássicos sabiam que o preço oscilava em torno do valor, mas foram incapazes de estabelecer a relação entre valores e preços. Para os clássicos, o preço era uma questão de simples azar – como hoje em dia pode parecer a qualquer um que observa a subida e descida, aparentemente caprichosa, dos preços no mercado – ou, para os utópicos, tratava-se de uma infração da lei do valor. Uma das contribuições mais notáveis do livro “Trabalho assalariado e capital” é que, pela primeira vez, Marx logra estabelecer a relação entre valor e preço – tema que Marx aprofundará no Volume III de O Capital. Efetivamente, o preço é a expressão monetária do valor de uma mercadoria, mas flutua constantemente em relação ao seu valor, como as ondas do mar que oscilam acima das correntes profundas. Marx explica que o preço sobe ou desce em função da oferta e da demanda, que, por sua vez, está determinada pela concorrência entre vendedores – que tende a aumentar a oferta e baixar os preços – entre os compradores – que tende a subir a demanda e o preço das mercadorias – e, antes de tudo, a feroz concorrência entre dois exércitos: vendedores e compradores. Mas deste fenômeno real, alguns economistas extraíam a conclusão equivocada de que o que determinava o valor era a oferta e a demanda. Marx demonstra que essa oposição – oferta e demanda – determina as oscilações dos preços, mas não o valor que os preços expressam. Em “Trabalho assalariado e capital”, Marx demonstra isso de forma genial: a oferta e a demanda constituem

duas forças opostas e seu equilíbrio – a igualdade de forças entre oferta e demanda – equivale a sua mútua neutralização. Quando a oferta e a demanda coincidem, o preço de uma mercadoria equivale exatamente ao seu valor de troca; portanto, a oferta e a demanda não podem explicar a origem do valor, somente sua alteração.

Como vimos, a concorrência redistribui espontaneamente entre os diversos capitalistas o valor criado pelos trabalhadores (por meio da formação dos preços). Mas a análise de Marx vai mais longe: “se o preço é determinado pela relação entre oferta e demanda, o que determina essa relação entre oferta e demanda?”⁶⁰. Marx explica que, em virtude da busca louca de lucro que caracteriza o capitalismo, os capitais fluem para os ramos da produção que apresentem maior demanda e, portanto, um lucro maior em relação aos preços de produção – ou em relação ao capital desembolsado pelo capitalista em meios de produção e salário –, mas essa afluência de capitais aos ramos mais “competitivos” tende a nivelar o lucro obtido neles produzindo um lucro médio, com o qual a concorrência orienta novamente o preço em torno de seu valor e acima ou abaixo do custo de produção. Marx explicará em O Capital, Volume III, que se forma assim um preço de mercado que equivale ao custo de produção mais o lucro médio. Os monopólios tendem a distorcer o preço de mercado à custa do consumidor. Assim pois, Marx logra estabelecer a relação entre o valor – como materialização do trabalho – e os preços – que oscilam constantemente sem relação aparente com o valor –, questão que havia sido um mistério indecifrável para os economistas anteriores. Muitos críticos de Marx assinalaram uma suposta contradição entre o Volume I e o III – visto que no Volume I Marx partia da suposição de que as mercadorias

⁶⁰Marx, Trabajo asalariado y capital, Buenos Aires, Editorial polémica, 1974.

individuais são trocadas por seu valor –, mas não é possível entender a formação de preços sem compreender a lei do valor: a relação entre valor e preço é a mesma que existe entre a essência ou a lei e o fenômeno no qual se manifesta.

Com relação ao caráter socialmente necessário do trabalho criador de valor, o capitalista individual que consegue em primeiro lugar uma “composição orgânica” maior – ou seja, que ao investir em maquinaria obtém uma relação maior de maquinaria com relação à força de trabalho empregada – pode vender mais barato, mas obter lucros maiores, afastando seus concorrentes e concentrando e centralizando o capital. A contradição oculta nesse afastamento do homem pelas máquinas está em que a máquina – o capital constante – não gera valor – só o trabalho pode fazer isto –; o “capital morto” (máquinas, prédios, matérias-primas) só transfere o seu valor pelo desgaste ou pelo uso. Portanto, na realidade, o valor individual das mercadorias desse primeiro capitalista que introduz nova tecnologia tende a diminuir. No entanto, como o valor das mercadorias que este capitalista leva ao mercado é determinado pelo trabalho socialmente necessário – e não pelo que se extrai em sua fábrica particular –, obtém de suas mercadorias lucros extraordinários que não provêm somente do valor gerado pelos trabalhadores explorados em sua fábrica, mas pelo custo médio do trabalho social para produzir as mercadorias de seu tipo. Mas o segredo comercial – que protege as inovações do empresário – deixa de ser secreto quando é usado e, portanto, é impossível evitar que essa inovação se difunda e o trabalho socialmente necessário diminua mais cedo ou mais tarde nesse ramo em questão. Portanto, a taxa de lucro geral tende a cair conforme a composição orgânica do capital aumente em nível global, e o

capital não tem mais remédio que buscar perpetuamente novos mercados para investir.

Essa tendência, que Marx desenvolve no Volume III, é o segredo da formação da taxa média de lucro pela qual capitais da mesma magnitude tendem a obter o lucro “médio” ou normal para um determinado período. O que acontece é que a massa total de mais-valia é repartida entre a burguesia, na forma de lucro, em função do investimento, como se a mais-valia extraída dos trabalhadores em seu conjunto fosse parte de um fundo comum de toda a burguesia. “Temos, pois, aqui a prova matematicamente exata de por que os capitalistas, apesar dos rancores que os separam no campo da concorrência, constituem uma verdadeira maçonaria quando enfrentam em conjunto à coletividade da classe trabalhadora”⁶¹.

Cabe adicionar que a tendência decrescente na taxa de lucro não impede o aumento na massa de lucro e a concentração da riqueza em poucas mãos – embora isto pareça um paradoxo. Enquanto a taxa de lucro tende a diminuir – conforme aumenta a composição orgânica geral em um ramo particular – o



grau de exploração da força de trabalho aumenta – enquanto o exército industrial de reserva engrossa suas fileiras – razão por que a massa total de mais-valia tende a aumentar também. E se bem é certo que a queda da taxa de lucro pode tornar menos atrativos alguns ramos da produção que antes cresciam, isso não significa que a concentração de capital – portanto, os lucros de um número cada vez menor de industriais – diminua.

A RENDA DA TERRA

Dizíamos que a mais-valia é a fonte de onde emanam os dividendos dos setores parasitários da sociedade: o lucro, para o empresário industrial e comerciante; o juro, para o banqueiro; e a renda, para o latifundiário. O problema da origem da renda da terra era um mistério indecifrável para os economistas burgueses – tema que Marx desvenda no Volume III. Para os fisiocratas, a produção agrícola era a única fonte de valor; para Smith, ao mesmo tempo em que sustentava elementos da teoria do valor-trabalho – era a terra a fonte do valor na agricultura. Ricardo sustentava, corretamente, que a fonte da renda da terra provém do trabalho – já identificava o que Marx chamará de “renda diferencial” – mas, ao mesmo tempo, Ricardo defendia a teoria reacionária de Malthus da “fertilidade decrescente do solo” que culpava à natureza pela pobreza das massas, além de não distinguir entre o uso do solo como capital e o uso do solo como simples objeto de trabalho.

A terra é a fonte primitiva do trabalho que provê ao homem de matérias-primas e fertilidade. No entanto, a terra se converte em capital somente quando – na base da propriedade privada – utiliza-se a terra para que o trabalho alheio produza mais-valia. A terra sempre foi objeto de trabalho, mas nem sempre foi capital, como acredi-

⁶¹Marx, *El Capital*, Tomo III, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 200.

tavam os economistas burgueses – incluído Ricardo. A terra se converteu em capital em determinada fase da história da humanidade. Mas como se determina a parte da mais-valia que corresponde ao latifundiário?

O monopólio da terra permite ao latifundiário apropriar-se de sua quota da mais-valia e isto ele o faz graças às seguintes circunstâncias econômicas: Na agricultura, a concorrência de capitais – graças à qual se cria o lucro médio na indústria – é mais complicada, pois o monopólio da terra não incentiva o investimento em maquinaria; ademais, a relativa escassez de terras cultiváveis faz com que, mesmo as piores terras aportem uma parte de mais-valia – na forma de renda – para os seus donos. A baixa composição de capital – baixa proporção de maquinaria e capital constante em relação à força de trabalho – lança no campo um excedente adicional sobre o lucro médio – o monopólio da terra não permite que esse excedente de mais-valia passe a formar parte do lucro médio do mercado. A esta renda – que nasce do monopólio da terra – Marx denomina de “renda absoluta”. A reforma agrária ou a ruptura do poder latifundiário faz com que essa renda absoluta passe a formar parte do lucro médio geral na agricultura, aumentando a renda para o conjunto dos capitalistas e já não somente para uns quantos latifundiários. É por isso que a reforma agrária – parte integrante das tarefas democrático-burguesas – acelera o desenvolvimento do capitalismo e das forças produtivas.

Mas acima das piores terras estão as terras medianamente férteis e algumas outras cuja fertilidade é ótima – seja por sua localização e condições naturais (irrigação, pluviosidade, proximidade aos mercados etc.) ou pelo maior investimento em capital – adubo, maquinaria, irrigação – que se investiu nelas (cabe adicionar que este investimento está

relacionado à resolução adequada do problema da terra, do cumprimento das tarefas da revolução democrático-burguesa). Essas últimas terras, muito mais produtivas e organizadas de acordo com a indústria moderna, mostram uma vantagem quanto ao preço de produção em relação às terras piores. Neste caso, os capitalistas podem vender a preço de mercado (de acordo com o trabalho socialmente necessário que impera em um momento determinado), obtendo uma renda maior à média (determinada pelas terras piores), renda que Marx denomina de “renda diferencial”. O fato de que o lucro médio na agricultura esteja determinado pela produtividade das terras piores – e não pelas condições médias, como ocorre na indústria – não é um capricho do latifundiário: em geral, as terras medianas e boas não podem por si mesmas abastecer o mercado; se não fossem cultivadas as terras piores a demanda de produtos agrícolas aumentaria e isso traria benefícios aos capitalistas que investiram nas terras piores.

A renda diferencial – que se obtém com o investimento sucessivo de capitais – demonstra a falsidade da teoria de Malthus, segundo a qual a produtividade da terra decresce irremediavelmente impossibilitando sustentar uma população crescente. A terra, sob as condições da técnica e da ciência modernas pode aumentar sua fertilidade de forma potencialmente indefinida. A importância das investigações de Marx sobre a renda da terra consiste, entre outras coisas, em que demonstra que esta tem sua fonte na mais-valia, ou seja, no trabalho não pago aos trabalhadores, na exploração de sua força de trabalho.

REPRODUÇÃO AMPLIADA E A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Para evitar ser deslocado por seus concorrentes, o capitalista deve investir maiores somas de capital, produzir em escala maior,

conquistar novos mercados; ou seja, o capitalista deve investir uma parte de seus lucros – que provém da mais-valia – para aumentar a escala do capital ou dos recursos destinados à exploração da força de trabalho do trabalhador. Como Marx explica no Volume III de O Capital, o capital não se contenta com a “reprodução simples” – ou investimento na mesma escala do ciclo anterior –, e sim com a “reprodução ampliada”. Mas a reprodução ampliada tende a afastar uma maior quantidade de “trabalho vivo” – força de trabalho – em relação ao “trabalho morto” – maquinaria, prédios, matérias-primas – e ao mesmo tempo esse capital tende a afastar os pequenos e médios produtores lançando-os nas fileiras do proletariado. Portanto, forma-se um exército industrial de reserva ou uma legião de trabalhadores condenados ao desemprego forçado que o capital não pode absorver ao mesmo ritmo de seu crescimento. Esta é a lei geral da acumulação capitalista: a criação do exército industrial de reserva, a criação de um exército de assalariados em proporção maior à capacidade, sob condições capitalistas, de ocupá-los produtivamente. Este exército pressiona os salários para baixo, pois aumenta a oferta da força de trabalho – cujo preço é determinado, como qualquer mercadoria, pelas leis da oferta e da demanda. Cresce o desemprego, a indigência e a marginalização. “E assim, o bosque de braços que se estendem e pedem trabalho é cada vez mais espesso, enquanto os próprios braços que o formam são cada vez mais fracos”⁶². No passado – depois do auge do pós-guerra – os países capitalistas mais industrializados e colonialistas podiam se dar ao luxo de “exportar o desemprego”, permitindo o pleno emprego dentro de suas fronteiras, à custa da miséria do chamado “Terceiro Mundo”. Mas,

⁶²Marx, Trabajo asalariado y capital, Buenos Aires, Editorial polémica, 1974, p. 58.

na crise atual do capitalismo, nenhum país do mundo se salva do “exército industrial de reserva”.

CRISE DE SUPERPRODUÇÃO

Em seu “holocausto canibal” da concorrência capitalista – que funciona por e para o lucro privado –, um sistema onde no altar do capital são sacrificados os trabalhadores (ao desemprego, aos baixos salários, às jornadas extenuantes e à maior exploração), assim como também são imolados os pequenos proprietários, os camponeses pobres e até os empresários de porte médio – todos à bancarrota –, o capitalismo tende a inundar o mercado – sobretudo nos ramos mais rentáveis – com mercadorias que já não encontram saída uma vez que a demanda efetiva neste sistema não está determinada pelas necessidades humanas reais, socialmente geradas – quem não quer um computador novo, boa comida, remédios suficientes etc.? (Certamente, a moda hippie ou pós-moderna de promover o subconsumo e a abstenção das necessidades “artificiais” do capitalismo “ocidental” e “consumista” favorece o sistema ao ficar em linha com os cortes do nível de vida dos trabalhadores) – mas pela “demanda solvente”, ou seja, pelo poder de compra da maior parte da população mundial constituída pelos próprios trabalhadores, um poder de compra que está constantemente ameaçado pelas tentativas da burguesia de aumentar a taxa de mais-valia. Portanto, o capitalismo em sua busca louca do lucro privado – corta o mercado para suas próprias mercadorias, ao mesmo tempo em que o satura, gerando crises recorrentes de superprodução. Esse “holocausto canibal” se resolve por meio do fechamento de fábricas, demissões em massa, cortes sociais, destruição das mercadorias sobrantes, terras sem cultivar, guerras comerciais e até conflitos militares; é a

loucura de sacrificar os próprios trabalhadores a fim de equilibrar a oferta com a “demanda solvente”. As crises de superprodução são a forma como o capitalismo equilibra de forma violenta as contradições que se haviam acumulado. O capital busca novos ramos para o investimento que nada fazem além de reproduzir em escala ampliada a loucura precedente. O capitalismo é um sistema “demente”, onde há crise porque há superabundância, abundância de mercadorias que ninguém pode comprar embora sejam necessárias. A loucura da superprodução capitalista demonstra uma das contradições imanes mais trágicas deste sistema. Marx, no Volume III de O Capital explica a causa última das crises de superprodução: “[...] a pobreza e a capacidade restrita de consumo das massas com as quais contrasta a tendência da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas como se não tivessem mais limites que a capacidade absoluta de consumo da sociedade”⁶³.

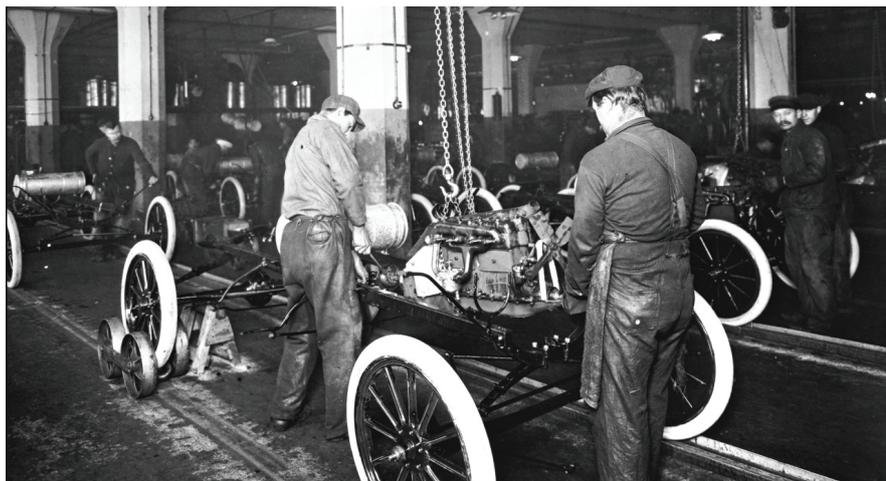
FUNDAMENTAÇÃO CIENTÍFICA DO SOCIALISMO OU TENDÊNCIA HISTÓRICA DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Enquanto uma parte considerável da mais-valia é reinvestida pelo capitalista na produção, o trabalhador não só cria mais-valia, como também capital – um valor que se destina à exploração do trabalhador – em escala ampliada. Isso é o mesmo que dizer que o trabalhador cria e recria as cadeias que o mantém submetido; cristaliza um trabalho morto, incessantemente crescente, que submete o trabalho vivo, o desvaloriza – ao substituir o trabalhador especializado por maquinaria e ao criar um exército de desempregados –, o simplifica – ao converter o trabalho em uma tarefa monótona e insuportavelmente unilateral. E, ao mesmo tempo, esta enorme “maquinaria”

capitalista somente se pode mover mediante um trabalho socializado, coletivo; as forças produtivas modernas não podem ser empregadas como na velha oficina do carpinteiro medieval que se bastava a si mesmo, mas pela participação de milhares e milhões de trabalhadores numa economia entrelaçada em nível mundial. A solução potencial de todas as contradições do capitalismo é gestada no desenvolvimento do próprio capitalismo, mas essas forças produtivas – a força de trabalho, a tecnologia, os meios de comunicação e a ciência moderna – não podem ser racionalmente organizadas dentro dos marcos da propriedade privada dos meios de produção e com as fronteiras nacionais vigentes. Temos aqui a chave não só da concepção coletiva e proletária do comunismo, mas também de seu internacionalismo imanente. O marxismo é internacionalista porque o capital é global e somente a reorganização internacional do trabalho, sobre bases comunistas, permite o desenvolvimento pleno das forças produtivas.

Marx conclui o capítulo XXIV do Volume I de O Capital com o epítáfio final do sistema capitalista, uma profecia que se baseia na ciência e que o proletariado organizado e consciente está destinado a cumprir: “Segundo diminui progressivamente o número de magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam este processo de transformação, cresce a massa da miséria, da opressão, da escravização, da degeneração, da exploração; mas cresce também a rebeldia da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa e mais disciplinada, mais unida e mais organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital se converte em grilhões do regime de produção que cresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho chegam a um ponto em que se tornam in-

⁶³Marx, El Capital, Tomo III, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 455.



Linha de produção da Ford, 1814

compatíveis com seu invólucro capitalista. Os expropriadores são expropriados”⁶⁴. Temos aqui o fundamento científico, real, objetivo da luta pelo socialismo.

Terminaremos nosso estudo explicando as contradições da economia política que Marx resolveu e com o método materialista e dialético que empregou na análise do capital.

LIMITES E PARADOXOS DA ECONOMIA POLÍTICA BURGUESA

“[...] é paradoxal que a Terra gire em torno do Sol e que a água seja formada por dois gases muito inflamáveis. As verdades científicas sempre são paradoxais, se forem medidas pela régua da experiência cotidiana, que só percebe a aparência enganosa das coisas” (Marx, “Salário, preço e lucro”).

Antes de Marx e Engels, a economia política clássica havia considerado como seu objeto de investigação a produção da riqueza, a partir de categorias – como valor, trabalho e capital – vistas como eternas ou supostamente válidas para toda a história da humanidade. Para Ricardo e Adam Smith, o trabalho humano sempre se manifestou como mercadoria e como

valor de troca – inclusive desde os tempos dos pescadores primitivos, cujo pescado era de imediato uma mercadoria –, não cabia outra possibilidade. Como viam no sistema capitalista um regime eterno, os clássicos estavam impedidos de descobrir o segredo da mais-valia. Como se supunha que a burguesia pagava o trabalho de seus trabalhadores – e não sua força de trabalho, como Marx descobrirá – o caráter explorador do sistema fica encoberto.

Embora os clássicos tenham feito a contribuição importantíssima de assinalar que o valor de uma mercadoria é determinado pelo trabalho nela contido, não puderam distinguir que se trata de trabalho socialmente necessário e não do trabalho concreto investido em cada mercadoria individual (não viam a diferença entre trabalho abstrato e trabalho concreto). Devido a sua incapacidade de sondar as contradições dialéticas da mercadoria, enredavam-se em contradições lógicas insolúveis. Não era só que os clássicos carecessem de um critério dialético que pudesse descobrir as contradições do capitalismo, também não colocavam o sistema em questão, só pretendiam descrevê-lo, analisá-lo. Engels es-

creveu que: “não se precisa mais do que ver, lendo Adam Smith ou qualquer outro economista oficial famoso, quantos suplícios custava a esses senhores o valor de troca e o valor de uso, quão difícil era para eles diferenciá-los claramente e conceber cada um deles em sua própria e peculiar precisão, e comparar logo isto com a clara e simples exposição de Marx”⁶⁵.

Marx – em seu “Contribuição à crítica da economia política” – expõe as contradições lógicas que desconcertavam e pareciam demolir a teoria do valor-trabalho de Ricardo; trata-se de paradoxos que torturavam os economistas – quase da mesma forma como os paradoxos de Zenão torturam os lógicos formais –, que Marx logrará resolver em sucessão, até sua resposta final em O Capital. As contradições lógicas iam sendo desenredadas analisando-se as contradições dialéticas. São estas as apaixonantes “antinomias” da economia política:

A) Como até antes de Marx não se conhecia a diferença entre trabalho e força de trabalho, apresentavam-se os dois seguintes paradoxos:

1) “O próprio trabalho [como toda mercadoria] tem um valor de troca [ou proporção em que se troca essa mercadoria por outras], mas fazer do valor de troca [determinado pelo trabalho, como estabelece a teoria do valor-trabalho] a medida de si mesmo é um círculo vicioso, pois o valor de troca que serve para medir necessitará por sua vez de uma medida”⁶⁶.

2) “Se o valor de troca de um produto é igual ao tempo de trabalho que contém, o valor de troca de um dia de trabalho é igual ao seu produto. O salário do trabalho tem que ser igual ao produto do trabalho. Mas o caso é que ocorre o contrário [...]”⁶⁷.

⁶⁴Marx, El Capital, Tomo I, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. 648.

⁶⁵Engels, “La contribución a la crítica de la economía política, de Karl Marx”, p. 36.

⁶⁶Marx, Contribución a la crítica de la economía política, México, Fondo de Cultura Popular, 1970, p. 67.

⁶⁷Ibid. pp. 67-68.

Alguns socialistas utópicos tratavam de resolver o paradoxo exigindo à realidade capitalista que não contradissesse o postulado de seus próprios economistas, enquanto que os adversários da teoria ricardiana argumentavam a falsidade da teoria por sua incapacidade de dar conta de uma realidade que a contradizia. Como dissemos, esse paradoxo se resolve entendendo a diferença entre trabalho e força de trabalho. O que o capitalista paga ao trabalhador é sua força de trabalho – os meios de subsistência – e é mediante o trabalho na fábrica capitalista que o trabalhador cria o valor que reproduz o valor do salário e gera mais-valia.

B) O terceiro paradoxo está relacionado à incapacidade dos clássicos de descobrir o vínculo que unia o valor ao preço por meio da oferta e da demanda, ou seja, por meio da concorrência mercantil:

3) Os detratores da teoria do valor-trabalho assinalavam: “O preço de venda das mercadorias baixa ou sobe em relação ao seu valor de troca de acordo com a relação variável da oferta e da demanda e não pelo tempo de trabalho contido nelas. Essa singular conclusão não faz mais que renovar a pergunta: Como é que sobre a base do valor de troca se desenvolve um preço de venda distinto de tal valor? Ou, mais exatamente, como é que a lei do valor de troca não se realiza senão em prejuízo próprio?”⁶⁸.

Pareceria que o valor da mercadoria como tempo de trabalho cristalizado nela não se manifesta nunca senão em uma forma diferente, a forma de preço determinado pela oferta e demanda, de tal forma que parece impossível demonstrar a existência de um valor que nunca se manifesta na realidade. Mas Marx demonstrará que a soma total dos preços das mercadorias que inundam o mercado

capitalista coincide sempre com seu valor, pois – tal como Trotsky sintetizou o assunto – “[...] em última análise unicamente os valores que foram criados pelo trabalho humano se acham à disposição da sociedade, e os preços não podem ultrapassar esses limites [...]”⁶⁹.

C) O quarto paradoxo assinalado por Marx está relacionado à incapacidade dos clássicos de relacionar a teoria do valor com o monopólio:

“[...] se o valor de troca não é outra coisa que o tempo de trabalho contido em uma mercadoria, como podem possuir valor as mercadorias que não contêm trabalho? Ou, em outros termos: De onde procede o valor de troca das simples forças da natureza?”⁷⁰.

Em um regime de propriedade privada – que inclui a terra e a muitos recursos naturais suscetíveis de serem comercializados – a monopolização não só pode aumentar os preços das mercadorias muito acima de seus valores reais, valoriza mercadorias que não são produtos do trabalho – por exemplo, os diamantes –, mercadorias que têm valor não porque sejam produtos do trabalho, mas porque seu monopólio no marco capitalista confere a possibilidade a seus donos – em virtude da oferta minúscula e da demanda alta – de realizar no mercado um valor que provém de outras mercadorias – afastando outros capitalistas. Em outras palavras, o monopólio da terra e de outros produtos naturais de luxo são fatores, entre outros, que reconcentram e centralizam o capital em cada vez menos mãos. A prova de que na realidade os objetos da natureza carecem – por si mesmos – de valor de troca está em que, quando a oferta e a demanda desses objetos coincidem, equilibrando-se entre si – mostrando o verdadeiro valor de troca de uma mercadoria – seu valor de troca é igual a zero. Assim, por

exemplo, o ar que respiramos não tem valor de troca, pois não se trata de uma substância produto do trabalho, e a oferta e a demanda estão – digamos – equilibradas. Isso não impede às empresas farmacêuticas de vender ar armazenado para os asmáticos. Para aprofundar na renda da terra remetemos o leitor a mais acima, onde explicamos este tema.

Outros paradoxos são expostos por Marx no Volume III: os clássicos não podiam explicar o enigma de que as mercadorias se vendessem aproximadamente pelo preço de produção – igual ao custo de produção mais o lucro médio – e não pelo valor individual de cada mercadoria. Esse fenômeno parece contradizer a teoria do valor-trabalho. Os clássicos da economia burguesa não podiam conciliar a teoria do valor com os fenômenos que se observam realmente na economia capitalista. Para Smith, por exemplo, as mercadorias só se haviam trocado por seu valor-trabalho nas sociedades primitivas, mas não na sociedade moderna e Ricardo nunca pôde explicar o fenômeno. Marx explicou que o preço de produção é a forma como se manifesta a teoria do valor na sociedade capitalista, é a forma como a concorrência redistribui o lucro – cuja fonte é a mais-valia gerada por todos os trabalhadores – entre o conjunto da burguesia.

O MÉTODO DIALÉTICO DE O CAPITAL

Lenine assinalou em seus “Cadernos filosóficos” que é impossível entender *O Capital* sem se ler “A Lógica” de Hegel⁷¹. Da mesma forma, em um artigo promovendo o livro de Marx “Introdução à crítica da economia política”, Engels explica a importância do método dialético nos estudos econômicos de Marx. Lenine observou que, se Marx não escreveu uma “Lógica”, escreveu

⁶⁸Ibid. p. 68.

⁶⁹Trotsky, *El pensamiento vivo de Karl Marx*, Barcelona, Ediciones Celtas, 1972, p. 17

⁷⁰Marx, *Contribución a la crítica de la economía política*, p. 68.

⁷¹Lenin, *Cuadernos filosóficos*, en *Obras completas*, Tomo 42, México, Librería Salvador Allende, n/d., p., 172.

O Capital, uma obra-prima de aplicação do método dialético.

Em Hegel, o método dialético se desenvolve de forma extremamente abstrata, visto que em Hegel a dialética expressa o desenvolvimento especulativo do conceito, o desenvolvimento do “espírito absoluto”. Os epígonos de Hegel – escola a que pertenceram Engels e Marx – retomavam de forma superficial certas fórmulas dialéticas esvaziando-as de todo conteúdo e substituindo todo conhecimento positivo por fórmulas convertidas em clichês, “esses hegelianos não sabiam nada de nada, mas podiam escrever sobre tudo”⁷².

Feuerbach rejeitou o idealismo de Hegel, mas não soube o que fazer com o método lançando-o na lata de lixo junto com o sistema idealista, “livrou-se da água suja com tudo inclusive a criança”. Marx e Engels foram os únicos que retomaram o método de Hegel, revolucionando-o. Em vez de se basear na especulação pura, o método dialético foi aplicado ao estudo das contradições, descobrindo-as e desenvolvendo-as a partir dos fatos positivos e do desenvolvimento histórico. As transições de uma categoria econômica a outra – por exemplo, do simples escambo ao surgimento do dinheiro – não são – como em Hegel – simples transições dialéticas dos conceitos puros, mas a expressão conceitual de contradições e transições reais, objetivas; a reprodução da realidade no pensamento. O próprio Marx explicou que seu método consistiu em colocar Hegel de pé, pois se achava pendurado de cabeça para baixo:

“Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento – que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia –, é o criador do real, e

o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. [...] A mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu de ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de forma ampla e consciente. Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico”⁷³.

Como em toda ciência, o estudo analisa seu objeto – o capitalismo – em “estado puro” e exhibe o desenvolvimento “lógico” deste, ou seja, seu devir, à margem de elementos contingentes e acidentais. Da mesma forma, embora em um campo muito mais simples, a teoria newtoniana estuda o movimento, o peso e a massa em estado puro; como se não existisse a fricção, o ar e o restante do universo. Mas só assim é possível compreender o peso real da ação perturbadora do “acidental” no “necessário”. O desenvolvimento lógico reproduz o histórico, mas omitindo elementos contingentes e os ziguezagues que caracterizam a história real. O desenvolvimento puro permite compreender o desenvolvimento histórico real que lhe serve de base e, ao mesmo tempo, permite a Marx introduzir os exemplos históricos concretos – por exemplo, a acumulação primitiva de capital ou a luta pela jornada de 10 horas na Inglaterra – revelando seu significado subjacente e justificando, ao mesmo tempo, a legitimidade do método. O método não se impõe ao conteúdo, mas se demonstra nele.

Marx estuda o desenvolvimento do capitalismo em todas as suas contradições a partir da célula básica, a mercadoria. No Volume I de O Capital, Marx explica que, como

valor de uso – como objeto concreto e material – e como valor de troca – como “substância” abstrata ou suprassensível, como objeto do trabalho em geral – a mercadoria esconde contradições que desafiam o “saudável” sentido comum. Uma mesa de madeira como simples valor de uso é um “pedaço de madeira, um objeto vulgar e corpóreo. Mas, quando nos é apresentada como mercadoria, sofre uma metamorfose e se converte em um objeto ao mesmo tempo corpóreo e suprassensível. Por um lado, a vemos descansar tranquilamente com seus pés no solo, e, por outro, levantar a cabeça frente a todas as demais mercadorias, e de sua cabeça de madeira começam a sair antolhos que causam mais maravilhas que, se de repente a mesa começasse a bailar por impulso próprio”⁷⁴.

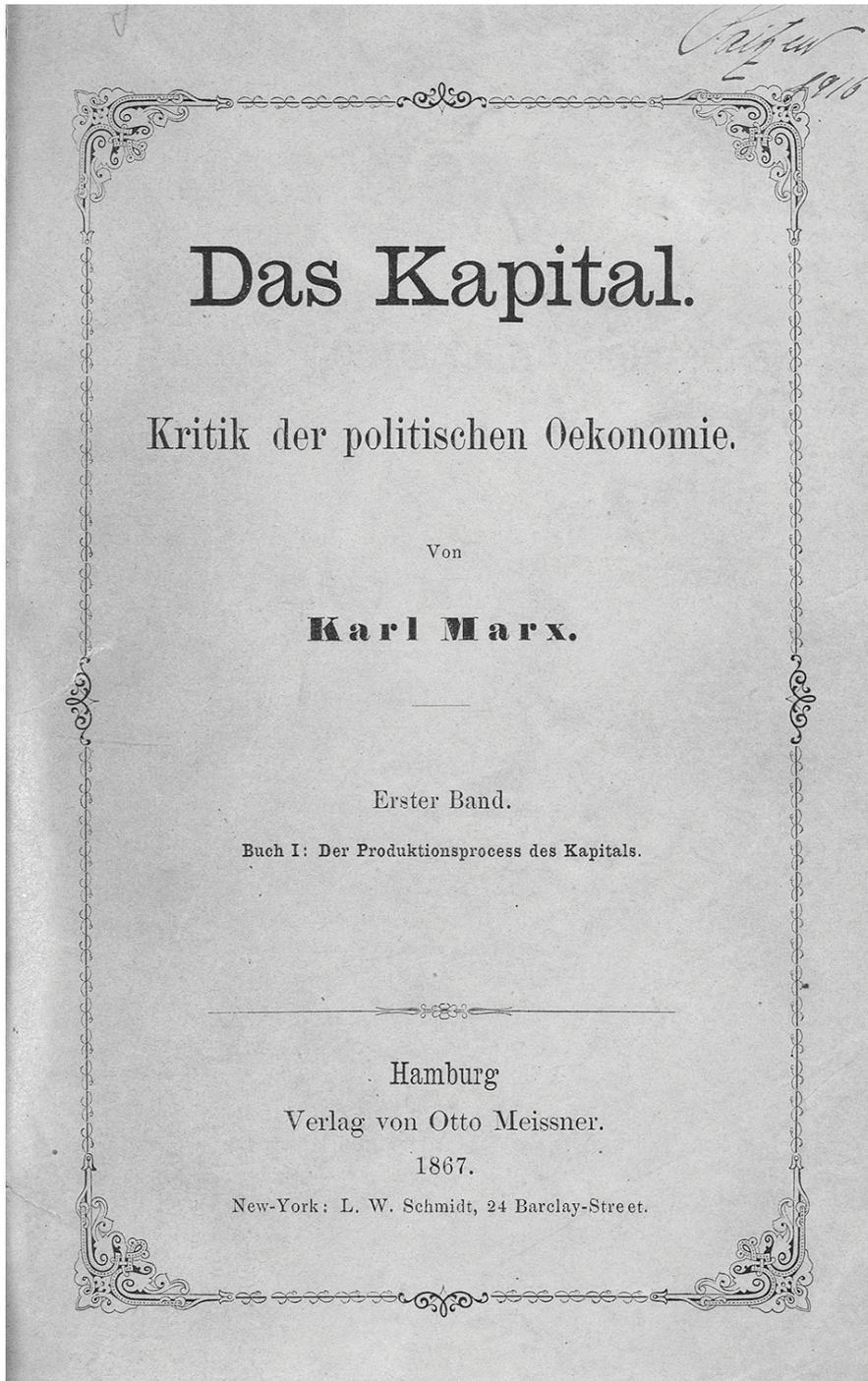
“A contradição imanente de uma mercadoria como unidade direta de valor de uso e valor de troca – cita Engels – não cessa nem descansa até que, por fim, o consegue mediante o desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro”⁷⁵. Essa contradição se desenvolve até que esses opostos se “rompem” e se desdobram na mercadoria concreta e no valor de troca abstrato, expressado em dinheiro. O dinheiro, sob certas circunstâncias históricas concretas, converte-se em capital. A força de trabalho comprada na forma de salário aumenta o capital, o trabalho vivo aumenta o trabalho morto que o submete. Os produtos do trabalho submetem o produtor. A concentração e centralização do capital implicam a concentração, divisão extrema do trabalho e socialização da produção. Mas essa socialização da produção se choca, de forma cada vez mais violenta, com a apropriação privada da riqueza e das forças produtivas que servem de base

⁷²Engels, “La contribución a la crítica de la economía política de Karl Marx”, México, Grijalbo, 1978, p. 34.

⁷³Marx, El Capital, Tomo I, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, p. XXIII-XIV.

⁷⁴Marx, El Capital, Tomo I, México, Fondo de Cultura Económica, 2001, pp. 36-37.

⁷⁵Engels, “Sinopsis de El Capital”, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales, p.78.



Capa da primeira edição do primeiro tomo de O Capital

ao capitalismo. No capitalismo, a produção mercantil simples – na qual o produtor vende no mercado os produtos de seu próprio trabalho – converte-se em seu oposto: a venda no mercado dos produtos do trabalho alheio. A sede insaciável e incontrolável da burguesia para aumentar de forma relativa e absoluta a exploração do trabalho

– a taxa de mais-valia – provoca de forma irremediável crises de superprodução nas quais a contradição suprema do capitalismo, entre as forças produtivas e as relações de produção, se manifesta. O sistema capitalista está repleto de contradições, em O Capital essas contradições são explicadas e desenvolvidas em seus vínculos internos.

Quanto à aproximação ao seu objeto, o método de Marx – como ele mesmo o disse nos Grundrisse – descreve um movimento que vai do abstrato ao concreto, ou seja, abstrai os aspectos determinantes do fenômeno – por exemplo, a contradição da mercadoria – e, em seu desdobramento e desenvolvimento, vai articulando ou sintetizando as múltiplas determinações do “concreto”. Esse desdobramento se observa em cada capítulo de cada volume da obra e, também, na articulação de todo o conjunto. Assim como A Fenomenologia de Hegel descreve o desenvolvimento do espírito até a “totalidade”, Marx – com um critério materialista e científico – parte da célula fundamental até a explicação do sistema em seu conjunto. Hegel e Marx descrevem processos, mas o primeiro, um processo abstrato, metafísico e místico; Marx, um processo real – a partir do abstrato ao concreto – que explica o nascimento, desenvolvimento e inevitável morte do capitalismo. Assim, se o Volume I estuda a produção abstraída de outras determinações assumidas como “não determinantes” ou “acidentais” – e esse começo não é arbitrário, pois é na produção onde o capital aumenta seu valor – o Volume II estuda a circulação como fenômeno específico que realiza o valor. O Volume III estuda a articulação dos dois fenômenos anteriores – produção e circulação – em sua interação recíproca, em maior grau de concreção e compreensão de todo o sistema. Por sua vez, as leis abstratas que foram descobertas nos volumes I e II se integram em uma síntese que permite explicar, por exemplo, a tendência descendente da taxa de lucro e as crises periódicas de superprodução. Mehring explicando esse ponto observa que: “[...] o primeiro volume apresenta-nos o coração do organismo social, de onde parte a seiva vivificadora [a mais-valia], que logo, no segundo e terceiro volumes, vemos funcionar, regando

a aparelho circulatório e nutritivo até as últimas células da epiderme”⁷⁶. O Volume III é muito mais concreto que o Volume I e a isso se deve que, neste volume, apareçam fenômenos que parecem contradizer o que se diz naquele. O que sucede é que o Volume I analisa a lei do valor em forma pura, como se as mercadorias individuais fossem vendidas pelo trabalho socialmente necessário, somente assim se podia estudar a extração de mais-valia sem o estorvo de fenômenos secundários e não determinantes em primeira instância, somente dessa forma se podia explicar como é que no mercado o preço das mercadorias equivale ao custo de produção mais o lucro médio. A relação dialética entre esses dois aspectos é a mesma que existe entre essência e fenômeno: no fenômeno, a essência nunca aparece em forma pura – doutra forma a ciência seria supérflua – mas em forma modificada ou aparente.

Temos aqui todas as categorias e leis da dialética como expressão de um processo real e material: saltos da quantidade à qualidade; unidade e luta de contrários; negação da negação. A dialética do processo de luta de classes, o desenvolvimento da ciência e das forças produtivas exigem a negação de todo o sistema, as bases da superação do capitalismo se gestaram em seu seio, a velha forma, a velha casca deve se quebrar para permitir o desenvolvimento das forças produtivas, da humanidade e da própria história. Toda essa obra-prima, esse monumento ao pensamento científico, é inconcebível sem a aplicação materialista do método dialético.

“Marx [diz Engels subtraindo-se ao mérito que também lhe corresponde] era, é, o único que podia se entregar ao trabalho de extrair da lógica hegeliana a medula que encerra os verdadeiros descobri-

mentos de Hegel nesse campo, e de restaurar o método dialético, despojado de sua roupagem idealista, na simples nudez em que aparece como a única forma correta de desenvolvimento do pensamento. O fato de ter elaborado o método em que descansa a crítica da economia política por Marx, é, a nosso juízo, um resultado que apenas desmerece em importância a concepção materialista fundamental”⁷⁷.

CONCLUSÕES

O Capital é um livro extraordinário desde muitos pontos de vista. É o resultado de toda uma vida de investigações no marco do turbulento movimento operário. A biografia de O Capital entrelaça-se intimamente com a biografia política de Marx e Engels, por um lado, e, por outro, com o conjunto da história do movimento operário que se contém nesse livro e que, ao mesmo tempo, é seu produto.

As investigações e resultados teóricos de Marx e Engels incorporam os elementos mais valiosos da economia política inglesa, do socialismo francês e da filosofia alemã. Isso quer dizer que O Capital é produto de uma etapa histórica do capitalismo onde um acúmulo de experiências e sínteses teóricas tornavam possível a revolução da economia política – ao mesmo tempo em que revolucionava o socialismo e o pensamento dialético. Essa síntese somente podia ser obra de um gênio – nesse caso de dois: Marx e Engels. Este último escreveu:

“Não cabe dúvida de que se teria chegado, de todas as formas, a compreender e extrair o mecanismo da produção capitalista e a descobrir e explicar as leis de seu desenvolvimento, mas seria necessário muito tempo para isso e o trabalho seria fragmentado e sem cuidados. Só Marx foi capaz de investigar todas

as categorias em seu movimento dialético, de entrelaçar as fases de seu desenvolvimento com suas causas determinantes e de reconstruir todo o edifício da economia em um monumento teórico cujas diferentes partes se apoiam e se baseiam umas nas outras”⁷⁸.

O Capital deve ser o livro de cabeceira de todo trabalhador e revolucionário consciente porque esse livro nos mostra o caráter histórico e transitório desse sistema. Inclusive para os melhores expoentes da economia política burguesa, o objeto de estudo da economia política eram as supostas leis eternas da produção, da distribuição e do consumo; leis eternas que – não por casualidade – eram as leis da produção mercantil, da produção capitalista. “Até um economista burguês tão relevante quanto Ricardo considerava que o caçador primitivo era um capitalista, e suas armas capital”⁷⁹. Marx acabou com essa visão metafísica da economia política; para Marx, a economia política é uma ciência que estuda os diferentes modos de produção que se sucederam na história, as forças produtivas que subjazem e as relações sociais que estas determinam. Marx estuda processos históricos e não leis imutáveis.

O que Marx estuda em O Capital é a origem, desenvolvimento e caducidade do sistema capitalista com base nas leis que determinam a dinâmica do capitalismo. Marx estudou a lei do valor que surge na produção mercantil e deduziu da contradição entre valor de uso e valor de troca os fenômenos e tendências mais importantes do capitalismo.

Uma das conclusões mais importantes de O Capital é que a dinâmica deste sistema se baseia na extração de mais-valia. O lucro privado baseado na exploração da força de trabalho é o princípio e o fim, o alfa e o ômega do sistema capitalista, a chave que nos permite entender,

⁷⁶Mehring, Franz; Karl Marx, la historia de su vida, Grijalbo, México, 1971, p. 388.

⁷⁷Engels, “La contribución a la crítica de la economía política de Karl Marx”, México, Grijalbo, 1978, p. 36.

⁷⁸Mayer, Gustav; Engels, una biografía, España, Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 887.

⁷⁹Karataev, Ryndina, Stepanov; Historia de la doctrinas económicas, Tomo I, México, Grijalbo, 1964, p. 556.

por exemplo, o desenvolvimento da ciência, a chamada globalização e a obsessão da burguesia em implementar os profundos ataques aos níveis de vida da população, incluídas as privatizações. A globalização do capital – produto da busca louca de lucros – é o fundamento objetivo do internacionalismo proletário, de sua luta em nível global.

Se a extração de mais-valia é a lei fundamental da produção capitalista, a contradição central descoberta por Marx é a que surge entre a produção social e a apropriação individual, ou seja, entre o desenvolvimento das forças produtivas modernas e as relações burguesas de produção. Essa contradição central se manifesta de forma violenta nas crises de superprodução. Marx explicou a inevitabilidade periódica dessas crises e sua agudização progressiva. Também expôs a tendência geral da acumulação capitalista que resulta na formação de um exército industrial de reserva, a tendência à pauperização dos trabalhadores, o aumento tendencial na composição orgânica do capital – como consequências da concorrência burguesa – e a subsequente tendência à queda da taxa geral de lucro, fator que explica o movimento dos capitais para os ramos mais rentáveis e a reprodução ampliada do capitalismo.

Mas ao demonstrar toda esta dinâmica, Marx forneceu a chave, pela primeira vez, para se entender o socialismo e o comunismo moderno como resultado de um processo objetivo, como um resultado histórico necessário e não um projeto ideal que bem poderia ter surgido há mil anos. A dinâmica do capitalismo e suas contradições exigem e apontam para a ruptura deste sistema, dado que esse mesmo desenvolvimento gerou as condições para essa ruptura. O estudo do modo de produção capitalista mostra o papel central que o prole-

tariado como produtor de mais-valia, seu lugar na produção, determina suas tarefas históricas. Marx não considera a classe trabalhadora como a classe revolucionária por fatores sentimentais – porque lhe pareçam simpáticos os trabalhadores (outras tendências de esquerda querem encontrar este critério em fatores sentimentais ou românticos) – mas, simplesmente por seu papel na produção capitalista. Nenhuma outra classe pode impactar e transformar o funcionamento do capitalismo como a classe trabalhadora, embora a classe trabalhadora não possa derrubar o sistema sem ganhar politicamente ao conjunto dos setores explorados. Lenin explicou em um discurso inaugural para um monumento a Marx e Engels: “O grande mérito histórico de Marx e Engels é o de haver assinalado aos proletários de todos os países qual é o seu papel, sua tarefa, sua missão, ou seja, ser os primeiros a se lançar à luta revolucionária contra o capital, e unir nesta luta, ao seu redor, todos os trabalhadores e explorados”⁸⁰.

Assim, adquire sentido o que Marx e Engels haviam escrito em *A Ideologia Alemã* sobre o comunismo: “Para nós, o comunismo não é nem um estado que seja necessário criar nem um ideal sobre o qual tenha que se regulamentar a realidade. Nós chamamos de comunismo ao movimento real que anula o estado de coisas atual. As condições deste movimento resultam de premissas atuais existentes”⁸¹. Essas palavras, que foram escritas por uns jovens que acabavam de chegar a conclusões revolucionárias, serão confirmadas de forma contundente em *O Capital*.

Naturalmente, o amadurecimento das condições materiais é só um lado da equação. Marx não escreveu *O Capital* para que nós, os trabalhadores, ficássemos a dormir à espera de que as con-

dições objetivas, por si sós, deem à luz o socialismo, como o movimento automático do sistema solar provoca os eclipses. Marx explicou que a história da civilização até nossos dias é a história da luta de classes, o que implica no enfrentamento de forças vivas que entram na batalha com diferentes graus de consciência, organização e direção política. A história é o resultado de processos objetivos e subjetivos entrelaçados. Isto parece, à primeira vista, uma contradição em uma teoria como o materialismo histórico que afirma que o desenvolvimento das forças produtivas é, em última instância, decisivo, mas se trata de uma contradição dialética. As condições materiais colocam, digamos, o cenário, mas a classe trabalhadora deve atuar. Um cenário sem atores não serve, mas, ao mesmo tempo, os atores não existem sem o cenário. *O Capital* foi escrito para armar teoricamente a uma classe, a classe trabalhadora, para animá-la e fundamentar sua organização; não para desarmá-la ou promover sua passividade, para “dormir a sesta”, como dizia Gramsci. Os que sustentam que a existência de leis histórico-objetivas – que Marx demonstra em *O Capital* (pelo menos no que concerne a este sistema) – está em contradição com a vontade e a organização conscientes, não entenderam a dialética material do processo nem a mensagem final de *O Capital*. A “história” não existe à margem das classes e dos homens de carne e osso.

Se temos que estudar *O Capital* de Marx em seus 150 anos de idade é somente para compreender a fim de lutarmos, de organizarmos para destruir este sistema mediante a expropriação da grande burguesia. Na realidade, não há outro caminho. Ou socialismo ou barbárie, ou como dizia Rosa Luxemburgo mais exatamente: “Socialismo para sair da barbárie”.

⁸⁰ Lenin, “Discurso en la inauguración del monumento a Marx y Engels” (1918), en: Marx, Engels, marxismo, China, Ediciones en lenguas extranjeras, 1980, p. 72.

⁸¹ Marx, Engels; *La ideología alemana*, México, Ediciones de cultura popular, 1974, p. 55.

Venezuela: a contrarrevolução que avança e os meios de combatê-la

Serge Goulart

A oposição burguesa fascista, com apoio do imperialismo norte-americano e europeu, ameaça esmagar a revolução venezuelana e destruir suas conquistas. Os ataques fascistas nos bairros operários e contra todos os chavistas são uma demonstração do que virá caso a oposição tome o poder. Eles preparam um banho de sangue. Essa oposição ultrarreacionária tem que ser derrotada agora, o que só a iniciativa revolucionária dos trabalhadores pode fazer.

O governo Maduro é totalmente incapaz de enfrentar a contrarrevolução e debilita permanentemente as forças revolucionárias com sua política de tentar a todo custo manter o capitalismo e conciliar com a burguesia opositora. Sua política de privatizações, de concessões ao capital internacional, só debilitam a revolução. Sua crença na possibilidade de um acordo com a oposição é totalmente sem fundamento na realidade. Com a sabotagem econômica burguesa, o resultado do governo Maduro é falta de comida, remédios etc. E o governo já mostrou que é incapaz de resolver essa situação.

O afastamento de setores de massas proletárias em relação ao governo é resultado da política pró-capitalista que Maduro tenta manter na Venezuela e cujo resultado é mais e mais sofrimento para os trabalhadores. A ação repressiva do governo, inclusive contra setores da esquerda que o criticam, ataques contra a liberdade partidária da esquerda, perseguições a militantes de esquerda, são uma prova da falência política desse governo. Com o caos econômico e o crescente sofrimento das massas, criou-se esta situação em que uma ofensiva da reação burguesa cresceu nas



Oposição de direita em protesto pela derrubada do governo na Venezuela. Foto: Carlos Garcia Rawlins

ruas, onde seus bandos fascistas já mataram dezenas de pessoas.

Quem está fracassando na Venezuela é Maduro e a política de conciliação de classes. Não é a revolução que fracassou. Quem fracassou foram os dirigentes burocráticos pretensamente socialistas e pró-burgueses encastelados no governo. A revolução despendeu forças gigantescas nesses últimos 20 anos e as massas se mobilizaram em sua defesa cada vez que a revolução foi ameaçada.

Se manifestaram aos milhões, tomaram fábricas, obrigaram os contrarrevolucionários que haviam sequestrado Chávez a trazê-lo de volta, combateram a sabotagem e a greve patronal tomando a PDVSA e outras empresas, fazendo-as funcionar.

As massas chavistas foram gigantes na luta para defender e aprofundar a revolução. E ainda têm enormes reservas de forças para a luta, como têm mostrado

nas últimas semanas. Seus dirigentes é que fracassaram. Foram incapazes de aprofundar a revolução rompendo com a burguesia e expropriando o capital e com isto organizaram o caos com a ideia reformista e inútil de “regular” o capitalismo.

Hoje, todas as conquistas da época de Chávez (Estabilidade no emprego de todos os trabalhadores, Saúde e Educação Públicas e gratuitas, moradias populares de qualidade, Previdência Social Universal, e muito mais), estão ameaçadas pela política e incapacidade de Maduro e seus amigos que abrem caminho para o terror fascista da contrarrevolução. Não se pode ter nenhuma confiança nesse governo. Os trabalhadores devem confiar apenas em suas próprias forças e organização.

Frente à ofensiva fascista, os trabalhadores precisam organizar assembleias populares nos bairros, assembleias nas fábricas, formar

comitês armados de autodefesa e enfrentar os fascistas. Só o armamento geral dos trabalhadores poderá salvar a revolução.

TODO PODER À ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

A Assembleia Nacional é o bunker dos fascistas. Os revolucionários devem construir o seu. Maduro convocou uma Constituinte com objetivo de negociar com a oposição e mais uma vez estendeu a mão aos contrarrevolucionários na noite em que milhões de venezuelanos enfrentaram os bandos fascistas para votar na Constituinte convocada por ele mesmo. É hora de constituir uma fortaleza revolucionária independente e enfrentar e derrotar a oposição burguesa.

A revolução não precisa de novas leis no quadro do capitalismo. É isso que está derrotando a revolução. O necessário é expropriar o capital, distribuir as terras e cancelar a Dívida Externa, declarar o monopólio do comércio exterior, planificar a economia no interesse do povo e não do lucro de uma minoria de parasitas.

O povo proletário da Venezuela agarrou-se a esta Constituinte como uma forma de se defender da direita sanguinária e participou aos milhões nesta eleição. Pouco importa qual era a intenção de Maduro ou o número real de participantes. Foram milhões. Se uma vanguarda de milhões se reuniu para eleger representantes em uma Constituinte, em defesa da revolução e suas conquistas, para enfrentar a direita, então é hora destes representantes populares proletários serem consequentes e tomarem todo o poder. É o instrumento que se tem à mão para lutar, unificar os milhões de trabalhadores, camponeses e jovens em defesa de seus interesses imediatos.

É preciso submeter à Constituinte que se reúne uma moção de “Todo Poder à Constituinte Popular” com a nomeação de um go-

verno responsável, frente à Constituinte, com seus mais aguerridos e reconhecidos membros.

– *Todo poder à Constituinte para organizar a defesa armada da revolução,*

– *Cancelar a Dívida Externa que estrangula o país,*

– *Decretar o imediato congelamento de todos os preços e estabelecimento de um salário decente para os trabalhadores,*

– *Expropriar os bancos e toda especulação,*

– *Expropriar o conglomerado Polar, assim como todas as grandes empresas nacionais ou multinacionais,*

– *Expropriar todas as redes de TV e Rádio em mãos da oposição,*

– *Declarar a Reforma Agrária em todos os latifúndios,*

– *Cancelar as Zonas Especiais e todas as concessões e privatizações feitas por Maduro ao capital nacional e internacional,*

– *Confiscar e distribuir à população os alimentos desviados e escondidos pelos capitalistas,*

– *Organizar o armamento dos trabalhadores e dos dois milhões de reservistas populares confraternizando com os soldados chavistas,*

– *Prender os líderes da oposição burguesa reacionária e constituir Tribunais Populares para julgá-los.*

Essa Constituinte revolucionária reavivaria todas as forças da revolução venezuelana e provocaria uma onda gigantesca de apoio e solidariedade em todas as Américas e no mundo. As lutas proletárias contra cada governo capitalista se intensificariam e isso debilitaria a capacidade imperialista de atacar a revolução.

REVOLUCIONÁRIOS E REFORMISTAS QUE PERDERAM A CABEÇA

Uma imensa gama de correntes que se reivindicam do socialismo e da revolução estão neste momento desorientadas em todo o mundo, mas particularmente nas Américas. Alguns perderam completamente a

cabeça frente à política de Maduro e se lançaram a gritar “Abaixo Maduro” passando objetivamente para o campo da reação. A única solução hoje para a queda de Maduro é um governo semifascista da Assembleia Nacional burguesa ou um golpe militar. Num paralelo com o Brasil, em muito menor proporção, seria como apoiar nas ruas o impeachment de Dilma organizado por Temer, o PSDB e quase todos os partidos da direita.

Alguns outros que são incapazes de um pensamento político independente creem que apoiar a Maduro é o único que se pode fazer. Mas, como apoiar exatamente quem permitiu que tudo chegasse onde chegou?

O fazem porque também eles são prisioneiros do programa reformista que diz que não há vida fora do capitalismo. Sua posição é desastrosa porque fecha toda saída para as massas que ficam condenadas a escolher entre a reação burguesa e a política capitalista caótica de Maduro. Isso só pode terminar por desmoralizar as massas. Foi o que o PT quase conseguiu no Brasil.

Outros confusos buscam diferenciar-se destas duas variantes sectárias e creem poder defender a derrubada de Maduro e não se somar à oposição de direita colocando-se num “terceiro campo”. Eles clamam por derrubar Maduro e esmagar a oposição de direita sem nenhum senso de realidade ou de proporção. Esta força não existe hoje na Venezuela. Ela só pode surgir do processo de luta contra a direita e majoritariamente das bases chavistas da revolução.

A REVOLUÇÃO RUSSA PODE SALVAR A REVOLUÇÃO VENEZUELANA?

Este ano comemoramos os 100 anos da Revolução Russa. Era hora de alguns camaradas aprenderem algo dela.

Em agosto de 1917 o governo Kerensky, dos socialistas revolucio-



Manifestante da oposição de direita. Foto: AP/Aljazeera

nários e mencheviques (os reformistas de então), queria continuar a guerra imperialista e afogava em sangue nas frentes de batalha os operários e camponeses vestidos de soldados. Nas cidades faltava pão e nos campos os latifundiários reinavam. Os bolcheviques liderados por Lenin e Trotsky combatiam sob as consignas de “Paz, Pão e Terra” e eram duramente reprimidos. Mas, como Lenin dizia, eles continuavam a explicar pacientemente a situação os trabalhadores.

Kerensky mandava empastelar as gráficas bolcheviques, organizou a campanha caluniosa de que Lenin e Trotsky eram “agentes do Kayser” alemão e finalmente, após as manifestações de julho dirigidas pelos bolcheviques, mandou prender todo mundo. Trotsky foi preso e Lenin teve que refugiar-se clandestinamente na Finlândia.

No final de agosto o general Kornilov, comandante do Exército, nomeado por Kerensky, tenta um golpe fascista para liquidar com a revolução e restabelecer a monarquia.

Os bolcheviques perseguidos, Lenin fugindo clandestino, Trotsky preso, camponeses e operários dizimados no front de guerra a serviço dos imperialistas. Tudo produto de Kerensky. Ninguém com o cérebro em ordem pode dizer que Maduro seja pior que Kerensky.

Os operários e marinheiros armados foram então à prisão onde estava Trotsky e exigiram falar com

ele para saber como se posicionar frente à ofensiva de Kornilov. Trotsky explicou que naquele momento, sem dar nenhum apoio a Kerensky, deviam apoiar o fuzil no ombro do próprio Kerensky e atirar em Kornilov. Em seguida acertariam as contas com Kerensky.

Lenin enviou cartas ao Comitê Central do Partido Bolchevique, em 28 e 30 de agosto, onde orientava da mesma maneira o CC. Explicava que não se podia de nenhuma maneira apoiar o governo, mas que se tratava naquele momento de derrotar Kornilov. De voltar todas as forças contra o golpe reacionário. Ele dizia que deviam continuar a denunciar Kerensky por sua incapacidade de defender a revolução e por sua política criminoso e convocar os trabalhadores a lutarem juntos contra o general reacionário.

Com essa política revolucionária independente, os bolcheviques não só derrotaram Kornilov ganhando as próprias tropas do general como dispersaram o resto das suas forças e se transformaram em maioria entre as massas de operários e soldados. Em outubro tomaram o poder com o apoio da imensa maioria dos trabalhadores, camponeses soldados e marinheiros.

Os apoiadores de Maduro são os mencheviques de nossa época. São os que adoram uma frente popular com a burguesia do tipo da direção do PT, que conduziu seu próprio partido ao desastre atual. Esses só podem raciocinar nos marcos do capitalismo e por isto adotam até mesmo a política keynesiana como uma política popular e de esquerda. Isso quando o próprio Keynes escreveu que sua política tinha como objetivo barrar o bolchevismo.

Os que clamam pela queda de Maduro, quando o Kornilov moderno está as portas de Caracas com suas tropas, são revolucionários infantis, que se por acaso tivessem algum peso, o que não é o caso, prestariam um serviço à

contrarrevolução, mesmo se suas intenções são outras. O mundo não é feito de intenções.

A esses últimos desafiamos a que encontrem nos escritos de Lenin do ano de 1917 uma só vez a palavra “Abaixo o governo S-R/Menchevique”, ou “Abaixo Kerensky”. Lá estarão palavras de ordem como “Nenhuma confiança no Governo Provisório”, “Abaixo os 10 ministros capitalistas”, “Todo poder aos Sovietes”. Todas palavras de ordem que significavam, de fato, todo poder aos socialistas revolucionários e aos mencheviques, que eram ainda majoritários entre as massas. O contrário do que fazem esses camaradas hoje.

Só quando os bolcheviques ganharam a maioria dos Sovietes organizaram a insurreição e tomaram o poder. Para isso ainda tiveram que passar por Kornilov e derrotá-lo ainda sob o governo de Kerensky.

Neste centenário da Revolução Russa não seria possível aos que se reivindicam dela aprender um pouco sobre o que se passou neste ano de 1917 sob a direção genial de Lenin e Trotsky?

Viva a Revolução Russa de 1917!

Viva a Revolução Venezuelana!

Todo poder à Assembleia Constituinte!

Tribunais Populares, prisão e julgamento dos fascistas!

Não pagamento da Dívida Externa!

Dinheiro para comida, salários e saúde!

Reforma Agrária e expropriação dos bancos e grandes empresas!

Viva a revolução socialista internacional!

Revolução Russa: o ano de 1917

Alex Minoru



Durante a Revolução de Fevereiro, a milícia nacional e os operários bolcheviques armaram-se roubando o arsenal. Apesar dos apelos do governo, eles recusam-se a depor as armas

Neste ano comemoramos o centenário do mais importante evento da história da luta de classes, a Revolução Russa de 1917. A primeira vez que a classe operária tomou o poder e conseguiu conservá-lo. O presente artigo busca dar um panorama geral dos episódios de 1917, concentrando-se da Revolução de Fevereiro até a tomada do poder pelos bolcheviques, em outubro.

De início, para compreender a revolução, é preciso retornar a 1914 - começo da 1ª Guerra Mundial. Conflito que envolveu grandes potências na disputa por mercados e revelou aos olhos do proletariado internacional os horrores proporcionados pelo capitalismo, com um banho de sangue nunca antes visto na história.

Vergonhosamente a Internacional Socialista (2ª Internacional), ao invés de defender os interesses internacionais do proletariado e colocar-se contra a guerra imperialista, curvou-se à pressão nacionalista e às burguesias de cada país. Na Alemanha, o único deputado socialdemocrata a votar contra os créditos de guerra foi Karl Liebknecht, que junto com Rosa Luxemburgo impulsionaria em seguida a constituição da Liga Spartacus, em oposição à direção do partido.

Os revolucionários internacionalistas buscaram resistir e se reagrupar. A Conferência de Zimmerwald, em 1915, reuniu os socialistas contrários à 1ª Guerra. Na Conferência, Lenin encabeça o combate contra a ala pacifista da Conferência, defendendo que a guerra entre nações deve se transformar em guerra civil, do proletariado contra a burguesia. Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, já concluíam que diante de tamanha capitulação, a 2ª Internacional estava morta para a luta dos trabalhadores e apontavam a necessidade de uma nova Internacional.

A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

Na Rússia, a guerra tem um profundo impacto e é um elemento decisivo para o estouro da revolução. Como país atrasado no desenvolvimento do capitalismo, dominado pelo capital internacional, seu exército também era atrasado tecnicamente e tecnologicamente em relação tanto aos “aliados” da Entente, Reino Unido e França, quanto ao principal adversário, o Império Alemão.

As seguidas derrotas na fronteira, os milhares de soldados mortos, a escassez de alimentos nas cida-

des, as longas filas para conseguir um pedaço de pão, a hiperinflação, formavam um caldo propício para explosões sociais.

Grandes acontecimentos, especialmente guerras e crises, têm o potencial de provocar saltos na consciência de classe do proletariado, levando-o a quebrar a rotina e sacar conclusões revolucionárias. Esse foi o caso da 1ª Guerra Mundial na Rússia, ainda governada pela decadente monarquia czarista.

Já em 1916 há um aumento do número de greves, que continua no início de 1917. A classe operária, apesar de pouco numerosa em relação aos países capitalistas avançados, está concentrada em grandes fábricas e centros industriais.

Para o dia 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário ocidental), as mulheres da cidade industrial de Petrogrado decidem convocar uma manifestação no Dia da Mulher, reivindicando centralmente “Pão e Paz”, comida e o fim da guerra.

O movimento inicia no bairro operário de Vyborg e se alastra por Petrogrado. No dia 24, metade dos operários da cidade está em greve. Soldados e também os cossacos, a cavalaria, setor tradicionalmen-

te mais reacionário, recusam-se a cumprir ordens de reprimir a população. As mulheres na linha de frente chamam os soldados a deporrem as armas. Há confrontos, mas também episódios de confraternização.

O regime tenta contra-atacar, realizando prisões e ameaçando os grevistas de serem enviados para o front de guerra, o que é praticamente uma sentença de morte. Nada disso contém o movimento. As greves e manifestações seguem crescendo e exigindo a derrubada da autocracia czarista. Soldados atiram em oficiais ao invés de seguir a ordem de atirar contra manifestantes. Regimentos inteiros são ganhos para a revolução.

O czar e a czarina, apartados da realidade, embebedos pela vida de luxo, consideram esse um movimento passageiro e que a normalidade prontamente será reestabelecida. Trotsky, no clássico *A História da Revolução Russa*, faz um paralelo entre o casal russo e o casal real francês Luis XVI e Maria Antonieta, às vésperas da Grande Revolução Francesa, que iria depô-los e guilhotiná-los.

No dia 27 de fevereiro, o Palácio Tauride, sede da Duma (o parlamento), é tomado pelos revolucionários e ressurgem lá o Soviete de Petrogrado, organismo de duplo poder que retoma a tradição dos conselhos de operários da Revolução Russa de 1905. No dia 28 de fevereiro é formado o Soviete de Moscou.

O regime czarista já não tem base de apoio, nem entre o exército, muito menos entre a população. No dia 2 de março, o czar Nicolau II é forçado a abdicar. A princípio tenta fazê-lo em favor de seu irmão, Miguel Alexandrovich, mas este, sem garantias de sobreviver à revolução, decide não assumir o trono, e legitima um Governo Provisório formado pela Duma e a convocação de uma assembleia constituinte.

Se o regime absolutista era

odiado pelas massas, a burguesia, representada pela Duma, também não tinha apoio popular. Havia condições para o Soviete de Petrogrado tomar o poder. No entanto, o soviete estava dominado pelos conciliadores, os socialistas-revolucionários e os mencheviques. Os bolcheviques eram ainda minoritários. Tal situação permite a formação de um Governo Provisório a partir da Duma, tendo o Príncipe Lvov, um latifundiário, como Primeiro-Ministro; Milyukov, do partido burguês liberal Cadete, como Ministro da Guerra; e o socialista-revolucionário Kerensky, como Ministro da Justiça.

Com a experiência prática as massas perceberam que esse governo e os partidos de esquerda que o compunham (mencheviques e socialistas-revolucionários), não resolviam nenhum de seus problemas fundamentais. Continuava a guerra, continuava a fome.

OS BOLCHEVIQUES E AS TESES DE ABRIL

Nos acontecimentos de fevereiro, as organizações de esquerda estavam sem seus principais dirigentes, exilados por conta da perseguição do regime czarista. Lenin encontrava-se na Suíça e Trotsky nos Estados Unidos.

Os dirigentes do Partido Bolchevique no território russo estavam ainda impregnados pelas velhas fórmulas. Concebiam a necessidade de uma revolução democrático-burguesa e um período de desenvolvimento capitalista, antes de se colocar a tarefa de uma revolução proletária.

Stalin e Kamenev retornam em março. Assumem a edição do periódico bolchevique, Pravda, imprimindo uma política de maior adaptação ao Governo Provisório. A atitude do partido se limita a pressionar o governo, descartando qualquer perspectiva de superá-lo através de uma revolução socialista. Trotsky explica na brochura Li-

ções de Outubro o que estava em jogo nas discussões no interior do partido:

“A principal questão em litígio, à volta da qual giravam todas as outras, era a seguinte: deve-se lutar pelo poder? Deve-se ou não conquistar o poder? Já isto, só por si, revela que estávamos em presença, não de episódicas divergências, mas de duas tendências de princípio. Uma era proletária, inserindo-se na via da revolução mundial, a outra “democrática”, isto é, pequeno-burguesa, implicando, em última análise, a subordinação da política proletária às necessidades da sociedade burguesa que se reformava”.

Lenin retorna em 3 de abril para a Rússia e, já ao desembarcar na estação Finlândia, com um inflamado discurso, inicia a batalha para reorientar o partido. Contrariando a maioria do Comitê Central, defende: nenhuma confiança no Governo Provisório, explicação da falsidade de suas promessas e a necessidade da preparação da revolução socialista. Nas suas famosas Teses de Abril, lançadas no dia 7, Lenin escreve:

“O traço mais característico da situação atual na Rússia consiste na transição da primeira etapa da revolução, que entregou o poder à burguesia, dada a insuficiência tanto da organização como da consciência proletária, até sua segunda etapa, que há de pôr o poder nas mãos do proletariado e dos setores mais pobres do campesinato”.

Dessa forma, as posições de Lenin se encontram com as de Trotsky, formuladas na teoria da Revolução Permanente. Nessa teoria, elaborada a partir das conclusões da Revolução Russa de 1905, Trotsky constata a incapacidade da burguesia em levar à frente as tarefas democrático-burguesas nos países atrasados e a necessidade da revolução proletária como tarefa imediata, agregando a análise do desenvolvimento desigual e combinado entre as nações, em que mesmo em um país atrasado, como a

Rússia, encontravam-se as formas mais elevadas da indústria capitalista e da organização do proletariado. Trotsky retorna em 4 de maio para a Rússia e imediatamente começa a trabalhar em aliança com Lenin e os bolcheviques.

Após uma dura batalha interna contra a linha de adaptação à burguesia, as posições defendidas por Lenin são vitoriosas na conferência do partido ocorrida entre os dias 24 e 27 de abril. Ao mesmo tempo, consciente de que os bolcheviques ainda são minoritários no movimento, Lenin coloca que a tarefa do partido é explicar pacientemente e ajudar o proletariado a aprender com sua própria experiência e erros.

No dia 5 de maio é formado o primeiro governo de coligação. Os mencheviques entram no governo provisório, o socialista-revolucionário Kerensky se torna Ministro da Guerra, no lugar de Milyukov.

JUNHO, CRESCE A INFLUÊNCIA DOS BOLCHEVQUES

No dia 3 de junho começa o 1º Congresso Pan-Russo dos Sovietes. Dos 777 delegados que declararam ligação a um partido, 285 eram socialistas-revolucionários, 248 mencheviques, 105 bolcheviques, além de outros delegados de grupos menores.

Mas na base operária em Petrogrado, os bolcheviques contavam com uma força muito maior do que a expressa na correlação de delegados no congresso. Com a linha política correta, o partido experimenta um importante crescimento, de aproximadamente 3 mil militantes no início de 1917, salta para 160 mil no mês de junho.

O Partido Bolchevique convoca uma manifestação para 10 de junho contra o governo, em Petrogrado. Ela é proibida pelo Congresso dos Sovietes. Na véspera da manifestação, os bolcheviques anulam a mesma para evitar um choque direto com a decisão dos soviets.



O ataque ao Palácio de Inverno em Petrogrado, em outubro de 1917

No entanto, são convocadas manifestações pela “unidade” pelo Soviets de Petrogrado, ainda dominado pelos socialistas-revolucionários e mencheviques, para o dia 18 de junho. Os bolcheviques decidem participar, mas com sua própria coluna, suas faixas e palavras de ordem. A grande surpresa é que a maioria dos manifestantes empunhavam as palavras de ordem defendidas pelos bolcheviques: “Abaixo os 10 ministros capitalistas!”, “Todo poder aos Sovietes!”. Foi uma demonstração da fraqueza, na base, da esquerda moderada e conciliadora.

Com a experiência prática as massas perceberam que esse governo e os partidos de esquerda que o compunham (mencheviques e socialistas-revolucionários), não resolviam nenhum de seus problemas fundamentais, continuavam a guerra, continuavam a fome. O pêndulo oscilava para a esquerda e encontrava os bolcheviques.

JUNHO E A CONTRARREVOLUÇÃO

Há uma impaciência crescente entre as massas, especialmente na base do exército. Afinal, para esse setor a continuidade da guerra significa a perspectiva de encontrar-se com seus horrores na frente de

batalha.

No dia 3 de julho, os soldados decidem realizar uma manifestação armada em Petrogrado contra o governo, por conta do envio de um novo regimento para o front.

Mais do que uma simples manifestação, havia um caráter insurrecional, de derrubada do governo. Os bolcheviques se posicionaram contra essa tática, não por qualquer apoio ao Governo Provisório, obviamente, mas porque a maioria do proletariado ainda não tinha chegado a essa conclusão. A tomada do poder em Petrogrado não seria seguida nas demais províncias e a revolução poderia ser rapidamente sufocada.

Um bom general, em uma guerra, não é aquele que só sabe orientar seu exército a atacar. A arte da guerra inclui também saber recuar organizadamente, quando necessário, ou mesmo esperar o momento mais adequado para o ataque vitorioso. O mesmo vale para uma direção revolucionária consequente. Lenin e os bolcheviques dominavam essa arte.

Com os soldados e operários saindo às ruas em massa, os bolcheviques não poderiam simplesmente ignorá-los e deixá-los à própria sorte. Decidem então diri-

gir a manifestação e organizá-la, convencendo os participantes de que não havia chegado a hora da insurreição. As manifestações crescem no dia 4 de julho, chegam a 500 mil participantes, com maior presença da classe operária. A repressão se dá com atiradores escondidos no alto dos prédios, os cossacos também são chamados. Há mortos e feridos dos dois lados, no total estima-se 29 mortos e 114 feridos. Isso não impede que o Palácio Tauride seja cercado por manifestantes que exigem soluções ao Comitê Executivo dos Sovietes, que segue se recusando a tomar o poder. No fim do dia os manifestantes começam a se dispersar.

No dia 5, o governo parte para a perseguição contra os bolcheviques. Consegue arregimentar tropas disseminando a calúnia de que Lenin é espião da Alemanha. A sede da redação do Pravda é destruída. Lenin é condenado à prisão, decide com o partido refugiar-se na Finlândia para continuar atuando politicamente à distância. Trotsky, assim como vários bolcheviques, são encarcerados, acusados de organizar uma insurreição contra o governo. A contrarrevolução levanta a cabeça.

Em 7 de julho forma-se o Governo Socialista de Salvação, o Príncipe Lvov se demite e Kerensky passa a estar à frente do governo.

Lenin conclui das jornadas de julho que a época pacífica da revolução havia se encerrado, era hora de preparar a revolução armada. Ele chegou a considerar que os soviets, dominados pelos conciliadores, não poderia servir como instrumento de tomada do poder; cogitou que os comitês de fábricas e oficinas poderiam cumprir este papel. Isto mostra como não havia nenhum fetichismo sobre os soviets.

Um fato relevante ainda de julho é a realização, no dia 26, do 6º Congresso do Partido Bolchevique. Lenin está ausente, mas colabora na redação das resoluções. Nesse

congresso é aprovada a integração no partido da Organização Interdistritos (Mezhrayontzi, em russo), trata-se da organização dirigida por Trotsky, que em realidade já trabalhava em aliança com os bolcheviques desde seu retorno à Rússia. A formalização dessa fusão foi postergada apenas para ganhar o conjunto do grupo para a entrada no Partido Bolchevique. O Congresso elege também o Comitê Central que irá dirigir o partido na insurreição de Outubro.

A TENTATIVA DE GOLPE DE KORNILOV

Diante da fraqueza de Kerensky, a burguesia decide-se por um golpe bonapartista contrarrevolucionário. Escolhe para encabeçar essa ofensiva o general Kornilov, promovido a Comandante Chefe do Exército Russo pelo próprio Kerensky, em julho.

A tentativa mal organizada de golpe, com um contingente pouco convencido de sua missão, ocorre entre os dias 28 e 30 de agosto.

Lenin, através de carta ao Comitê Central desde seu exílio, e Trotsky, reunindo-se com membros do partido dentro da prisão, lançam a mesma orientação: frente única contra o golpe, apoiar o fuzil nos ombros de Kerensky e atirar em Kornilov, nenhuma confiança e nenhum apoio a Kerensky, derrotar a contrarrevolução para, em seguida, acertar as contas com o Governo Provisório.

A ação dos bolcheviques é decisiva para desarticular o avanço das tropas de Kornilov a Petrogrado. Linhas de trem são desviadas, enviando as tropas para locais distantes. Agitadores se lançam em direção aos soldados para explicar os objetivos contrarrevolucionários da ofensiva. Ao final, o golpe fracassa, sem conflitos, com a decomposição do exército contrarrevolucionário.

HORA DE TOMAR O PODER

A vitória contra Kornilov aumenta o prestígio dos bolchevi-

ques entre as massas e enfraquece Kerensky e o governo. A política de coligação com a burguesia revela todo o seu fracasso. Mencheviques e socialistas-revolucionários seguem insistindo na aliança de classes e se desmoralizando.

Já em meados de Agosto, Trotsky escreve:

“Perseguido, caluniado, o nosso partido nunca tinha crescido tão rapidamente como nos últimos tempos. E esse processo não tardará a passar das capitais às províncias, das cidades às vilas e ao exército... Todas as massas trabalhadoras do país aprenderão, nas novas situações, a ligar a sua sorte à do nosso partido”.

Em setembro, os bolcheviques ganham a maioria no Soviete de Petrogrado e de Moscou. No exército, também aumentam sua influência. Amadurecem as condições para a insurreição. O chicote da contrarrevolução faz avançar a revolução.

Lenin, em seguidas cartas ao Comitê Central, apela pela preparação da tomada do poder. Há uma vacilação por parte do Comitê Central, são os mesmos traços do combate empreendido por Lenin em abril para reorientar o partido para uma política proletária.

Sem dúvida, um general não deve saber apenas atacar. Mas perder o momento propício para o ataque exitoso também pode ser um erro fatal para o resultado da guerra.

No dia 10 de outubro ocorre a reunião do Comitê Central do partido. Lenin retorna do exílio disfarçado e participa. Trotsky também está presente, havia sido solto da prisão em setembro, com pagamento de fiança. A maioria decide pela insurreição armada como tarefa imediata. Dois votos contrários, Zinoviev e Kamenev.

Os dois escrevem uma carta para a base do partido alertando para os perigos da decisão tomada pelo Comitê Central, acusando a direção de subestimar as forças

da reação, fazendo referências à derrota da Comuna de Paris. Propõem que deve se esperar a Assembleia Constituinte para tomar o poder, uma adaptação à democracia burguesa. Zinoviev e Kamenev divulgam e combatem publicamente a decisão da insurreição no jornal “Novaya Zhizn”, de Máximo Gorki, quebrando a disciplina interna. Lenin propõe a expulsão dos dois do partido.

A insurreição é preparada pelo Soviete de Petrogrado e seu Comitê Militar. Paralelamente, prepara-se a realização do 2º Congresso Pan-Russo dos Soviets, com a chegada de delegados de vários cantos do país.

As ações para a tomada do poder começam no dia 24 de outubro. Ao contrário da imagem que muitos têm de uma insurreição, com grandes batalhas e mortes, a Revolução de Outubro ocorreu quase sem derramamento de sangue. Em Petrogrado, os revolucionários tomaram o controle com relativa facilidade dos centros de poder, da central telefônica e de telégrafo, dos bancos. A tomada do Palácio de Inverno inicia-se no dia 25 de outubro e ocorre praticamente sem resistência.

No mesmo dia 25, começa o Congresso Pan-Russo dos Soviets. O poder, tomado pelo Comitê Militar do Soviete de Petrogrado, é colocado nas mãos do Congresso. A grande maioria dos delegados agora está com os bolcheviques, os Soviets enfim tomam o poder, socialistas-revolucionários e mencheviques abandonam o Congresso. John Reed, no livro-reportagem *Os 10 dias que abalaram o mundo*, retrata o momento em que Lenin sobe à tribuna para dar sequência à leitura e aprovação do decreto da paz e do decreto da terra, que põe fim aos latifúndios e divide as terras entre os camponeses:

“Afinal, Lenine levantou-se. Apoiando-se no parapeito da tribuna, percorreu a assistência com

seus olhinhos piscos, aparentemente insensível à imensa ovação da Assembléia, que o aclamou durante vários minutos. Quando as palmas abrandaram, disse, simplesmente:

- Passemos agora à edificação da ordem socialista. Novamente, estalou na sala uma formidável tempestade de aplausos. (...)

Sua grande boca parecia sorrir. Abria-se inteiramente quando falava. A voz, apesar de rouca, não era desagradável. Estava como que endurecida por anos e anos de discursos. As palavras saíam num tom monótono, sempre igual. Tinha-se a impressão de que sua voz nunca mais ia se interromper. Quando desejava frisar, deixar bem clara uma frase, uma idéia, Lenine inclinava-se ligeiramente para a frente. Não gesticulava. E, a seus pés, milhares de rostos simples estavam voltados para ele, numa expressão de profunda alegria interior, uma espécie de intensa adoração.” (Reed, John. 10 dias que abalaram o mundo. Global Editora: 1978. Página 130)

O poder soviético parte da capital para as principais cidade e províncias, causando reverberações em todo o mundo. Uma nova página se abre na história da humanidade.

ALGUMAS CONCLUSÕES

As revoluções vitoriosas e também as derrotadas são ricas de lições para continuarmos a luta pelo socialismo. Sem o estudo da Comuna de Paris e sua derrota, dificilmente o Partido Bolchevique teria alcançado o sucesso em 1917.

Em primeiro lugar, a Revolução Russa é a confirmação, na prática, da Revolução Permanente. Não se trata de uma questão teórica apenas, mas um combate prático na atualidade. A ideia da necessidade do desenvolvimento do capitalismo nos países atrasado, antes de se pensar em revolução socialista, foi requeitada pelo estalinismo e utilizada atual-

mente pelos partidos reformistas, como o PT no Brasil. Dessa concepção decorre a tática de alianças com setores da burguesia, que só pode reservar derrotas para a classe trabalhadora.o

O desenvolvimento do Partido Bolchevique em 1917 mostra também como uma tática flexível e o combate pela Frente Única foram decisivos para um partido minoritário conseguir ganhar a confiança das massas e dirigir o proletariado em direção à tomada do poder. As palavras de ordem defendidas pelos bolcheviques são um exemplo dessa luta pela unidade que dialoga com a necessidade das massas, dirigindo reivindicações à direção do movimento, sem um denunciamento sectário: “Paz, Pão e Terra”, “Abaixo os 10 ministros capitalistas”, “Todo poder aos Sovietses”.

Por fim, mas não menos importante, a Revolução Russa, em contraste com as revoluções derrotadas, mostra a importância decisiva do partido revolucionário para a conquista do poder, um partido disciplinado, centralizado, de revolucionários profissionais, que conquiste a confiança das massas. Esse foi o Partido Bolchevique em 1917, cujo legado deve ser estudado, incluindo suas lutas internas, que revelam como mesmo o partido mais revolucionário da história não esteve imune à pressão das classes inimigas. Aprender com a história do Partido Bolchevique é preparar o instrumento necessário para as próximas vitórias.

Cem anos depois, ventos revolucionários correm o mundo. É dever de todo revolucionário aprofundar o estudo sobre esse extraordinário capítulo da história que foi a Revolução Russa, que nos mostra o poder da classe trabalhadora, das ideias marxistas, da luta pelo socialismo como o único caminho para pôr fim à barbárie que se alastra fruto da decadência do capitalismo.

Terceira Internacional Comunista

Luiz Bicalho

A FALÊNCIA DA SEGUNDA INTERNACIONAL¹

A Segunda Internacional, já em 1907, tinha uma ala oportunista muito grande. No congresso de Stuttgart (agosto de 1907) ela tenta aprovar uma resolução apoiando o colonialismo. A proposta foi derrotada por 128 a 108 votos, com 10 abstenções. Assim, quase a metade da Internacional já apoiava descaradamente a política burguesa. Por isso a resolução do congresso extraordinário de Bâle (1912) contra a guerra imperialista que se delineava tinha mais de hipocrisia do que realidade. Mas ela serviu para criar um marco em torno do qual vão combater os verdadeiros revolucionários.

Em 28 de julho começou a 1ª Guerra Mundial. E praticamente todos os partidos socialdemocratas de países envolvidos apoiaram a “defesa nacional” e votaram os créditos de guerra. As únicas exceções foram os partidos da Sérvia e da Rússia (as duas frações, mencheviques e bolcheviques) que votaram contra. A Segunda Internacional, com essa votação e com essa política, morria para a revolução. Lenin, quando chegou o jornal da socialdemocracia alemã apoiando a guerra, pensou que era um factóide produzido pela polícia secreta alemã e demorou algum tempo a acreditar!

Mas ele e Rosa de Luxemburgo reagiram e proclamaram a falência da Segunda Internacional. Lenin terminava assim o seu artigo “A situação e as tarefas da Internacional Socialista”, publicado no Socialdemocrata (Jornal do partido bolchevique) em dezembro de 1914:

“A II Internacional cumpriu a sua parte do útil trabalho preparatório de organização preliminar das massas proletárias durante a longa época «pacífica» de crudelíssima escravidão capitalista e de rapidíssimo progresso capi-

talista do último terço do século XIX e do princípio do século XX. À III Internacional caberá a tarefa de organizar as forças do proletariado para a investida revolucionária contra os governos capitalistas, para a guerra civil contra a burguesia de todos os países pelo poder político, pela vitória do socialismo!”

Rosa de Luxemburgo escrevia o panfleto “Junius”, cuja primeira parte terminava com um balanço:

“A classe operária paga caro toda nova tomada de consciência de sua vocação histórica. O Gólgota de sua libertação é pavimentado de terríveis sacrifícios. Os combatentes das jornadas de Junho, as vítimas da Comuna, os mártires da Revolução russa – que fila interminável de espectros sangrantes![10] Mas estes homens caíram no campo de glória, eles estão, como Marx escreveu a respeito dos heróis da Comuna, ‘guardados para sempre no coração da classe operária’. Atualmente, ao contrário, milhões de proletários de todos os países tombam nos campos da vergonha, do fratricídio, da automutilação, nos lábios seus cantos de escravos. Era necessário que isso também não nos fosse poupado. Realmente somos como aqueles judeus que Moisés conduziu através do deserto. Mas nós não estamos perdidos e nós venceremos desde que nós não tenhamos desaprendido a aprender. E se o guia atual do proletariado, a socialdemocracia, não mais souber aprender, então ela perecerá ‘para dar lugar aos homens que estarão à altura de um mundo novo’.”

Em seu anexo “Teses sobre as tarefas da Social Democracia” explicava:

“Tese 12 – Tendo em conta a traição dos representantes oficiais dos partidos socialistas dos países em guerra contrariando os objetivos e interesses da classe operária, o fato que eles abandonaram as posições da Internacional e a substituíram pela política burguesa imperialista, é uma necessidade vital para o socialismo criar uma nova In-

ternacional Operária que se encarregue de dirigir e coordenar a luta da classe revolucionária levada contra o imperialismo em todos os países.”

Mas a luta por uma nova internacional, durante a guerra imperialista, com uma repressão imensa, foi muito dura. A nova internacional só nasceria cinco anos depois, e após a Revolução Russa.

Apesar desse apelo, a posição de Rosa e de Liebknecht foi errada ao não se constituir em partido próprio na Alemanha. Lenin também fez outras críticas ao texto de Rosa por suas imprecisões.

A GUERRA DE 1914-18 E A LUTA PELA INTERNACIONAL

A 1ª Guerra Mundial foi praticamente uma guerra europeia. A Alemanha tinha poucas colônias na África e Ásia e elas foram tomadas logo no início do conflito. Mas o Japão aproveitou a guerra para aumentar suas possessões na China. Foram aproximadamente 10 milhões de mortos e 30 milhões de feridos. A miséria e a fome espalharam-se para todos os países e isso levaria depois a diversas revoluções.

A repressão se tornou a marca em todos os países; os que combatiam contra a guerra foram presos ou assassinados (o assassinato de Jaures, dirigente da esquerda da socialdemocracia na França, antes da guerra, foi marcante). Os deputados russos que votaram contra os créditos de guerra foram deportados para a Sibéria. Karl Liebknecht foi “convocado” para o exército apesar de sua idade avançada e Rosa de Luxemburgo foi presa. Em outros países a repressão também foi feroz.

Durante a guerra houve diversas mobilizações operárias, contra

¹Veja a cronologia de 1912 a 1933 na página 50.

a guerra e por melhores condições de vida. No início da guerra, a classe operária não se mobilizou, particularmente pela traição de seus dirigentes. Mas a roda da história é mais forte que os aparelhos (Trotsky) e as greves e manifestações espalharam-se pela Europa. Na Alemanha, construíram conselhos de delegados de fábrica, a maioria deles formada por militantes que ouviam Liebknecht e Rosa de Luxemburgo. O Partido Socialdemocrata dividiu-se numa ala de centro e uma ala direitista. Mas a construção de um partido da ala esquerda (os Espartaquistas) demorava.

No início de 1917, apesar do aumento da mobilização e das greves, Lenin não acreditava que a revolução surgisse no próximo período. Mas ele já tinha dado vários passos para a construção da Terceira Internacional.

Em Zimmerwald, na Suíça, uma pequena vila, foi realizada em 1915 uma conferência de todos os partidos e organizações socialistas que se colocavam contra a guerra. Na prática, havia pelo menos três alas, uma ala esquerda (dirigida pelos bolcheviques) que propunha a transformação da guerra em guerra civil; uma ala de centro, na qual Trotsky se encontrava, que propunha mobilizações e greves contra a guerra e uma ala direita, notadamente pacifista. O manifesto, redigido por Trotsky, expressa em última análise sua posição, mas com tinturas pacifistas em sua forma. A esquerda redigiu um manifesto próprio mas assinou o manifesto unitário por considerá-lo um passo adiante ao defender as mobilizações e greves contra a guerra.

A segunda conferência durante a guerra, realizada em Kienthal, em abril de 1916, não avançou muito nas resoluções gerais, mas serviu para se consolidar o grupo de esquerda que depois vai dar base para a construção da Terceira Internacional. Em fevereiro de 1917 o proletariado russo entrou em cena, derrubou o czar e uma nova etapa na luta pela internacional iniciou-se.

1917 - A REVOLUÇÃO RUSSA E A LUTA PELA INTERNACIONAL

Apesar do voto inicial contra os créditos de guerra, os mencheviques participaram do governo provisório que se instalou após a revolução. O Soviete de Petrogrado foi constituído com deputados operários e de soldados. Mas o soviete, aonde os conciliadores se tornaram a grande maioria (Socialistas Revolucionários e Mencheviques), não decidiu a paz imediata, também não decidiu a guerra como queria a burguesia. O duplo poder iniciava-se e a burguesia tentava forçar os socialistas conciliadores a irem até o fim na defesa do capitalismo e, portanto, na continuidade da guerra.

Lenin, ao chegar em abril, apresenta suas teses que foram vitoriosas na conferência extraordinária do partido no final de abril. Mas Lenin foi derrotado em alguns pontos. Os principais: a conferência não aceita mudar o nome do partido para Partido Comunista, não aceita abandonar o grupo de Zimmerwald, não aceita iniciar imediatamente o combate por uma nova Internacional. Em outras palavras, a proposta de Lenin de rompimento com os centristas foi derrotada. O partido abre caminho para a Revolução de Outubro, mas ainda não tem consciência completa da necessidade de uma nova Internacional.

O fracasso da reunião que deveria reunir o grupo de Zimmerwald levou a que o partido aceitasse a orientação de Lenin. O nome só seria trocado após a Revolução de Outubro, mas o partido já caminhava no sentido da construção da Internacional e do rompimento com os centristas.

A FUNDAÇÃO DA TERCEIRA INTERNACIONAL E OS COMUNISTAS ALEMÃES

A guerra civil instala-se na Rússia após a Revolução de Outubro de 1917. “Pão, Paz e Terra”, o lema dos bolchevistas, não é algo que se conquiste com mágica. A guerra nos campos torna-se clara – de um lado

os camponeses, de outro os exércitos brancos. O pão continua a faltar. As trincheiras esvaziam-se, mas o realismo de Lenin não se impõe nas negociações de paz de Brest-Litovski. A maioria do Comitê Central do partido deverá aprender com a dura realidade que não se pode negociar com bravatas. Quando o acordo é assinado, a Rússia perde muitos territórios. E os brancos atacam.

É nesta situação que a luta pela nova Internacional acontece. A guerra mundial continua e aumenta com a entrada dos EUA no conflito ao lado da Inglaterra e da França. A derrota da Alemanha é selada no acordo de rendição (Tratado de Versalhes, 1919) que se seguiu ao armistício de novembro de 1918.

Na verdade, a burguesia tinha que assinar o armistício para impedir a revolução. Os ecos da revolução russa se espalhavam pelo mundo, com greves e manifestações em todos os países. Itália, Alemanha, Irlanda e França assistem revoltas de marinheiros e greves. E isso se estende no mundo inteiro, inclusive para os países americanos. Houve uma onda de greves em 1918 nos EUA, inclusive uma greve geral ferroviária, greve geral em São Paulo em 1917 e greve no Rio de Janeiro em 1918.

A luta de classes é o motor da história e, após a traição da socialdemocracia que permitiu a guerra de 1914, os operários e a juventude de uniforme se revoltam. Na Rússia, na Alemanha e nos demais países europeus, os internacionalistas (a esquerda de Zimmerwald) começam a articular a luta por uma nova internacional. A derrota que Lenin tinha sofrido na conferência de abril de 1917 já tinha sido revertida e o partido se orientava nessa nova direção. Mas ainda existia uma divergência.

A posição de Rosa de Luxemburgo era errada sobre a construção do partido. Ao contrário da lenda divulga em alguns setores da esquerda, Rosa apoiou com todas as suas forças a Revolução de Outubro e os bolcheviques (*Todo lo que podía ofrecer un partido, en*

un momento histórico dado, en coraje, visión y coherencia revolucionarios, Lenin, Trotsky y los demás camaradas lo proporcionaron en gran medida. Los bolcheviques representaron todo el honor y la capacidad revolucionaria de que carecía la social democracia occidental. Su Insurrección de Octubre no sólo salvó realmente la Revolución Rusa; también salvó el honor del socialismo internacional – Rosa de Luxemburgo, a Revolução de Outubro). Entretanto, a posição dela sobre a construção do partido é errônea. Rosa deduz que o movimento cria o partido. Em outras palavras, ela espera que do movimento espontâneo das massas surja o partido revolucionário ou varra do partido existente (a socialdemocracia) os oportunistas. Dai decorre o atraso em constituir a ala esquerda dirigida por ela e Liebknecht em partido na Alemanha e a sua demora em romper com o centrismo. Mas a mesma política é aplicada a nível internacional. E a morte de Rosa, assassinada em janeiro de 1919 pela repressão na Alemanha, não contribuiu para que a discussão avançasse. Pelo contrário, durante o primeiro congresso da Terceira Internacional (originalmente chamado como uma conferência internacional), a principal discussão foi justamente se fundasse ou não o partido, a Internacional.

E as divergências no partido alemão e, depois disso sobre a política a ser seguida, foram muito mais difíceis que poderiam ter sido. O principal partido da Terceira Internacional, depois do partido russo, seu partido com maior implantação na classe operária mais avançada da Europa, estava decapitado de sua principal direção e isso iria influenciar o desenvolvimento da Internacional e da revolução. Os principais dirigentes da Internacional restavam sendo os russos, Lenin e Trotsky principalmente. A internacional se ressentiria muito dos golpes da repressão.

OS QUATRO PRIMEIROS CONGRESSOS

A fundação da Terceira Internacional ocorreu na conferência realizada em março de 1919, em Moscou. A primeira proposta de Lenin e Trotsky dirigida a Rosa de Luxemburgo e ao recém fundado Partido Comunista Alemão foi de realizá-la em Berlim ou na Holanda. Entretanto, a repressão ocorrida em janeiro com o assassinato de Rosa interrompeu esse plano e a conferência ocorreu em Moscou. Na conferência, apesar da pouca representatividade de alguns delegados, decidiu-se a fundação da Internacional tendo sido renomeada de Congresso. O Partido Comunista Alemão absteve-se da fundação, embora tenha aderido posteriormente à Internacional. O Congresso adotou uma tese redigida por Lenin, “Democracia burguesa e ditadura do proletariado”, e um manifesto, redigido por Trotsky que termina assim:

“Se a I Internacional previu o desenvolvimento da história e preparou suas trilhas, se a II Internacional reuniu e organizou milhões de proletários, a III Internacional, ela própria, é a Internacional da ação de massa aberta, da realização revolucionária, da internacionalização da ação. A crítica socialista estigmatizou suficientemente o universo burguês. A tarefa do partido comunista internacional consiste em derrubar esta ordem e edificar em seu lugar o regime socialista.”

Assim, a nova Internacional é a Internacional de combate dos proletários, que já estão em ação e realizam revoluções. Mas a construção do partido revolucionário, no momento em que a Rússia estava invadida por diversas potências imperialistas, com os exércitos brancos pilhando e saqueando, com Rosa assassinada, não será fácil. Os outros congressos provam isso.

Os próximos congressos da Internacional mostram o crescimento dos partidos comunistas e de sua influência. Eles foram objetos de discussões vivas, desacordos, polêmicas e crises. Representaram de uma forma geral

o crescimento do movimento revolucionário do proletariado e de sua vanguarda, seus acertos e erros.

O 2º Congresso da Internacional acontece em 1920 e já conta com uma boa representatividade. 217 delegados, 37 países, 67 organizações. E muitos partidos socialistas agora pedem para entrar na Internacional. O congresso é preparado por Lenin e Trotsky. Trotsky escreve “Terrorismo e Comunismo” e Lenin o “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”. A principal decisão do congresso são as famosas 21 condições para entrar na Internacional, que buscam evitar que a mesma fosse tomada por oportunistas de direita. Não foi uma discussão fácil e a implementação disso nos diferentes partidos se tornou objeto de viva polêmica e, em muitos casos, de separações desastrosas.

O 3º Congresso em 1921 reúne 605 delegados de 52 países, 103 organizações. O debate central são os acontecimentos na Alemanha e a tática da Frente Única. O partido alemão entrou numa via esquerdista, foi criticado publicamente por um dos seus principais dirigentes (Paul Levi) e a discussão que se seguiu foi exacerbada, a ponto de Lenin e Trotsky poderem perder a maioria. Encontrou-se uma solução de compromisso, com a crítica ao esquerdismo, mas se manteve a expulsão de Levi que Lenin tentou evitar (Lenin tentou convencer Levi de não publicar suas críticas antes do congresso mas não conseguiu).

Apesar do congresso aprovar a tática da Frente Única, é evidente que a “ida às massas” não foi simples. De qualquer forma, a simpatia que a Revolução Russa ainda contava levava a milhares a continuarem a aderir aos partidos comunistas e ao crescimento dos mesmos. Mas a situação política tinha mudado, como mostrava o informe de Trotsky perante o congresso e isso irá impactar os anos seguintes.

O 4º Congresso acontece em outubro de 1922, cinco anos depois da Revolução Russa. Novamente, é a tática da Frente Única que se encontra no centro dos debates. Esse congresso

aconteceu com Lenin já doente e com dificuldade de trabalhar. Logo após o congresso ele sofreria o maior de seus ataques (dezembro de 1922) e ficaria impossibilitado de trabalhar, morrendo em 1924. Apesar dessa situação, o congresso foi produtivo e representou provavelmente a última grande discussão na Internacional antes de sua estalinização e destruição.

O congresso confirmou as teses de Frente Única e as complementou com as teses sobre Frente Única Anti-imperialista (Teses Sobre o Oriente). Mas um partido não são letras escritas num papel, ele é formado por homens e mulheres que seguem um programa. E as condições do partido russo, ainda o partido central da Internacional, vão destruir a internacional para a luta revolucionária.

A DERROTA DA REVOLUÇÃO E O STALINISMO

A morte de Lenin levou à discussão aberta sobre os rumos da revolução, que se encontrava encoberta durante a sua vida. Mais do que um problema de “personalidades”, como a maioria dos autores parece se inclinar (inclusive Pierre Broué, autor de dois estudos alentados sobre o Partido Bolchevique e sobre a IC), a luta de frações no interior do partido russo expressava o movimento e a luta de classes que se desenvolvia na URSS e no mundo.

As três grandes frações iniciais - a “Oposição de Esquerda”, o centro (Stalin, Ziozinev e Kamenev) e a “direita” (Bukharin) - representavam movimentos reais das classes em luta. Em um primeiro momento, a Oposição de Esquerda representava o movimento revolucionário da classe operária em direção a revolução proletária. A ala centrista a parte proletária e camponesa mais cansada com a revolução e que deseja “seguir em paz” num momento em que a derrota da revolução alemã e a ascensão do fascismo na Itália levavam a que a revolução não viria no momento seguinte. É nesse momento que a tese de “socialismo num só

país” ganha corpo, por representar a fotografia do momento, o fato de que a URSS precisa sobreviver sozinha sem que outros países entrassem imediatamente na via revolucionária. A direita representava mais diretamente os camponeses ricos (kulaks) e os setores comerciais que enriqueciam a partir da NEP.

Nessa situação, a vitória momentânea do centro representava justamente isso: o desejo de estabilidade. Mas a proximidade da revolução chinesa e a greve geral na Inglaterra fazem a balança pender de lado e a oposição ganha força com a adesão de Ziozinev e Kamenev para formar a oposição unificada. O Centro, por sua vez, pende violentamente para a direita, ao apoiar o acordo dos socialistas que enterraram a greve na Inglaterra e ao orientar a política do Partido Comunista Chinês de entrada no partido nacionalista burguês, o Kuomintang, que impediu a vitória da revolução chinesa e, mais que isso, abriu caminho para o massacre de milhares de comunistas em Xangai.

O resultado se mostrou no congresso do PC Russo em 1927, três anos após a morte de Lenin e cinco anos após o 4º congresso da Internacional. Ziozinev e Kamenev são retirados de seus postos de comando na Internacional, cedem ao centro, e Trotsky é expulso da URSS. O centro agora é a nova direita, primeiramente com o apoio de Bukharin, depois rompendo com ele. De qualquer forma, preservando seus acordos com o imperialismo mundial. Esse é um novo governo e a Internacional vai sofrer com isso. Ainda existe uma luta de frações no interior da URSS e na Internacional, mas ela vai terminar brevemente.

Apesar dos esforços de Trotsky, poucos quadros e dirigentes são ganhos para a LCI (Liga Comunista Internacional, sucessora da Oposição de Esquerda Internacional). O seu trabalho - A Internacional Comunista depois de Lenin - ganhara dirigentes que vão formar o Socialist Workers Party dos EUA. Mas o restante da Internacional vai se dobrar a Moscou e,

depois que o PC Alemão se tornou o principal responsável pela subida de Hitler ao poder, ao aplicar a tática de “socialfascismo”, todo o contrário do que foi decidido nos 3º e 4º congressos, não há reação. A contrarrevolução vai terminar em 1936 com os processos de Moscou e o fuzilamento dos trostkistas (mais de 80 mil comunistas) e de outras tendências.

A Internacional, então um dócil instrumento nas mãos da burocracia soviética, é definitivamente enterrada num ato burocrático de Stalin, durante a 2ª Guerra, como consequência do seu acordo com Roosevelt que exigiu o fim da Internacional como condição para o pleno acordo de combate a Hitler.

Para Stalin e a direção da URSS, a Internacional era apenas mais um dos instrumentos para manter o seu poder de estado e pode ser liquidada em uma penada. A continuação da luta por uma nova Internacional e o papel que os PCs jogaram depois da guerra para enterrarem todas as revoluções é, naturalmente, objeto de outro estudo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

II Internacional, Resolução do congresso de Bâle

III Internacional, Resoluções dos quatro primeiros congressos da IC

Lenin, A Falência da II Internacional

Lenin, Teses de Abril e As Tarefas do Proletariado na Nossa Revolução

Lenin, Acerca da Brochura de Junius

Lenin, O Estado e a Revolução

Lenin, Esquerdismo, doença infantil do Comunismo

Luxemburgo, Rosa, Brochura Junius

Luxemburgo, Rosa, A revolução de outubro

Trotsky, Terrorismo e Comunismo

Trotsky, O novo curso

Trotsky, Como fizemos a revolução de Outubro

Trotsky, A Internacional Comunista depois de Lenin

Trotsky, Programa de Transição

CRONOLOGIA (1912 - 1933)

1912	CONGRESSO DE BASEL	Congresso extraordinário da Segunda Internacional. Decide que caso a guerra imperialista venha, deverá ser enfrentada com a revolução. Resolução foi emendada por Rosa de Luxemburgo e pelo Partido Bolchevique e teve votação unanime.
1914	INÍCIO DA 1ª GUERRA MUNDIAL	Os partidos Socialdemocratas votam a favor dos créditos de guerra. Os partidos russos (mencheviques e bolcheviques) e o sérvio votam contra os créditos de guerra.
1915	CONFERÊNCIA DE ZIMMERWALD	Conferência reúne os internacionalistas na Suíça e começa a batalha pela construção da Terceira Internacional.
1917	REVOLUÇÃO RUSSA	O Partido Bolchevique toma o poder e propõe o fim imediato da guerra.
1918	FIM DA 1ª GUERRA MUNDIAL. REVOLUÇÕES NA EUROPA	Revolução em diferentes países da Europa derrotadas. Fundação de partidos comunistas, a partir do exemplo dos bolcheviques.
1919	REVOLUÇÃO NA ALEMANHA	A revolução é derrotada. Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht são assassinados (15/01/19).
1919	FUNDAÇÃO DA III INTERNACIONAL (IC)	Conferência em março de 1919. Houve uma resistência sobre a fundação da Terceira Internacional, particularmente do partido alemão, que se abstém no final da resolução.
1920	2º CONGRESSO DA IC	Adotadas as 21 condições de adesão à IC, para separar comunistas de oportunistas.
1921	3º CONGRESSO DA IC	Adotadas as resoluções sobre a Frente Única Proletária.
1922	4º CONGRESSO DA IC	Adotadas as resoluções sobre Frente Única Anti-imperialista e sobre a questão negra.
1924	MORTE DE LÊNIN	Lênin, dirigente da Revolução Russa e da III Internacional morre. A burocratização do Estado Soviético e do Partido Comunista Russo, iniciada em sua vida, perde o seu principal opositor. Aparece o "Curso Novo" de Trotsky, denunciando a burocratização.
1927	OPOSIÇÃO UNIFICADA	Zinoviev e Kamenev, antigos companheiros de Lenin no exílio e dirigentes do Partido Bolchevique, juntam-se a Trotsky na luta contra a burocracia.
1917	DERROTA DA OPOSIÇÃO UNIFICADA NA RÚSSIA	A oposição é derrotada, Zinoviev e Kamenev capitulam e Trotsky é exilado.
1933	HITLER TOMA O PODER	O PC alemão impede a união dos proletários contra Hitler. O proletariado alemão é massacrado, suas organizações destruídas, sem resistência. Na IC, seis meses depois, nenhuma crítica contra o acontecido. Trotsky e a oposição de esquerda começam a batalha para construir a Quarta Internacional.



Foto: Manuel Galrinho

80 anos de Guernica, uma obra prima da arte de todos os tempos

David Rey

O que você acredita ser um artista? Um imbecil que somente tem olhos se é pintor, ouvidos se é músico, uma lira que ocupa todo seu coração se é poeta, ou ainda só músculos se é boxeador? Pelo contrário, é um ser político, constantemente consciente dos acontecimentos estremecedores, airados e afortunados aos quais responde de todas as maneiras. Como seria possível desassociar de outros homens; em virtude de que indiferença de marfim deve se distanciar da vida que tão abundantemente te proporcionam? Não, a pintura não se faz para decorar apartamentos. É um instrumento para a guerra ofensiva e defensiva contra o inimigo. (Pablo Picasso, Les Lettres Françaises. Março de 1945)

Em junho deste ano ocorreu o 80º aniversário de uma das obras de arte mais importantes do século XX, Guernica, de Pablo Picasso.

Sem dúvida trata-se de uma obra icônica contra a barbárie da guerra, mas não de “qualquer guerra”, como gostam de afirmar os especialistas mancomunados com o status quo, mas contra as guerras dos poderosos que buscam a opressão, a escravidão e o assassinato em massa das pessoas comuns de nosso tempo.

Em janeiro de 1937, em plena guerra civil, o governo da República Espanhola encomendou de Pablo Picasso uma obra de grande formato para ser exibida no pavilhão da Espanha na Exposição Mundial de Pa-

ris, que devia ser celebrada no mês de junho. A intenção do governo espanhol era usar essa exposição como um apelo em defesa da Espanha republicana.

Durante meses, Picasso, que atravessava naquele momento uma fase depressiva em seu trabalho criativo, tratou de buscar em vão uma imagem que o inspirasse e que estivesse à altura do que ele considerava que devia expressar o quadro.

O BOMBARDEIO DE GUERNICA

Em 26 de abril de 1937, o exército franquista do norte peninsular, sob a direção dos generais Mola e Kindelán, encomendou do Alto Co-

mando Alemão o bombardeio aéreo da cidade basca de Guernica, com cerca de 10 mil habitantes. O bombardeio foi realizado pela Legião Condor alemã com o apoio da aviação italiana.

Já é de conhecimento que a aviação alemã planejou este bombardeio como um ensaio para os posteriores bombardeios na guerra mundial que se aproximava, usando para isso os bombardeiros Junker e Heinkel, que lançaram cerca de 40 toneladas de bombas destrutivas e incendiárias, algumas de até 250 kg. Para completar, a população era metralhada desde o ar enquanto corria desesperada para se esconder nos refúgios e nos campos próximos.

O bombardeio durou três horas em ondas regulares. Cerca de 85% da cidade ficaram devastadas. A quantidade exata de mortos oscila, segundo as fontes, desde várias centenas até mais de mil. Como nos bombardeios anteriores das cidades bascas de Eibar e Durango, a intenção era levar o terror à população civil, mas também havia um elemento político na escolha de Guernica como objetivo militar, ao guardar os símbolos mais importantes do povo basco, como a Casa de Juntas e o carvalho centenário, símbolos da liberdade basca.

As notícias acerca do bombardeio de Guernica e as fotografias da matança e devastação foram reproduzidas pela imprensa europeia nos dias seguintes. Picasso ficou emocionado pela magnitude do massacre e das imagens. A inspiração para sua obra, que havia permanecido comprimida nas dobras ocultas de seu cérebro durante meses, desatou-se explosivamente com uma força profunda. Em 1º de maio ele fez o primeiro esboço da obra e depois de 35 dias de um trabalho frenético pôde apresentá-la a tempo ao mundo para que fosse exibida na exposição.



Pablo Picasso em Milão, Itália, em 1953. Foto: Paolo Monti

Picasso tinha consciência de que estava criando uma obra imortal. O impacto da mesma foi enorme e recebeu uma aclamação unânime. Depois da exposição, o quadro realizou uma excursão itinerante por meia Europa como instrumento de propaganda a favor da República Espanhola. Em maio de 1939, a pintura foi embarcada para Nova York em um traslado patrocinado pelo Museu de Arte Moderna (MOMA) para arrecadar fundos para os refugiados republicanos espanhóis. Nos Estados Unidos, o quadro foi exibido em novas excursões por todo o país até que na metade dos anos 1940 ficou definitivamente exposto no MOMA.

Guernica é uma das expressões mais elevadas da arte comprometida politicamente, que não tem a ver em nada com a arte de propaganda. Guernica é Arte com “A” maiúsculo porque, como diz Alan Woods, tem algo a nos dizer, não é meramente uma obra para admirar de um instante congelado, mas que suscita emoções no espectador que o obrigam a tomar consciência e partido sobre um fato, sobre uma ideia.

CONTRA O “REVISIONISMO” DE GUERNICA

Ocorre frequentemente com as obras de arte que simbolizam o compromisso político o mesmo que com os fatos históricos ou os personagens revolucionários: passado o tempo, tratam-nos como ícones inofensivos, castrando seu conteúdo revolucionário. Da mesma maneira, oculta-se com frequência a militância comunista de Picasso. Assim, Paloma Esteban Leal, curadora do Museu Rainha Sofia de Madrid – onde está instalada o Guernica – comentava há uns anos em uma entrevista para o jornal espanhol El Mundo: “No ‘Guernica’ não há bombas, nem aviões, nem nada do estilo porque não é uma guerra ou outra guerra, nem esta,

nem aquela; é a maneira em que Picasso mostra seu rechaço a qualquer tipo de violência da guerra” (Sonia Aparicio, Un grito contra la barbarie. Outubro de 2011. Disponível em: <http://www.elmundo.es/especiales/2011/10/cultura/guernica/grito.html>).

Não é por acaso que os críticos convencionais de arte tratem de castrar o conteúdo concreto dessa obra, o massacre da população de Guernica pelo fascismo. Ao apresentá-la como um mero choramingar “pacifista”, matam sua verdadeira mensagem que é a denúncia militante do militarismo opressor.

Retirar de uma obra de arte, particularmente da arte comprometida, seu conteúdo concreto é uma falsificação artística e histórica: como separar o grande antecedente de Guernica, o grande quadro de Goya “Los fusilamientos del 3 de mayo”, dos fatos que lhe deram vida – a brutal ocupação napoleônica e o levantamento popular de Madrid? O que essas grandes obras de arte têm de geral, de simbolismo para outras experiências humanas, parte precisamente dos fatos concretos em que estão inspiradas. Algo que nunca poderá alcançar uma obra que exponha o motivo da guerra “em geral”.

Na mesma linha, o Museu Rainha Sofia planejou uma exposição para comemorar este 80º aniversário que se chama “Piedade e terror em Picasso: o caminho para Guernica”, onde se exibem obras de Picasso desde 1924 com motivos de guerra e violência que, supostamente, haviam o ajudado a se inspirar para Guernica. O escandaloso dessa exposição é que não contém nem uma só referência à guerra civil espanhola nem ao bombardeio de Guernica!

O objetivo é similar ao que apontamos antes, não mostrar a inspiração de Guernica na barbárie fascista, mas em obras anteriores do artista, como se estivéssemos perante uma expressão da “arte pela arte” em lugar da arte pela



"Os fusilamentos de 3 de maio", de Goya

vida. Ideias semelhantes vieram a ser colocadas por numerosos "especialistas", assinalando que algumas das figuras de Guernica se inspiram em quadros de Girolamo Mirola, de Rubens ou em imagens do filme "Adiós a las armas", de Frank Borzage. Alguns chegaram ao ponto de ver em Guernica um tom suave psicológico da turbulenta vida afetiva do pintor!

Afortunadamente, o próprio Pablo Picasso respondeu antecipadamente a esses "críticos" quando declarou em uma entrevista enquanto trabalhava em sua obra:

A guerra espanhola é a luta da reação contra o povo, contra a liberdade. Toda minha vida como artista não foi mais que uma luta contínua contra a reação e a morte da arte. Como poderia alguém pensar por um momento que poderia estar de acordo com a reação e a morte? [...] Na tela sobre a qual estou trabalhando, que chamarei Guernica, e em todas as minhas recentes obras de arte, expreso claramente meu aborrecimento pela casta militar que mergulhou a Espanha em um oceano de dor e morte.

Caso faça falta uma palavra

final sobre o caráter "político" de Guernica, basta dizer que Picasso deixou por escrito seu mandato – já que nunca cedeu a propriedade do quadro – de que Guernica só ficaria na Espanha quando fossem reestabelecidas as liberdades políticas e até 1981 o quadro não esteve instalado no país.

O SIMBOLISMO DE GUERNICA

Sobre o próprio conteúdo do quadro, muito se escreveu e se falou e somente refletiremos aqui alguns apontamentos. A primeira coisa que capta nossa atenção é a ausência de cores vivas, só o branco e o negro matizados pelos cinzas, o reflexo da guerra, a desolação e a barbárie. A cena fundamental do quadro recorre a um motivo profundamente espanhol, como é a corrida de touros. O touro, impassível e inexpressivo, localizado à esquerda, representa a besta que se ergue vencedora sobre o povo, representado pelo toureiro que jaz agonizante com seu corpo destroçado e sua espada quebrada, ainda que sua mão possua uma flor, que simboliza a vida. O

cavalo do "picador"¹, que ocupa o centro, aparece espetado por uma lança, relincha de dor e de injustiça com sua cabeça e expressão contorcida de volta para o touro. Debaixo deste, uma mãe grita dolorosamente ao touro com seu filho morto em seus braços. À direita, devorada pelo fogo, uma figura humana – claramente inspirada no "fuzilado" do famoso quadro de Goya que citamos anteriormente – levanta seus braços em sinal de injustiça.

Dois mulheres correm para o cavalo e para o centro do quadro, uma estende o braço por cima da cabeça segurando uma vela iluminando a desordem, enquanto a outra, arqueada e com suas pernas quebradas, parece suplicar.

Acima, no centro, a lâmpada em forma de olho e sol é a testemunha da barbárie, que se encarrega de ver para o resto do mundo, para que o crime fique registrado.

GUERNICA: UM APELO À AÇÃO

O capitalismo é horror sem fim. Multidões de Guernicas aconteceram décadas depois: na 2ª Guerra Mundial, no Vietnã, no Iraque, na Síria, na Palestina e em outros lugares. Como diz Alan Woods: "O objetivo da grande arte não é entreter, não é somente mostrar de uma maneira superficial e neutra, mas penetrar abaixo da superfície e expor a realidade que reside abaixo". Guernica segue nos comovendo porque reflete a realidade atual do capitalismo. Também é um manifesto, chamando a atenção sobre o que nos destina o capitalismo se não for derrubado.

Mas outro mundo está lutando para nascer, um mundo socialista sem guerras, exploração nem opressão. Guernica deve nos inspirar para tornar esse mundo realidade.

¹Pessoa a cavalo que compõe o ritual da tourada (N.T.).

Revolução e guerra civil na Espanha 1936-1939

Serge Goulart

Dedico esse artigo, e as indicações que faço aos jovens revolucionários que precisam conhecer e se orgulhar de nossa história como classe.

Julho!

Comemoramos a revolução sandinista de 19 de julho de 1979, o início da Grande Revolução Francesa, de 14 de julho de 1789, e homenageamos a revolução espanhola de 1936.

Em 17 a 18 de julho de 1936, o general Francisco Franco lançava o exército colonial espanhol estacionado no Marrocos contra o governo republicano eleito, a Frente Popular. A Espanha vivia uma situação revolucionária.

Da África para a Espanha, Franco e suas tropas foram transportados por aviões e barcos de Hitler e Mussolini. Começava a guerra civil, que só terminaria em 1 de abril de 1939 com a implantação de um

regime fascista. O apoio nazista e fascista continuaria até o final da guerra civil, que deixou meio milhão de mortos.

A revolução espanhola e a guerra civil despertaram solidariedade, paixões e entusiasmo como poucas vezes se havia visto no mundo. Romances, poemas, músicas, filmes, quadros e esculturas floresceram tanto cantando o heroísmo e a luta do povo espanhol contra o fascismo como denunciando dolorosamente os horrores das atrocidades cometidas pelos fascistas.

Ernest Hemingway escreveu sua obra-prima (que viria a modificar inclusive a escrita do jornalismo contemporâneo), “Por quem os sinos dobram”, durante os quatro

anos que viveu na Espanha como correspondente e em que lutou ao lado dos republicanos.

A incrível guerra civil espanhola teve um enorme impacto no Brasil. Não só levando militantes de esquerda e republicanos, como Apolônio de Carvalho, a integrar-se nas “Brigadas Internacionais” que se formaram em dezenas de países, mas também levando personagens de romances brasileiros a lutar na Espanha. Vasco Bruno, o personagem do romance “Clarissa”, de Érico Veríssimo (um dos mais importantes escritores brasileiros), também se alista nas “Brigadas Internacionais” e, no excelente romance “Saga”, vai à Espanha lutar.

A terrível guerra civil provocada pelos fascistas tem aspectos extremamente dolorosos, como mostra o extraordinário quadro “Guernica”, de Pablo Picasso. Ele é uma das obras mais conhecidas do Cubismo e um dos mais famosos quadros de Picasso. Ele mostra os efeitos do bombardeio da cidade de Guernica em 26 de abril de 1937 pelos aviões alemães da Legião Condor, que destruíram quase completamente a cidade no País Basco. O quadro está no Museu Nacional Reina Sofia, em Madri e vale algo como US\$180 milhões. (<http://www.museoreinasofia.es/>).

Em 1930 terminava na Espanha a ditadura do general Primo de Rivera. A luta entre republicanos e monarquistas se agudiza. O rei Afonso XIII convoca eleições municipais em abril de 1931. Os monarquistas ganham, mas os republicanos conquistam a maioria nas grandes cidades. Manifestações populares exigem a instauração da



Manifestação contra os falangistas, em 17 de abril de 1936

República. O rei abdica e é proclamada a Segunda República. Em seguida, uma Assembleia Constituinte decreta a separação entre Igreja e Estado e dissolve a Companhia de Jesus (Ordem dos Jesuítas). A Igreja católica é proibida de dedicar-se ao ensino.

Em 1933, os anarquistas, muito fortes, fazem campanha pelo voto nulo e a direita ganha as eleições. As medidas do novo governo provocam uma insurreição. Nas Astúrias os operários estabeleceram o que se chamou de Comuna das Astúrias, mas a insurreição é derrotada e milhares são presos.

O governo é um fracasso e, em 1936, uma aliança de socialistas, comunistas e republicanos burgueses ganha as eleições. Começa o governo da Frente Popular. Franco o afogaria em sangue estabelecendo sua ditadura por 38 anos (1939 – 1977).

A Frente Popular, apesar do armamento geral dos operários, de insurreições na Catalunha e outras partes, não queria romper com os burgueses republicanos. E, sob pressão de Josef Stalin, o Partido Comunista Espanhol (PCE) se recusa a decretar a Reforma Agrária, o que tiraria toda a base social de Franco, aliado dos monarquistas e latifundiários. Isso foi um dos elementos-chaves para a derrota da revolução.

Na derrota da revolução espanhola o PCE teve um papel-chave. Ele atacou com a polícia e seus agentes assassinos os revolucionários de todos os matizes que não concordavam com sua política de submissão à burguesia e manutenção do capitalismo. Dirigido pela polícia política de Stalin, que havia enviado enormes quantidades de agentes, mandou prender, fuzilar, assassinar e torturar os opositores de esquerda.

O chefe dos agentes da KGB na Espanha foi Antonov-Ovsenko, que havia participado ativamente da tomada do poder na Rússia em 1917 e é retratado no romance de

Leonardo Padura “O homem que amava os cachorros” como o personagem Grogoriev, já um estalinista cínico e absolutamente sem escrúpulos.

Andreu Nin, o líder do Partido Operário de Unificação Marxista (POUM), foi um dos muitos sequestrados e assassinados pelos agentes de Stalin, como anarquistas, trotskystas, sindicalistas e socialistas de esquerda.

No livro de Leonardo Padura há um diálogo entre Grigoriev e Jacques Monard (Jacques Mornard no livro), aliás Ramon Mercader, que viria a assassinar Trotsky no México, que é ilustrativo do espírito e ação do estalinismo na revolução espanhola.

“- *Vai me dizer agora o que aconteceu a Andreu Nin? Perguntou quando, finalmente, conseguiu falar. Grigoriev sorriu, negando com a cabeça.*

- *Que teimoso... O que você quer que eu diga? Aquele catalão era tão louco que não confessou. Esgotou a paciência de todo mundo e...*

- *Eu sabia que não ia confessar – disse, aproximando de Grigoriev a caneca de cerveja. O mentor verteu nela um pouco de vodca. – Nem que o encharcassem de vodca...*”

Stalin vendeu armas para o governo da Frente Popular e, com isto, obteve a participação do PCE no governo, que controlou, de fato, a luta contra Franco e preparou a derrota da revolução. Muita gente, entretanto, não compreendeu isso e acreditava que Stalin e o PC Espanhol lutavam pela revolução socialista.

Stalin era contra a vitória de uma revolução socialista na Europa. Sua política de alianças com o que ele chamava de “imperialismos democráticos” (EUA, Inglaterra, França) não podia permitir isto.

Em 1939, o mesmo ano da vitória do fascismo na Espanha e do esmagamento da revolução sob o tapete de 500 mil mortos, Stalin assina um vergonhoso e trágico pacto de não agressão com Hitler.

Aí os dois acertavam:

– Cinco anos de paz entre Alemanha e a União Soviética;

– Invasão e partilha da Polônia (que seria dividida entre as duas nações), dos Países Bálticos e da Finlândia.

Não é preciso dizer que isso é o contrário de toda a política externa revolucionária conduzida por Lenin e Trotsky desde a Revolução de Outubro, nem que é a mais pura negação do marxismo a serviço dos interesses diplomáticos e materiais de uma burocracia que estava inaugurando os Processos de Moscou, onde toda a direção e a velha guarda bolchevique foi dizimada, assassinada acusada de ter se vendido e trabalhado para o nazismo, o fascismo e o Mikado japonês.

Uma entrevista do próprio Stalin revelava o que pensava e dizia esse adepto da “coexistência pacífica” com o imperialismo. Eis um trecho da entrevista famosa:

“Howard: *Esta sua declaração significa que a URSS abandonou em todos os níveis seus planos e intenções de provocar uma revolução mundial?*

Stalin: *Jamais tivemos planos ou intenções deste tipo.*

Howard: *Penso, então, sem dúvida, que grande parte do mundo estava distraído durante muito tempo com uma impressão diferente?*

Stalin: *Isto é produto de um mal-entendido.*

Howard: *Um trágico mal-entendido?*

Stalin: *Não, cômico. Ou, talvez, tragicômico ...”*

(Roy Howard, Entrevista com Stalin, Internacional Comunista, março/abril de 1936).

A revolução foi afogada em sangue por Franco, ajudado por Hitler e Mussolini, sob os olhares distraídos dos “imperialismos democráticos” aliados de Stálin, que se declararam “neutros”. Guernica, o famoso quadro de Picasso, mostra o bombardeio e a destruição desta cidade basca pela Legião Condor dos nazistas e todo o horror que o

capitalismo é capaz de desencadear para manter seus privilégios de classe e a exploração e opressão sobre toda a Humanidade.

A derrota da revolução espanhola e a ascensão do fascista Franco prepararam o terreno para Hitler iniciar a 2ª Guerra Mundial apenas um ano depois.

Mas o heroísmo, a determinação e as iniciativas da classe operária da Espanha jamais serão esquecidas. Elas estão nas maravilhosas linhas escritas por Felix Morrow “Revolução e Contrarrevolução na Espanha”, no filme de Ken Loach, “Terra e Liberdade”, e no “Por quem dobram os sinos”, de Ernest Hemingway.

A derrota da República espanhola pelos fascistas com o massacre de Barcelona de março de 1939, onde 30 mil revolucionários foram executados, selou a vitória de Franco e incentivou Hitler a desencadear a 2ª Guerra Mundial em 1 de setembro do mesmo ano. Ele começou invadindo a Polônia, como acertado com Stalin, mas depois invadiu a URSS mandando o pacto de não-agressão para o devido lugar e fazendo Stalin entrar em pânico desesperado.

A Espanha de Franco se manteve formalmente neutra durante o conflito porque na realidade não tinha meios, nem econômicos, nem sociais, de entrar em guerra alguma. Ensanguentada e exaurida, a Espanha levaria 36 anos para ver-se livre de Franco, que morre em 20 de novembro de 1975. Começaria, então, outra revolução espanhola, que seria contida pelos mesmos atores, o PCE e PSOE, assinando o Pacto de La Moncloa com o rei nomeado por Franco.

Como resultado desse pacto as instituições franquistas e monarquistas e os privilégios da Igreja Católica, sua aliada e esteio, foram preservados. Ainda hoje, em 2017, essa Igreja reacionária segue militando. Em 2016, a Conferência Episcopal da Espanha autorizou a Igreja dos Jerónimos a homenage-

ar Francisco Franco e todos aqueles que propiciaram a “salvação de Espanha” comemorando o 18 de julho, data do levante fascista, contra a Segunda República, que iniciou a guerra civil.

Ainda hoje a revolução e a guerra civil na Espanha continuam a ser revividas na arte e na política. Em 1995, o cineasta inglês Ken Loach lançou um belíssimo filme chamado “Terra e Liberdade”, baseado no livro “Homage to Catalonia” (Homenagem à Catalunha), de George Orwell, em que este relata sua participação na guerra civil espanhola e denuncia os crimes estalinistas que ajudaram a massacrar a revolução.

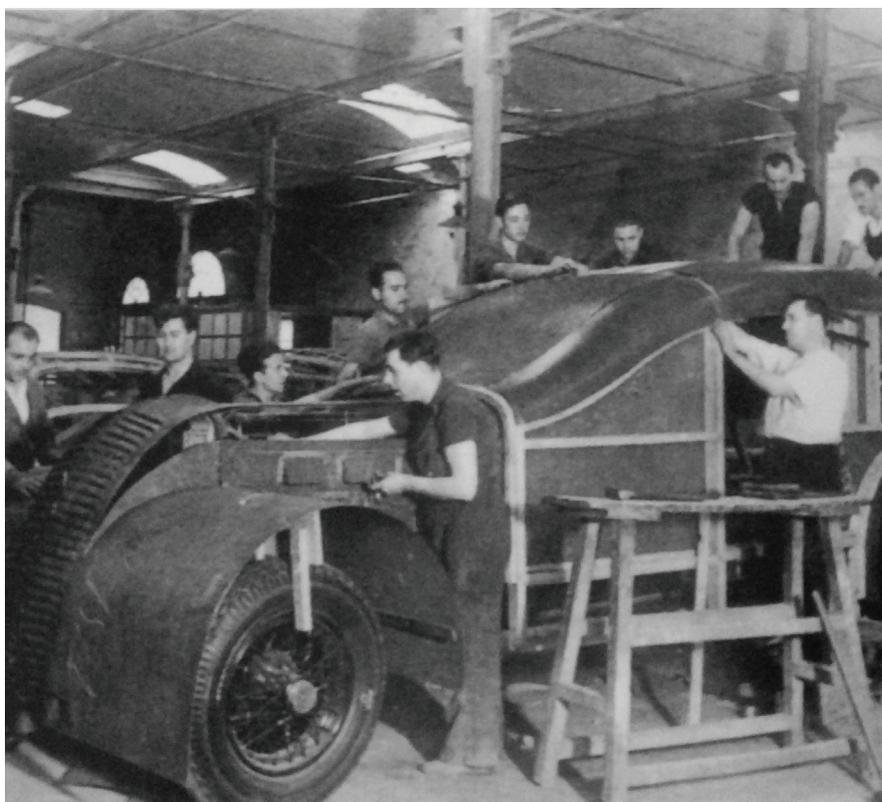
Músicas como “Ay, Carmela” (<https://www.youtube.com/watch?v=Fko5fYIBJFU>) ou “Si me quieres escribir (ya sabes mi paradero)” (<https://www.youtube.com/watch?v=HKDV8QVnotk>) estão sendo, de novo, cantadas pelos operários e jovens nas manifestações dos últimos anos na Espanha.

O heroísmo, a determinação e as iniciativas da classe operária da Espanha jamais serão esquecidas. Elas estão nas maravilhosas linhas escritas por Felix Morrow no livro “Revolução e Contrarrevolução na Espanha” e, de outra forma, no maravilhoso romance “Por quem os sinos dobram”, de Ernest Hemingway, em que narra a história de Robert Jordan, um jovem norte-americano que participou das Brigadas Internacionais e que, conhecedor do uso de explosivos, recebe a missão de explodir uma ponte por ocasião de um ataque a Segóvia. Na verdade, o livro narra a experiência pessoal de Hemingway como participante voluntário da Guerra Civil Espanhola.

Viva o povo revolucionário espanhol!

Abaixo a monarquia! Viva a República!

Viva a revolução socialista Internacional!



Blindagem de carros nas fábricas da Hispano-Suiza, em Barcelona, em 1936

1977-2017: 40 anos de "democracia" na Espanha – A história de uma grande fraude

David Rey

Neste ano cumpre-se o 40o aniversário do que foi, sem dúvida, o ano decisivo da chamada Transição na Espanha. Em 1977 ocorreram os assassinatos de Atocha, que elevaram a temperatura da sociedade espanhola ao grau máximo, e a legalização dos sindicatos e dos partidos de esquerda, entre eles o PCE; a realização das eleições semidemocráticas de 15 de julho, bem como a assinatura dos infames Pactos de la Moncloa, que selariam a traição às expectativas populares despertadas com a morte do ditador.

A atual crise econômica, social e política no Estado espanhol – que faz parte da crise orgânica global do sistema capitalista – conduziu a uma crise do regime surgido da Constituição de 1978. Esse, por sua vez, foi o resultado do período conhecido como A Transição, iniciado depois da morte do ditador Franco em novembro de 1975.

Não é por acaso que uma camada cada vez mais ampla da população, particularmente da jovem geração, está tratando de indagar, estudar e revisar criticamente aquele período de nossa história.

Não surpreende que os setores da esquerda mais direitistas e integrados ao sistema, tanto no PSOE – as velhas múmias, como Filipe González y Guerra e a burocracia dominante no partido – quanto no PCE e na IU – Gaspar Llamazares e Cayo Lara, entre outros – deem aprovação ao que aconteceu na Transição por sua responsabilidade pessoal na mesma. Mas chama a atenção que sejam os herdeiros do franquismo, como o Partido Popular – fundado por sete ministros

franquistas –, os que aparecem como os grandes campeões desse período de nossa história recente e da Constituição de 1978.

Há algo de errado na Transição “modelo” que nos contaram quando os que celebram com mais entusiasmo o que aconteceu naqueles anos são os que nunca condenaram o levantamento fascista de Franco nem os crimes da ditadura.

É impossível encarar com êxito uma transformação profunda de nosso país sem um conhecimento preciso de nosso passado recente. É impossível ajustar contas com o

presente injusto sem antes ajustar contas com nosso próprio passado. Um povo que não aprende da história está condenado a repeti-la.

A NECESSIDADE DE UMA REVISÃO CRÍTICA DA TRANSIÇÃO

Os dirigentes do Unidos Podemos e de suas diversas confluências políticas no restante do Estado estão exigindo corretamente uma revisão da “versão oficial” daquele processo histórico. Insistiram repetidas vezes, e com razão, que a conquista das liberdades demo-



Francisco Franco e o príncipe Juan Carlos, na tribuna do Palácio Real, em um ato de apoio ao regime em 1 de outubro de 1975

cráticas foi obra das lutas da classe trabalhadora, das mulheres dos bairros, dos estudantes, das nações oprimidas demandando seus direitos democrático-nacionais na Catalunha, País Basco e Galícia.

Essas liberdades não foram trazidas por personalidades como o rei Juan Carlos ou o ex-presidente Adolfo Suárez. Não há nada mais patético que pintar como heróis da democracia os que foram elevados às máximas responsabilidades no governo a partir da própria ditadura franquista. Juan Carlos foi nomeado sucessor de Franco pelo próprio ditador em 1969 e fez o juramento dos princípios do “glorioso” Movimento Nacional (a declaração de princípios fascistas que iniciou o golpe militar de Franco) em sua tomada de posse como rei em 22 de novembro de 1975. Adolfo Suárez, antes de ser nomeado e cuidadosamente escolhido por Juan Carlos como presidente do governo em julho de 1976, havia sido secretário nacional do Movimento Nacional, o partido único do regime franquista. Em nenhum momento, nem Juan Carlos, nem Suárez emitiram uma só queixa, uma só crítica nos anos anteriores nem tampouco nos meses seguintes à morte do ditador pela falta de liberdades no país. Não houve nenhum protesto dessas pessoas pelas torturas nas delegacias de polícia, pelos operários assassinados pela polícia nas greves ilegais nem pelas condenações à morte dos últimos governos do ditador.

Há uma parte particularmente repugnante da versão “oficial” da Transição que permeou os discursos das lideranças da esquerda ao longo desses 40 anos e que continua a ser repetida com abusiva intensidade: que “não se pôde obter mais”, que “houve que se pactuar a Constituição de 1978” porque “havia medo” na maioria da população, “medo” pela continuação da ditadura e por um novo golpe militar.

O mais grave não foi somen-

te essa atitude fatalista e covarde com que os dirigentes da esquerda encararam suas tarefas naqueles anos, mas o fato de que antes das eleições de junho de 1977 já começaram a lavar a cara dos herdeiros do franquismo, outorgando-lhes o título de novos e autênticos democratas. Esse foi o caso de reconhecidos ministros franquistas que assinaram penas de morte, como Manuel Fraga; de ministros e governadores civis (antecessores dos atuais delegados do governo) responsáveis pelos aparatos policiais que ordenavam as detenções, torturas e assassinatos de trabalhadores em greve ou em manifestações, como Martin Villa; e de altos cargos do aparato do estado franquista, como o foram quase todos os ministros da UCD de Suárez e os principais dirigentes da Aliança Popular de Fraga (antecessora do PP).

Foram os dirigentes do PCE e do PSOE daqueles anos – com a desculpa de não agitar os ódios do passado, como volta a repetir com frequência o novo monarca Felipe VI – os principais responsáveis por silenciar as vítimas do franquismo, por voltar a sepultar, desta vez no silêncio, os 140 mil desaparecidos que jazem sob montanhas de terra nas valas e junto aos muros dos cemitérios.

Foram eles que aceitaram manter intacto – inclusive sob os governos de “esquerda” – o mesmo aparato franquista com seus altos cargos, seus comandantes e policiais torturadores, e seus oficiais do exército.

Dentro da esquerda crítica ao regime de 1978 há quem fale também, como Iñigo Errejón e Juan Carlos Monedero, que a Constituição de 1978 – como se não houvesse alternativa – foi um “contrato social” entre a classe dominante e seu aparato de Estado saído da ditadura com a esquerda, a classe trabalhadora e o povo em geral; deixando àqueles nos seus postos de comando em troca de um sis-

tema de liberdades democráticas formais semelhante ao da Europa ocidental.

QUEM TINHA VERDADEIRO MEDO NA TRANSIÇÃO?

Os marxistas da Lucha de Clases não concordamos com a falsificação histórica da Transição apregoadada pela “velha” esquerda. Embora celebremos que a “nova” esquerda tenha rompido parcialmente com essa visão idílica da Transição, lamentamos que aceitem ainda algumas de suas conclusões, inclusive as mais tergiversadas, como a de que não se podia fazer mais do que os dirigentes do PCE e do PSOE fizeram devido à “desfavorável correlação de forças” e ao “medo” das massas populares.

Se realmente “havia medo” na maioria da população, que necessidade tinha o bando franquista de fazer concessões democráticas relevantes? Não seria mais verossímil concluir que, se o setor decisivo do regime franquista se viu obrigado a fazer concessões democráticas, foi porque o medo estava na verdade no seu bando?

Apresentaremos alguns dados que corroboram nossa posição.

Um dos fatos mais significativos da luta contra a ditadura foi o papel da classe operária, que já representava naquela época 70% da população ativa. Desde o início da década de 1960, os trabalhadores espanhóis deram lugar a um movimento grevista que não tinha precedentes na história sob um regime ditatorial.

Na curva ascendente da luta grevista podemos ver o processo de tomada de consciência dos trabalhadores: no triênio 1964-1966, houve 171 mil jornadas de trabalho perdidas em conflitos trabalhistas; em 1967-1969, 345 mil; em 1970-1972, 846 mil; e em 1973-1975, 1.548.000. Posteriormente, depois da morte de Franco, o movimento grevista adquire dimensões insólitas: a partir de 1976 até meados

de 1978, perderam-se nada menos que 13.240.000 jornadas em conflitos trabalhistas.

A principal força motriz dessas lutas foram as Comissões Operárias (CCOO) dirigidas pelo PCE. Em 1975, as CCOO haviam assumido a partir de dentro do sindicato franquista (o chamado Sindicato Vertical) a representação majoritária dos trabalhadores nas grandes empresas. Os convênios trabalhistas do regime franquista eram rompidos pela ação direta dos trabalhadores que elegiam seus próprios representantes através do que se chamava então de “comitês representativos”. E tudo isso numa situação de ditadura!

Paralelamente, entre 1975 e 1977, criaram-se centenas de associações de moradores por toda a Espanha, que eram organizações populares de massa nos bairros e vilas operárias com dezenas de milhares de participantes que lutavam contra as condições e infraestruturas deficientes dos bairros populares.

Toda a superestrutura em que descansava o velho regime – incluídos o Exército e a Igreja – estava em crise e fraturada. Um exemplo disso foi a criação em agosto de 1974, de forma clandestina, da União Militar Democrática (UMD) por dezenas de oficiais e suboficiais do exército espanhol contrários à ditadura franquista. No momento de sua desarticulação (julho de 1975), chegou a ter 200 membros, entre oficiais e suboficiais com ramificações até na Guarda Civil. E se esse era o ambiente em setores da oficialidade, podemos imaginar o ambiente que existia na tropa.

Na Igreja Católica, um crescente número de clérigos de base simpatizava abertamente com as lutas operárias e movimentos de esquerda, liberando os salões paroquiais para todo tipo de reuniões clandestinas. A Irmandade Operária de Ação Católica (IOAC) e a Juventude Operária Católica (JOC), destinadas pela Igreja a propagar



a religião nos bairros operários, viraram à esquerda em sua abordagem até o ponto de considerar o “socialismo” como o verdadeiro ideal cristão.

O certo e verdadeiro é que, todas as vezes em que os setores “ultras” do franquismo se moveram na direção da repressão sangrenta (Vitoria, em março de 1976; Montejurra, em maio de 1976; os assassinatos dos advogados trabalhistas na Rua Atocha de Madri, em janeiro de 1977; a Semana pela Anistia no País Basco, em maio de 1977), o que provocaram foi uma radicalização e uma resposta de tipo insurrecional entre a classe operária e a juventude, e foi isso – e não outra coisa – que deu lugar à luta interna dentro da burocracia franquista na qual se impôs o setor “reformista” da mesma. É significativo que os sindicatos operários e os partidos de esquerda tenham sido legalizados em fevereiro de 1977 (salvo o PCE, que foi legalizado em abril) devido ao pânico do governo de Suárez e dos grandes empresários de que houvesse uma grande explosão popular depois dos crimes de Atocha, duas semanas antes.

Na realidade, na Espanha de 1975 a 1977 estava sendo encubada uma crise revolucionária similar à que ocorreu alguns anos antes na Grécia e em Portugal. Uma tentativa de golpe militar nesses anos teria provocado uma explosão revolucionária aberta. As tentativas de um setor do aparato franquista de

promover essa via, por seu medo do alcance do protesto social, da vingança dos “vermelhos” e da perda de seus privilégios, simplesmente refletia sua perda de contato com a realidade, por essa razão foram afastados.

Um personagem destacado do franquismo, José María de Areilza, expressava assim em seu diário o ambiente nas altas esferas do regime:

“Ou acabamos em golpe de Estado da direita, ou a maré revolucionária acaba com tudo.” (Memórias de la Transición, El País, p. 81)

O PAPEL DAS LIDERANÇAS DA ESQUERDA

Devemos dizer com clareza: não foi a força da reação, mas a debilidade e a traição política das lideranças da esquerda (PCE e PSOE) as responsáveis pela luta de massas contra o regime franquista não ter culminado em uma transformação radical da sociedade espanhola em linhas socialistas democráticas.

Essa avaliação não é apenas nossa. O jornal oficial do capital financeiro britânico, The Financial Times, declarava em um artigo de dezembro de 1978:

“O apoio do PCE, tanto à primeira quanto à segunda administração Suárez, foi aberto e sincero. O senhor Carrillo foi o primeiro líder que deu seu apoio aos Pactos de la Moncloa e inevitavelmente o PCE apoiou o Governo no Parlamento.”

“Mas, como partido que controla a central sindical majoritária CCOO e o partido melhor organizado na Espanha, seu apoio durante alguns momentos mais tensos da Transição foi crucial. A moderação ativa dos comunistas, durante e depois do massacre dos trabalhadores de Vitoria em março de 1976, do fuzilamento de cinco advogados comunistas em janeiro de 1977 e da greve geral basca em maio de 1977, para citar somente três exemplos, foi provavelmente decisiva para evitar que a Espanha caísse num abismo de



Carrilo, González e Suárez

grande agitação civil e permitir a continuação da reforma”.

O regime e a monarquia careciam de autoridade. Os grandes empresários, temerosos de uma explosão revolucionária, transferiam massas de capitais e divisas à Suíça, o que provocou numerosos fechamentos de fábricas e uma subida galopante do desemprego. Se os dirigentes do PCE e do PSOE tivessem apelado à organização de uma Assembleia Constituinte Revolucionária a partir de baixo que elegeisse um governo alternativo ao oficial – herdeiro do regime franquista ensopado com o sangue, o cárcere e a repressão do povo trabalhador durante 40 anos –, isso teria obtido um apoio massivo.

As bases para a convocação dessa Assembleia Constituinte eram os comitês representativos das empresas e as associações de bairros, ambos já existentes. O que faltava era estendê-los ao conjunto das empresas e das cidades e povoados do país. Uma Assembleia Constituinte Revolucionária de delegados eleitos em tais organismos de base teria sido um milhão de vezes mais representativa que o parlamento surgido das eleições semidemocráticas de junho de 1977. Nestas, como explicaremos mais adiante, impediu-se de votar aos jovens entre 18 e 21 anos de idade e aos

imigrantes espanhóis – que eram votos majoritários para a esquerda – e se deu um peso desmedido à representação das províncias mais despovoadas para diluir o peso das grandes cidades onde se concentrava a classe operária.

Um governo “dos de baixo”, da classe trabalhadora, dos setores progressistas da classe média, da juventude, das nacionalidades históricas, teria sido apoiado por milhões. Com a força demonstrada pelo movimento operário então, uma greve geral indefinida, bem preparada e organizada, inundando as ruas com milhões de trabalhadores, teria paralisado qualquer tentativa golpista ou de repressão popular. As forças repressivas haviam-se partido pelo meio, com um setor decisivo nas bases da polícia e do exército passando-se para o lado do povo. Uma transição relativamente pacífica poderia ter ocorrido, com a nacionalização das alavancas fundamentais da economia sob o controle de organismos populares democráticos de base, e com a proclamação de uma república democrática com as máximas liberdades, incluído o direito de autodeterminação para as nacionalidades históricas, que esmagadoramente teriam escolhido permanecer em uma república federal, socialista e democrática.

A CORRELAÇÃO DE FORÇAS E O PROGRAMA POLÍTICO

Os dirigentes do PCE, que era a força hegemônica na oposição ao franquismo, com 150 mil militantes em condições de clandestinidade antes de sua legalização, trataram de justificar todos esses anos sua posição de então apelando para a desculpa esfarrapada da “desfavorável correlação de forças”. Com os dados aportados em parágrafos anteriores já demolimos esse argumento falso.

Cabe supor que os companheiros considerem que a correlação de forças favorável somente pode ocorrer quando a maioria da classe trabalhadora e da juventude tenham chegado a conclusões socialistas perfeitamente claras sem necessidade de um partido revolucionário que as oriente, que as faça ver sua força, que formule as palavras de ordem e o programa adequado em cada momento e que aproveite os momentos de divisão e confusão do inimigo para lançar a ofensiva decisiva. Mas, em tal caso, deveríamos esperar mil anos para ver uma revolução socialista, porque não há e não pode haver uma maturidade revolucionária de tal ordem na consciência da classe trabalhadora sem um partido (isto é, sem a vanguarda organizada da classe trabalhadora) enraizado nas massas, que realize essa tarefa e ajude os trabalhadores a tirarem as conclusões últimas de suas lutas revolucionárias. Porque se fosse assim, o que haveria de se perguntar é: para que existe um partido comunista?

Na Espanha do início dos anos 1970 existia um partido, o PCE, que agrupava a vanguarda da classe operária, que estava enraizado nas massas e que podia mobilizar a centenas de milhares e, potencialmente, a milhões de trabalhadores. O problema foi que a direção desse partido nunca fixou como objetivo consciente lutar pelo socialismo, mas chegar a um acordo com o

velho regime para manter o capitalismo em troca da concessão de direitos democráticos formais – direitos que, por outro lado, as massas já estavam conquistando na prática com suas lutas – sem exigir nenhum tipo de responsabilidades nem ajuste de contas aos herdeiros do franquismo por seus crimes.

Lamentavelmente, os dirigentes da esquerda não tinham confiança na classe trabalhadora e demais setores populares em luta. Já em 1956, a direção do PCE havia proclamado a “Reconciliação Nacional” e buscava um acordo “democrático” com os herdeiros do franquismo.

Assim, em uma resolução do Comitê Central do PCE de junho de 1956 aprovada por motivo do 20o aniversário do início da Guerra Civil se dizia:

“Na presente situação e ao se aproximar o XX aniversário do início da guerra civil, o Partido Comunista da Espanha declara solenemente estar disposto a contribuir sem reservas à reconciliação nacional dos espanhóis, a terminar com a divisão aberta pela guerra civil e mantida pelo general Franco.

“... Existe em todas as camadas sociais de nosso país o desejo de terminar com a divisão artificial dos espanhóis em ‘vermelhos’ e ‘nacionais’ para se sentirem cidadãos da Espanha, respeitados em seus direitos, garantidos em sua vida e liberdade, aportando ao acervo nacional seu esforço e seus conhecimentos.”

E acrescentava:

“O Partido Comunista da Espanha, ao se aproximar o aniversário de 18 de julho, chama todos os espanhóis, desde os monárquicos, democratas-cristãos e liberais até os republicanos, nacionalistas bascos, catalães e galegos, cenetistas e socialistas, a proclamar, como objetivo comum de todos, a reconciliação nacional” (“Pela reconciliação nacional, por uma solução democrática e pacífica do problema espanhol, declaração do Partido Comunista da Espanha, junho de 1956”, Boletim

de informação, Ano VI, número extra, Praga)

É difícil evitar a indignação e a vergonha que produzem ler hoje essas linhas. “Artificiosa divisão dos espanhóis em ‘vermelhos’ e ‘nacionais’”, dizem! Como se não tivesse havido uma guerra civil, nem centenas de milhares de mortos, nem centenas de milhares de exilados, nem a destruição de duas gerações de trabalhadores, sepultadas numa ditadura feroz!

É importante guardar na mente esse importante documento histórico, porque o argumento banal esgrimido pelos dirigentes do PCE durante a Transição – e que continuam repetindo insistentemente os atuais dirigentes do PCE, da Esquerda Unida e do Podemos – de que os avanços democráticos e sociais obtidos ficaram limitados pela “correlação desfavorável de forças” da esquerda naqueles momentos oculta uma falsificação grotesca da realidade.

Não foi a “correlação desfavorável de forças” em capô nos anos 1970 que conduziu a um acordo espúrio com os sucessores do regime franquista, e sim que este acordo em si mesmo era o objetivo político declarado e buscado pela direção do PCE, não nos anos 1970, mas desde décadas antes que o regime franquista entrasse em crise pelo empurrão revolucionário das massas trabalhadoras.

Lamentavelmente, o que aconteceu na verdade é que há décadas a direção do PCE havia abandonado qualquer perspectiva de lutar pelo socialismo. Essa foi a verdade do que aconteceu. O recurso às “desfavoráveis relações de forças” é somente uma desculpa conveniente.

Nos anos 1950, o franquismo desprezou com arrogância a oferta dos dirigentes do PCE porque seu regime ainda não havia entrado em dificuldades, mas quando a classe operária se recompôs da duríssima derrota da guerra civil e pôs o regime contra as cordas algumas

décadas depois, o setor dominante do franquismo mandou o “bunker” ficar calado e aceitou sem reclamar a generosa oferta de reconciliação que lhe fazia o PCE – que estava à frente da luta antifranquista – para salvar sua pele.

O PSOE, ainda em 1976, aprovou uma resolução política em seu 27o Congresso que suprimia a “superação do modo de produção capitalista mediante a tomada do poder político e econômico e a socialização dos meios de produção, distribuição e troca pela classe trabalhadora”. No entanto, muito cedo seguiu na esteira da direção do PCE na busca de um acordo pactuado com o velho regime. PCE e PSOE circunscreveram seu objetivo político a um regime democrático formal que deixasse intacto o poder econômico e o aparato de Estado do franquismo, traindo as expectativas socialistas de milhões de pessoas que, corretamente, vinculavam o franquismo ao próprio regime capitalista. Ademais, dedicaram-se a elogiar e a lavar a cara do rei, de Suárez e de dezenas de antigas autoridades franquistas convertidos em “democratas de toda a vida”.

O mais grave foi que os dirigentes do PCE e do PSOE não utilizaram a força descomunal demonstrada por milhões de trabalhadores, mulheres, jovens, profissionais liberais, pequenos proprietários empobrecidos e intelectuais progressistas para assegurar um regime socialista democrático, mas somente para obter uma democracia avançada: manteve-se a monarquia herdada do franquismo com sua odiada bandeira; manteve-se intacto o aparato franquista com seus milhares de fascistas, torturadores e assassinos; aceitou-se a “unidade indissolúvel” da Espanha sob a vigilância do exército franquista etc.

Os dirigentes operários e da esquerda também endossaram todo tipo de “pactos sociais” e econômicos (como os *Pactos de la Moncloa*)

que descarregavam todo o peso da crise capitalista daqueles anos nos ombros das famílias trabalhadoras. Tudo isso conduziu a um refluxo da mobilização social e a uma profunda decepção e desmoralização política que durou décadas. A Constituição de 1978 não foi nenhum “contrato social” subscrito amigavelmente entre duas partes da sociedade, mas o fruto de uma traição política às expectativas de uma mudança revolucionária desejada pela maioria da sociedade. Foram as direções da esquerda, fundamentalmente do PCE, que inventaram o conto de “aí vem o lobo” sobre o perigo de golpe militar se as demandas populares fossem demasiado longe que foi utilizado para conter e frustrar o processo revolucionário que estava sendo incubado no seio da sociedade espanhola.

Que não venham com o argumento de que esse “aviso” era real recorrendo-se à tentativa de golpe de 1981. Para não falar das obscuras implicações que rodearam essa tentativa de golpe, que permanecem ocultas como “segredo de Estado”, ele se produziu não no auge do movimento revolucionário (1976-1977), mas justamente no momento de mais profundo refluxo político e social daqueles anos, provocado pelas políticas das direções do PCE e do PSOE.

O CARÁTER FRAUDULENTO DAS ELEIÇÕES DE 15 DE JUNHO DE 1977

Nessas semanas está havendo todo tipo de comemorações sobre o 40o aniversário das primeiras eleições depois de 40 anos de ditadura franquista. Vimos a condecoração dos deputados dessa primeira legislatura, incluindo velhos franquistas convertidos como Martín Villa, procurado pela justiça internacional por sua implicação nos crimes do franquismo e nos primeiros anos da Transição.

O discurso de “sua majestade” no Congresso em 28 de junho teve



Felipe González e Afonso Guerra

palavras de agradecimento a demócratas de velha e nova estirpe, incluindo seu pai, Juan Carlos, mas não teve uma só palavra de alento e agradecimento aos milhares de lutadores antifranquistas que arriscaram a pele e a vida para trazer as liberdades democráticas a este país.

Há que se reconhecer a valentia e a audácia dos dirigentes do Unidos Podemos em tomar distância desse ato oficial e em organizar um ato paralelo no Congresso em agradecimento e reconhecimento aos lutadores antifranquistas com a apresentação dos mesmos e dos familiares de alguns dos assassinados.

No entanto, os dirigentes da esquerda, os de então e os de agora, utilizaram o resultado daquelas eleições, onde o partido criado pela ala “reformista” do franquismo, a União de Centro Democrático (UCD) ficou em primeiro lugar, para reafirmar-se na ideia de que a maioria da população não queria o socialismo e sim terminar simplesmente com a ditadura e que, por-

tanto, não se podia fazer mais do que se fez.

Essa também é uma conclusão que escamoteia a verdade histórica. Responderemos a isso de forma pormenorizada:

a) Oculta-se, ou deixa-se em segundo plano, que durante aproximadamente dois anos antes das eleições de 15 de junho de 1977, desde o próprio novembro de 1975, a classe trabalhadora, principalmente, desenvolveu uma luta muito potente, que produziu dezenas de mortos nas mãos da polícia – sim, mortos que há de se colocar nos governos do “democrático” rei Juan Carlos – e que permanecem impunes.

b) Oculta-se que o resultado dessas lutas e da repressão do regime pós-franquista geraram situações potencialmente revolucionárias que poderiam ter conduzido a uma transformação socialista da sociedade de forma relativamente pacífica, no mínimo em duas oportunidades: em março de 1976, depois dos crimes de Vitoria, e sobretudo em janeiro de 1977, depois do massacre de Atocha.

c) Se essas situações potencialmente revolucionárias não chegaram a se desenvolver até a sua conclusão final foi, principalmente, pelo papel de freio e de paralisia do movimento que conscientemente desempenharam as direções do PCE e das CCOO naquelas situações, negando-se a mobilizar, esfriando os ânimos, isolando os conflitos em vez de estendê-los em nível estatal; frustrando definitivamente a indignação da classe trabalhadora para ajustar contas com o velho regime.

d) A razão por que os dirigentes do PCE e das CCOO agiram assim era simples: não acreditavam nem confiavam na luta pelo socialismo, não acreditavam nem confiavam na capacidade da classe trabalhadora para dirigir a sociedade, não tinham outro horizonte além de um regime democrático-burguês e qualquer outra coisa lhes parecia o caminho ao abismo. Eles próprios acreditavam em seus próprios contos de ameaça de “golpe militar”, que logo transmitiam aos seus quadros e, através destes, a setores da vanguarda e das massas.

e) Desviaram todas as ilusões das camadas avançadas sobre as quais tinham autoridade e, através delas, das massas mais amplas para o parlamentarismo burguês. Dessa forma, apagavam e rebaixavam o nível de consciência das camadas avançadas e das mais atrasadas recém-despertadas para a luta política.

f) Ao desviar a luta revolucionária para o parlamentarismo burguês, onde se confrontariam direita e esquerda, os dirigentes do PCE se permitiram outorgar credenciais democráticas aos políticos franquistas convertidos em democratas: Suárez, Fraga, Juan Carlos e outros.

g) Às camadas mais atrasadas recém-despertadas para a política, na medida em que lhes era fechada a perspectiva de uma mudança radical no sistema através da luta revolucionária da classe trabalhadora, era oferecido outro caminho

aparentemente “mais fácil”, “mais indolor” de terminar com a ditadura, e este era o de confiar nos “novos democratas” do velho regime franquista, a quem os dirigentes da esquerda acabavam de outorgar suas credenciais democráticas. Foi esse o setor das massas que foi enganado em benefício da confiança no “centro” de Adolfo Suárez.

Há que se desterrar o mito de qualificar as eleições de 15 de junho de 1977 como democráticas. O PCE não foi legalizado até abril, dois meses antes de serem celebradas. Apesar de ter sido o partido da esquerda que mais concessões fez ao regime, este premiou o PSOE, ao qual considerava mais domesticável por seus vínculos com a socialdemocracia internacional, apesar de que, em palavras, suas posições soassem mais esquerdistas que as do PCE. Assim, o PSOE fez campanha com o dinheiro da socialdemocracia internacional e do próprio governo de Suárez, como se revelou recentemente. Legalizado em fevereiro, teve mais tempo à sua disposição para se promover.

A esquerda teve acesso muito limitado aos meios de comunicação oficiais que se voltaram desavergonhadamente para a UCD de Suárez, que dispunha a seu favor de todos os recursos econômicos do Estado e dos grandes empresários e banqueiros.

Como já mencionamos, impediu-se de votar aos 2 milhões de jovens de 18 a 21 anos de idade que eram majoritariamente votos da esquerda, o mesmo aos 1 milhão de imigrantes que eram fundamentalmente trabalhadores e também giravam a favor da esquerda.

Na representação parlamentar, como se disse também, deu-se maior representação às províncias rurais e despovoadas, mais atrasadas politicamente – da mesma forma que hoje –, para castigar o voto de esquerda concentrado nas grandes cidades e núcleos industriais. Também foi introduzido um sistema de alocação antidemocrática e

não verdadeiramente proporcional de deputados (o sistema D’Hont) para favorecer a lista mais votada que premiava a UCD por haver, na esquerda, uma maior divisão de votos com a existência de até três partidos com possibilidades de obter representação parlamentar (o PSOE, o PCE e o Partido Socialista Popular de Tierno Galván, considerado como mais esquerdista que o PSOE).

Se por acaso fosse pouco, o regime impôs um sistema bicameral, com um Senado que tinha e tem direito de veto em primeira instância sobre as decisões do Congresso. A eleição do Senado era ainda mais antidemocrática se possível, já que dava a mesma representação a todas as províncias (3 senadores) independentemente de sua população, o que superrepresentava as províncias mais despovoadas, rurais e conservadoras. Para tornar isso ainda mais antidemocrático, 41 dos 258 senadores foram eleitos por designação real, isto é, escolhidos a dedo por Juan Carlos, dentre os quais se destacava uma maioria de senadores de direita e ex-franquistas para assegurar também a maioria de direita na segunda câmara.

O lamentável de tudo isso é que a esquerda aceitou participar dessas eleições nessas condições de desvantagem clara. Mais grave ainda era o fato de que essas eleições tinham caráter constituinte, isto é, o parlamento eleito tinha como tarefa elaborar um projeto de Constituição. Uma ameaça de boicote às eleições, sustentada na mobilização popular, teria obrigado o regime a recuar e a assegurar eleições em condições mais democráticas. Mas os dirigentes da esquerda aceitaram sem protestar, porque já haviam chegado a um acordo com o regime e haviam concordado com a ideia de que foram os “novos democratas” ex-franquistas que pilotaram a “transição” e não a esquerda. Havia acordado, nos gabinetes e nas negociações

a portas fechadas com o regime, a manutenção da monarquia e do aparato de Estado franquista, e haviam renunciado à república. Que um parlamento com maioria de esquerda renunciasse à república teria sido visto como uma traição descarada pela classe trabalhadora espanhola. Por isso, tratava-se de esfriar o ambiente revolucionário na classe trabalhadora e em suas expectativas sobre a escala das mudanças por vir. Por isso se prestaram a participar de eleições semidemocráticas que asseguraram uma maioria parlamentar relativa ao partido “democrata” do velho regime. Essa é toda a verdade sobre esse assunto.

A UCD de Suárez conseguiu 34,4% dos votos e a Alianza Popular (AP) de Fraga, 8,1%. O PSOE obteve 29,3%, o Partido Socialista Popular de Tierno Galván (que mais tarde se fundiria ao PSOE), 4,5%, e o PCE, 9,3%. Assim, apesar de tudo, PSOE, PCE e PSP ganharam mais votos que a UCE e a AP juntos e ganharam amplamente nas grandes cidades e centros industriais. Se a esses resultados fossem somados os votos dos jovens e emigrantes que não puderam votar, a vitória da esquerda teria sido esmagadora.

Para que possamos perceber a armadilha do escrutínio eleitoral, basta dizer que a UCD, com 34,4% dos votos, ganhou 165 cadeiras parlamentares, 47,1% dos deputados! Isso, junto aos 16 deputados conseguidos pela AP, fazia com que a direita franquista e “ex-franquista” assegurasse a maioria absoluta do Congresso, com 181 deputados, e impusesse seus vetos às medidas mais avançadas apresentadas pela esquerda na futura Constituição. A esquerda, em troca, com 43,1% dos votos, conseguiu apenas 144 deputados, 41,1% da representação popular.

No Senado, dos 258 senadores eleitos, com a colaboração da “escolha a dedo” de Juan Carlos, 145 eram de direita e “ex-franquistas”.

Basta isso para mostrar o caráter fraudulento do resultado eleitoral de 15 de junho de 1977. Uma autêntica burla à vontade popular.

POR QUE GANHOU A UCD?

Deixando de lado os truques e armadilhas parlamentares, também havia uma explicação política para a “vitória” da UCD que não é difícil de entender. Como explicamos anteriormente, depois de muitos meses, a luta grevista não havia chegado a um resultado decisivo devido à negativa da direção, sobretudo do PCE, de propor sua generalização. Isso teve como consequência que um amplo setor das massas voltasse seus olhos para outras opções. As aspirações democráticas confusas e ambíguas de um setor da população que despertava pela primeira vez para a política – constituído por milhões de pequenos comerciantes, camponeses, donas de casa, aposentados, funcionários, professores, camadas médias e setores mais atrasados politicamente da classe trabalhadora – foram sequestradas pela demagogia da UCD que, aparentemente, representava “o caminho de menor resistência, o caminho mais fácil” para a democracia. Era o voto do medo, da indecisão e da incerteza ante o futuro, que foi reforçado porque ninguém lhes assinalava uma alternativa clara. O fato de que, tanto antes quanto durante a campanha eleitoral, os próprios dirigentes do PSOE e do PCE dedicassem todo tipo de elogios a Suárez, dizendo que este e o rei haviam trazido a democracia, também foi um fator decisivo. Em vez de desmascarar esses burgueses “democratas” perante as massas, em vez de educar a classe trabalhadora na ideia de confiar somente em sua própria força, organização e consciência e de ensinar a desconfiar de todas as promessas e da demagogia democrática da UCD, prestaram-se à colaboração de classes e a limpar a imagem de

uma burguesia progressista inexistente.

O fracasso eleitoral do PCE tem uma explicação totalmente política. Toda a política de Carrillo antes das eleições foi a de fazer uma concessão atrás da outra (aceitando a monarquia e a bandeira nacional franquista que exibia em atos públicos, o apoio a Suárez etc.). Em menor medida, também afetou o partido sua associação com o stalinismo nos setores mais atrasados da classe trabalhadora, que viam com rejeição os regimes burocráticos da URSS e do Leste Europeu.

No campo da esquerda existiam duas grandes opções: o PCE, que contava com várias centenas de milhares de militantes abnegados, e o PSOE, que, apesar de sua menor militância, conectava com a memória histórica de uma parte muito importante dos trabalhadores e da juventude. No fundo as diferenças políticas entre os dirigentes do PSOE e do PCE eram desprezíveis. O PCE havia se encarregado de esfriar qualquer expectativa de uma mudança revolucionária, exagerando e difundindo o risco de um “golpe”. Consequentemente, isso beneficiou o PSOE. Este obteve o apoio da Internacional Socialista, aparecia sem o peso do stalinismo e com mais facilidades de chegar ao poder através das urnas sem provocar a reação, o que, junto ao seu legado histórico, possibilitou que obtivesse um apoio eleitoral muito superior ao do PCE.

O PSOE emergiu como o partido operário mais importante entre a classe trabalhadora, ganhando claramente em Astúrias, Andaluzia, Barcelona, Biscaia, Valência, Zaragoza, Alicante, Guipúzcoa etc. Na então província de Madri, os votos unidos dos partidos operários representavam 53% frente aos 47% da UCD e AP.

Os nacionalistas burgueses catalães e do PNV tiveram um percentual significativo de votos devido ao abandono do PSOE e do PCE à luta pelos direitos nacionais da



Greve da SEAT

Catalunha e do País Basco. Apesar de tudo, o PSOE foi o partido mais votado em ambas as comunidades.

De qualquer forma, a UCD não conseguiu a maioria absoluta no Parlamento, devendo se apoiar na muleta parlamentar que logo lhe emprestariam o PSOE e o PCE, como se viu nos meses e anos posteriores.

Em todo caso, as eleições em condições de democracia burguesa limitada, e ainda mais na Espanha de 1977, tinham valor relativo. Os resultados não refletiram a autêntica correlação de forças, tremendamente favoráveis à classe trabalhadora para a superação do capitalismo. Constituíram uma foto fixa de uma situação dinâmica e muito flutuante, onde o ódio à ditadura e à direita pós-franquista estava muito presente em cada luta, em cada reivindicação.

O DESTINO TRÁGICO DO PCE

Se no Estado espanhol em junho de 1977 existisse um partido verdadeiramente marxista ou comunista, com uns 10% de apoio eleitoral somados a sua hegemonia nas grandes fábricas, nas associações de bairros e no movimento es-

tudantil e controlando o principal sindicato do país, as CCOO – como era o PCE em todos esses casos – com uma política correta, esse partido podia ter elevado o seu apoio nos meses seguintes nas camadas mais amplas dos trabalhadores e das classes médias golpeadas pela crise. O que se necessitava era de uma explicação paciente, colocando uma alternativa socialista consequente, deixando que as camadas mais atrasadas e vacilantes da classe trabalhadora realizassem sua experiência com o governo da UCD e com a oposição vacilante do PSOE, que começava a girar à direita em condições crescentes de crise econômica e mal-estar social.

A condição para que isso acontecesse era que o PCE girasse claramente à esquerda, que se colocasse à cabeça das inúmeras lutas que ocorreram nos meses seguintes e se opusesse aos pactos e acordos que a burguesia espanhola exigia para fazer com que as famílias trabalhadoras pagassem pela crise do sistema.

Lamentavelmente, a conclusão que tiraram os dirigentes do PCE das eleições de junho de 1977 foi que o partido ainda parecia demasiado radical e giraram ainda mais

à direita. Foram o PCE e as CCOO que lideraram e impuseram os Pactos de la Moncloa ao conjunto da classe (inicialmente, a UGT se opôs), que basicamente consistiram em passar para a classe trabalhadora todo o peso da crise.

É uma lei que, quando existem dois partidos importantes na esquerda que defendem programas muito similares, neste caso reformistas, as massas trabalhadoras se orientem pelo que parece maior e tenha mais possibilidades de chegar ao poder. Por isso, o enfraquecimento do PCE provocou maior transferência de votos e de apoio ao PSOE nos anos posteriores.

O PCE, que começou sendo a organização mais poderosa no início da Transição, terminou praticamente destruído no início dos anos 1980 como fruto das falsas políticas que emanaram de sua direção ao longo dos anos. Essa é a razão por que a burguesia espanhola e os antigos franquistas convertidos em democratas na UCD, no Ciudadanos e no PP tenham dedicado tantos elogios ao PCE da Transição e a Santiago Carrillo, a quem consideraram justamente o salvador da crise d regime que viveu o capitalismo espanhol com a morte do ditador.

CONCLUSÕES

Está claro que o regime atual e sua Constituição são incapazes de encarar as transformações básicas para satisfazer as necessidades sociais e democráticas da maioria da população. O Unidos Podemos deve assinalar as tarefas democráticas inconclusas que exigem uma solução: a depuração do aparato do Estado de pessoas vinculadas diretamente com a ditadura, a completa separação da Igreja do Estado, a eleição do chefe de Estado pelo povo (república) e dos juízes pela população, assim como o “direito de decidir” das nacionalidades históricas.

A oligarquia econômica dos bancos e grandes empresas e as

altas instituições do Estado fracassaram completamente em oferecer um futuro a milhões de trabalhadores e jovens. Pelo contrário, somente oferecem desemprego, pobreza crescente, salários baixos, emprego precário, emigração, desmantelamento dos serviços sociais, impunidade, corrupção, enriquecimento dos poderosos e aumento da repressão policial e judicial contra os trabalhadores e a juventude que lutam.

A corrente marxista Lucha de Clases apoia a abertura de um novo processo constituinte para superar o Estado monárquico atual sustentado no aparato burocrático praticamente inalterado do franquismo. Defendemos uma república baseada nas conquistas e direitos democráticos mais avançados, que inclua o direito de autodeterminação das nacionalidades históricas, pois a única união que nos interessa é a união voluntária dos povos que constituem o Estado espanhol.

No entanto, consideramos im-

possível avançar até esse modelo de Estado sem transformar paralelamente as estruturas econômicas do sistema capitalista, de onde ganham sustentação e se nutrem as forças reacionárias sociais e repressivas que se opõem ao avanço, ao progresso e ao bem-estar da maioria da sociedade.

A soberania popular não pode consistir em uma série de direitos políticos enumerados em um papel, mas deve ser complementada com a propriedade coletiva e democraticamente administrada das alavancas fundamentais da economia (a grande propriedade industrial, latifundiária, financeira e comercial) e dos recursos naturais de nossos territórios para planificá-los democraticamente a fim de colocá-los a serviço do bem-estar geral e dar plena satisfação às prementes necessidades sociais.

Portanto, devemos vincular a luta pela república à expropriação dessas alavancas fundamentais e arrancá-las das mãos das 200 famílias que as possuem.

Em última análise, vinculamos

a luta por uma república democrática e avançada dos povos ibéricos, federados em pé de igualdade, à luta pela transformação socialista da sociedade. Nossa alternativa se resume na palavra de ordem "República Socialista Federal".

"A vida ensina", como gostava de repetir Lenin. A profundidade da crise orgânica do sistema capitalista em nível internacional mostrará à classe trabalhadora, de forma cada vez mais palpável, que sob o capitalismo não há saída; e mostrará a necessidade de tomar em suas mãos o controle da sociedade para administrá-la no interesse da imensa maioria que somos os trabalhadores e nossas famílias.

A classe trabalhadora espanhola, uma vez dispersa a névoa da inércia social neste novo período que começa, recuperará suas tradições revolucionárias e o movimento operário em nosso país e em escala internacional tornará realidade a tarefa que a história lhe confiou: a sociedade socialista.



Pactos de Moncloa: Tierno Galván, Carrillo, Triguero, RAventós, González, Ajuriaguerra, Suárez, Fraga, Calvo Sotelo e Roca

O marxismo e a luta contra o racismo

Felipe Araujo

O racismo é uma ideologia criada para legitimar a exploração de um ser humano sobre o outro. Essa teoria se baseia na ideia anticientífica de que o mundo é dividido entre raças, e que certas raças são inferiores a outras e, por isso, merecem ser tratadas de forma sub-humana.

Essa ideologia sempre foi enfrentada pelos marxistas. Toda a história do marxismo foi acompanhada de uma obstinada luta contra a opressão e a exploração. Qualquer um que afirme o contrário ou desconhece totalmente a história ou está usando de

mentiras para difamar a teoria que mais lutou pela igualdade de direitos e pelo fim da opressão de um ser humano sobre o outro.

A frase provavelmente mais conhecida do marxismo afirma: Trabalhadores de todo o mundo uni-vos. Nela se concentram os princípios mais básicos do marxismo: a unidade da classe trabalhadora e o internacionalismo, ou seja, toma partido pelos explorados, por aqueles que representam a parcela explorada da sociedade (o proletariado) e afirma que ela deve se organizar em escala internacional para

vencer a classe que a explora, a burguesia. Só essa curta frase já seria o bastante para afirmar que a luta dos marxistas é também a luta contra o racismo, afinal, a opressão racista foi uma das principais armas de subjugação da classe trabalhadora negra e indígena, além do que, se essa unidade deve extrapolar os limites nacionais, chegando a todos os trabalhadores do mundo, obviamente, os povos africanos, asiáticos e sul americanos não podem ser excluídos desse processo.

“Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar aquilo que não possuem. Como, porém, o proletariado tem por objetivo conquistar o poder político e erigir-se em classe dirigente da nação, tornar-se ele mesmo a nação, ele é, nessa medida, nacional, embora de nenhum modo no sentido burguês da palavra. [...] A supremacia do proletariado fará com que tais demarcações e antagonismos desapareçam ainda mais depressa. [...] Suprimi a exploração do homem pelo homem e tereis suprimido a exploração de uma nação por outra.” (Manifesto do Partido Comunista)

A verdade é que, para a época em que o marxismo surgiu, ele pode ser considerado uma das filosofias mais progressista que havia, talvez a mais de todas, no que diz respeito aos direitos à igualdade e dignidade de qualquer ser humano.

Para comprovar isso, basta acessar os manifestos escritos pelos marxistas e constatar que o marxismo foi vanguarda no que diz respeito à luta por igualdades de direitos, defendendo acesso à escola pública para toda



Steve Biko, autor da célebre frase: “Racismo e capitalismo são duas faces de uma mesma moeda”

sociedade, salários iguais para mulheres e homens, redução da jornada de trabalho para todos, direito ao voto e organização política, fim da escravidão e servilismo, entre muitas outras reivindicações que nem os filósofos mais “progressistas” eram “capazes” de defender. E não só defender da boca para fora, mas se organizar e lutar por essas bandeiras, inclusive sendo perseguidos e presos, em virtude de suas convicções e militância.

Diferente do que muitas pessoas pensam, o marxismo não é apenas uma filosofia, no sentido de ser uma teoria que se limita a analisar ou criticar a realidade. A filosofia marxista (materialismo dialético) é, antes de tudo, uma Práxis, ou seja, uma ferramenta de transformação social. É por isso que Marx afirma na 11ª tese dirigida a Feuerbach: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, cabe agora transformá-lo”. Desse modo, o marxismo não é uma teoria acadêmica e sim uma ciência que se formou a partir da observação do movimento da luta de classes e da forma como a classe trabalhadora se comportou nas suas muitas lutas por emancipação. O marxismo olha o mundo segundo a perspectiva da classe trabalhadora, por isso, é tão sensível às questões da luta contra o racismo, ou contra o machismo, porque se tratam dos grilhões que o capitalismo tenta nos impor. Sobre a escravidão Marx afirma:

“Nos Estados Unidos da América do Norte, todo movimento operário independente ficou paralisado durante o tempo em que a escravidão desfigurou uma parte da república. O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro. Mas da morte da escravidão brotou imediatamente uma vida nova e rejuvenescida. O primeiro fruto da

guerra civil foi o movimento pela jornada de trabalho de 8 horas, que percorreu, com as botas de sete léguas da locomotiva, do Atlântico até o Pacífico, da Nova Inglaterra à Califórnia.” (O Capital, Livro 1, Grifo nosso)

Nesse trecho Marx deixa evidente que a opressão dos negros representa também a opressão de toda classe trabalhadora, não sendo possível que a mesma avance enquanto uma fração significativa de nossos irmãos de classe ainda permanece sob o jugo mais pesado do sistema capitalista.

Nesse trecho também podemos perceber como que a superação da escravidão garantiu um fôlego de luta para toda a classe trabalhadora, de modo que não era possível se contentar com a aparente liberdade, enquanto as jornadas de trabalho eram tão extenuantes, análogas à escravidão. Esse é um exemplo evidente de como a luta marxista sempre se mirou no movimento operário e como contribuiu para que as lições da classe trabalhadora de um país servissem de estímulo e aprendizado para os trabalhadores de outros países, na luta por direitos, pela dignidade, por liberdade.

LUTA DE CLASSES E RACISMO

Algumas pessoas afirmam que os marxistas secundarizam a luta contra o racismo, privilegiando a luta contra a classe dominante. Porém, essa é uma grande incompreensão sobre o materialismo dialético. Primeiro porque nenhuma pessoa que se diga marxista poderia ignorar o que representa a ideologia racista na vida da classe trabalhadora, caso faça isso estaria indo contra os princípios do materialismo.

Segundo, porque para os marxistas “racismo e capitalismo são duas faces de uma mesma moeda”, como afirmou o militante

sul-africano Steve Bantu Biko. Dessa forma, se torna impossível vencer o racismo enquanto não superarmos o sistema que o perpetua, assim como é impossível vencer o capitalismo sem enfrentar suas ideologias que buscam oprimir, explorar e fragmentar a classe trabalhadora. O que os marxistas se recusam a fazer é ver a realidade de forma fragmentária e estática, como se fosse possível garantir conquistas reais para os negros, ou mulheres, sem ir à raiz dessas opressões, ou seja, o sistema capitalista.

Os marxistas foram muitas vezes acusados de “secundarizar” a luta negra porque se recusaram a se contentar com as migalhas que caem da mesa da burguesia. Desse modo, os revolucionários quando lutam por uma conquista o fazem para o conjunto da classe trabalhadora e não apenas para uma pequena parcela. Por exemplo, no caso da luta por educação, os marxistas sempre irão lutar por vagas públicas, gratuitas e para todos. Nunca nos contentaremos com medidas paliativas, que em vez de ir à raiz do problema oferecem uma “solução” que irá contemplar apenas uma minúscula parcela, enquanto a imensa maioria tem negado esse direito tão básico. Jamais aceitaremos as políticas reformistas que afirmam que “já que não há vagas para todos, que ao menos dentro das escassas vagas, sejam garantidas algumas para nós negros”.

Os marxistas não defendem a linha reformista, que acredita ser possível melhorar o sistema capitalista. Pelo contrário, somos revolucionários porque entendemos que a única solução real para a classe trabalhadora é a destruição desse sistema injusto e desigual e a construção de uma sociedade sem classes, o socialismo. Para isso, propomos algo bem simples: o fim da proprieda-



Legenda está no arquivo que te passei

de privada dos grandes meios de produção, de modo que a produção seja socializada, organizada e a sua distribuição seja feita de acordo com as necessidades da sociedade e não para o desfrute das classes dominantes.

Cada dia que passa temos mais provas de que não é possível humanizar o capitalismo. Sempre que há uma crise, como a que estamos vivendo agora, a primeira coisa que a burguesia faz é atacar as conquistas dos trabalhadores e impor contrarreformas. No Brasil estamos acompanhando esse movimento, onde a Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência e a Reforma do Ensino Médio estão arrancando direitos que pensávamos

serem definitivos. Porém, no capitalismo nenhuma reforma é permanente; ele dá com uma mão e tira com a outra.

É por isso que os socialistas revolucionários sempre defendem a importância da independência da classe trabalhadora, de modo que ela não se curve aos interesses da burguesia. A Revolução Russa de 1917 foi a prova de que a luta da classe trabalhadora pode garantir conquistas que a sociedade capitalista é incapaz de oferecer. Mesmo com toda as dificuldades que os revolucionários russos passaram, eles experimentaram conquistas que eram impensáveis mesmo para os países capitalistas mais “avançados” e que não existem

em muitos países da sociedade atual, como por exemplo, direito ao aborto, voto feminino, auxílio maternidade, salário iguais para homens e mulheres, creches públicas entre muitas outras conquistas.

A Internacional Comunista prestava toda sua solidariedade à luta contra as imposições imperialistas às colônias, sobretudo após a revolução de 1917, que deu provas de que a revolução operária era possível, mesmo em países onde não havia ocorrido uma revolução burguesa. Em seu segundo congresso (1920) é elaborada uma Tese Sobre a Questão Nacional e Colonial:

“Também é necessário, em primeiro lugar, explicar constante-

mente que só o sistema Soviético é capaz de garantir uma verdadeira igualdade das nações, unindo primeiro os proletários e depois toda a massa da população trabalhadora na luta contra a burguesia, e segundo, que todos os partidos comunistas devem prestar ajuda direta aos movimentos revolucionários das nações dependentes e desfavorecidas (por exemplo, a Irlanda, os negros Americanos, etc.) e nas colônias.”

Já em seu quarto congresso (1922) é discutida a questão da luta negra e apresentada uma Tese Sobre a Questão Negra, afirmando a importância da luta contra o racismo:

“A questão negra tornou-se parte integrante da revolução mundial. A Terceira Internacional já reconheceu a valiosa ajuda que os povos de cor Asiáticos podem dar à revolução proletária, e ela percebe que nos países semi-capitalistas, a cooperação com os nossos irmãos negros oprimidos é extremamente importante para a revolução proletária e para a destruição do poder capitalista. Portanto, o IV Congresso dá aos comunistas a responsabilidade especial de vigiar de perto a aplicação das ‘Teses sobre a questão colonial’ à situação dos negros.”

Vemos que os marxistas estavam atentos às lutas que a classe trabalhadora estava travando em todo o mundo, sobretudo nos países coloniais, apesar de toda dificuldade de comunicação e de organização que havia naquela época. A questão negra sempre foi acompanhada com atenção por Trotsky, que foi um dos primeiros a defender o protagonismo da classe trabalhadora na revolução em países coloniais, combatendo a posição de Stalin, que defendia a ideia de “socialismo em um único país”. Essa ideia, que rompia com os princípios marxistas do internacionalismo, defendia ser possível a convivência entre capitalismo

e socialismo, ao mesmo tempo em que rompia com a ideia de que a classe trabalhadora era a agente da revolução socialista, o que causou uma burocratização contrarrevolucionária. Enquanto a política estalinista dizia, da boca para fora, apoiar as lutas nacionais, na prática largava essas colônias nas mãos do imperialismo, que jamais abriria mão de explorá-las, a menos que fosse destruído.

TROTSKY E O MOVIMENTO NEGRO NORTE AMERICANO

Mesmo exilado Trotsky ajudava a organizar a luta operária em vários países. Um exemplo é o texto O Problema Nacional e as Tarefas do Partido Proletário (1935), onde trata sobre a questão da África do Sul e as posições da Internacional Comunista, após a morte de Lenin.

“Na medida em que a revolução vitoriosa mudará radicalmente as relações, não apenas entre as classes, mas também entre as raças, assegurando aos negros o lugar no Estado que corresponde ao seu número, a revolução social na África do Sul terá igualmente um caráter nacional. Não temos qualquer razão para fechar os olhos sobre este aspecto da questão, ou minimizar sua importância. Ao contrário, o partido proletário deve, em palavras e atos, aberta e ousadamente, tomar nas suas mãos a resolução do problema nacional (racial).

Mas a resolução desse problema só pode e deve ser realizada pelo partido proletário pelos seus próprios métodos.

O instrumento histórico da emancipação nacional só pode ser a luta de classes.”

Durante um dos muitos exílios, em 1917 Trotsky esteve nos EUA. Durante os poucos meses que esteve no país, dedicou-se a estudar a conjuntura política e economia local, além de partici-

par das lutas do movimento operário norte-americano.

Essa viagem foi muito importante no futuro, para estreitar laços políticos com os militantes socialistas norte-americanos. Em seu texto intitulado Planos para a Organização dos Negros (1939), que se trata de uma conversa com C.L.R. James e outros líderes do Partido dos Trabalhadores Socialistas dos EUA. Trotsky orienta:

“Devemos dizer aos elementos conscientes dos negros que eles são convocados pelo desenvolvimento histórico para se tornar uma vanguarda da classe trabalhadora. O que serve como freio para as camadas mais altas? São os privilégios, os confortos que os impedem de se tornarem revolucionários. Isto não existe para os negros. O que pode transformar uma certa camada, torná-la mais capaz de coragem e sacrifício? Esse elemento concentra-se nos negros. Se acontecer que nós, no SWP (Partido dos Trabalhadores Socialistas - EUA), não somos capazes de encontrar o caminho para alcançar esta camada, então não somos dignos de nada. A revolução permanente e todo o resto seria apenas uma mentira.”

Esses trechos evidenciam a importância que Trotsky dava para a questão negra, que para ele não podia ser dissociada da luta de classes, assim como considerava fundamental difundir as ideias socialistas entre os valorosos militantes do movimento negro. Vários outros artigos, cartas e conversas transcritas se dedicaram a pensar a questão do negro, da luta antirracista e da emancipação dos povos oprimidos e colonizados. Na realidade, Trotsky foi um dos principais expoentes desse debate, com a diferença que entendia que as lutas pelas questões antirracistas e anticoloniais deveriam estar ligadas à luta contra o imperialismo e não se limitarem a questões da ordem nacional.

Trotsky já conseguia prever que a questão do racismo e dos direitos dos negros iria causar uma explosão social nos EUA. Algumas décadas depois (nos anos de 1950-60) a luta pelos direitos civis do negro pipocou por todo o país, onde vários militantes ganharam repercussão, como por exemplo: Malcon X, Martin Luther King Jr, Rosa Parks, entre vários outros negros que se colocaram contra as imposições racistas e na luta por igualdade, de diversas maneiras.

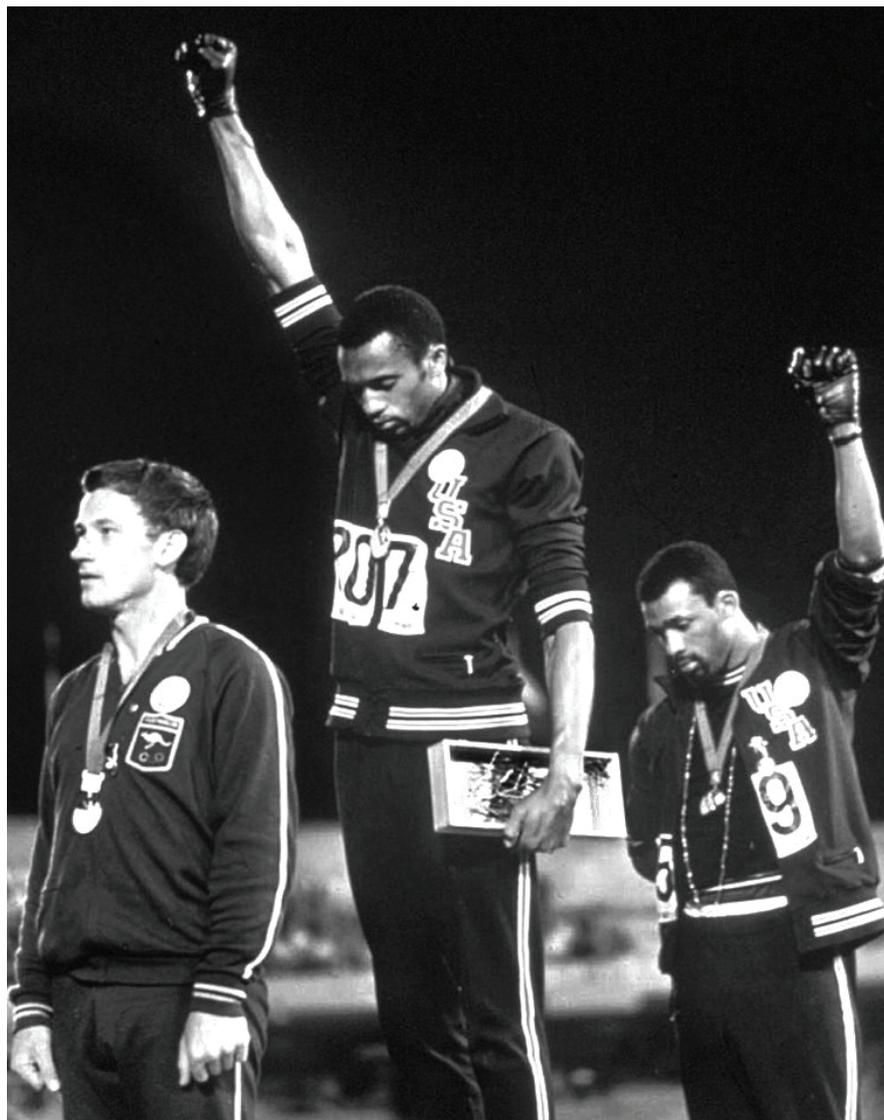
Um dos exemplos mais emblemáticos foi o Partido dos Panteras Negras (The Black Panther Party for Self-Defense), que foi assumindo, com o passar do tempo, uma postura cada vez mais firme contra o imperialismo capitalista. Os panteras tinham um jornal regular, panfletos, um programa político e utilizavam armas para garantir a autodefesa da população negra contra os abusos policiais recorrentes.

Esse partido político filiou milhares de militantes no país inteiro e tinha como lema: Todo poder ao povo. Embora nem todos os militantes dos panteras fossem declaradamente marxistas, a linha estava presente em muitos de seus materiais. Assim como algumas de suas lideranças defendiam o socialismo, como forma de derrotar o racismo. Vejamos um trecho de uma fala de Fred Hampton, um dos líderes dos Panteras Negras:

“Temos que enfrentar o fato de que algumas pessoas dizem que você luta melhor contra o fogo, usando o fogo, mas nós dizemos que você vence fogo com água.

Nós dizemos que você não luta contra o racismo com o racismo. Vamos combater o racismo com solidariedade. Nós dizemos que você não luta contra o capitalismo com capitalismo negro; você luta contra o capitalismo com o socialismo.

Nós não vamos lutar contra



Nos Jogos Olímpicos de 68, Tommie S. (ouro) e Carlos (bronze), erguem os punhos com luvas negras, em referência aos Panteras Negras

os porcos reacionários que correm para cima e para baixo na rua sendo reacionários; Nós vamos nos organizar e dedicar-nos ao poder político revolucionário e nos ensinar as necessidades específicas de resistir à estrutura de poder, armar-nos, e vamos lutar com porcos reacionários com a REVOLUÇÃO PROLETÁRIA INTERNACIONAL.

É isso que tem que ser. O povo tem que ter o poder: ele pertence ao povo.”

Obviamente que os panteras foram duramente perseguidos, tendo suas lideranças presas ou assassinadas, além de táticas mais inescrupulosas como a dis-

tribuição de drogas entre as comunidades negras, como forma de “anestesiá-la” a população e as lideranças e também para ter uma justificativa para reprimi-las. Não é à toa que os panteras travaram uma guerra contra as drogas, afinal, eles entendiam o poder pernicioso dela no seio da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que os governantes (e forças policiais) reprimiam a população negra, para conter essa onda de resistência que colocava em vulnerabilidade o sistema capitalista, eles também ofereciam formas de cooptar as lideranças e criar ilusões de que o capitalismo era viável.

Dessa forma, os presidentes norte-americanos Johnson e Nixon investiram pesado em “políticas de discriminação positiva”. Ao mesmo tempo, potencializavam a repressão através da linha política de Lei e Ordem (Law and Order), que com a justificativa de combater a criminalidade e o tráfico de drogas, matou e encarcerou milhões de negros, tornando o país campeão com a maior população carcerária do mundo. Tudo isso sem precisar lançar mão de uma ditadura. Entretanto, é claro que nem a violência nem o tráfico de drogas foram extinguidos. Na prática, eles aumentaram.

A LUTA CONTRA O RACISMO HOJE

Essa mesma política é aplicada no Brasil. A própria burguesia que lucra com o tráfico de armas e drogas financia projetos de “combate” às drogas e ao armamento. Todos sabem onde estão as grandes fazendas de drogas e as fábricas de armas. Porém, as forças de repressão do Estado decidem atacar o “menor da favela” em vez dos grandes empresários. Nessa guerra morrem soldados das forças armadas, soldados do tráfico, e principalmente, inocentes. Quem mais sofre as consequências é a classe trabalhadora, em especial os jovens negros, que sentem as chicotadas mais dolorosas que esses sistema lança contra nossas costas.

Só no ano de 2014 foram mais de 42.291 homicídios por arma de fogo no Brasil. E não é coincidência o fato de 60% desse total ser de jovens e 70% do total serem negros. Essa é uma realidade que massacra da juventude negra, que mora nos bairros operários (urbanos e rurais) desse país. E quando não nos matam querem aprisionar nossas mentes e corpos.

A luta contra o capitalismo é uma questão de sobrevivência.

A única saída é a nossa organização. A unidade da classe trabalhadora é o único método que garantirá nossa sobrevivência e nossas liberdades democráticas. Precisamos derrotar esse sistema e todas suas armas, que assassinam e torturam a classe trabalhadora no mundo inteiro.

O capitalismo já provou que deu errado para os pobres, e cada dia segue dando errado para mais gente. Esse sistema não funcionou para Rafael Braga, preso injustamente por andar com produtos de limpeza, servindo como bode expiatório das Jornadas de Junho de 2013. Esse sistema também não funciona para os mais de 29 mil jovens que morrem por assassinato todos os anos. Isso exige que sejamos radicais, precisamos ir na raiz do problema e derrotar o capitalismo de uma vez por todas. No Brasil, a luta contra a burguesia passa necessariamente por organizar os jovens e trabalhadores negros. Essa é a parcela da classe trabalhadora que mais tem razões para derrotar o capitalismo. Ao mesmo tempo é a que menos tem a perder, afinal, quase tudo já nos é negado.

Enfrentaremos esse problema em sua raiz, construindo o futuro socialista da sociedade. Uma sociedade aonde a liberdade e a igualdade de direitos não sejam apenas um sonho distante, mas uma realidade. Esse não é apenas um convite à reflexão, é um convite à organização e à luta. O lema dos Panteras Negras está cada vez mais atual: “Todo poder ao povo!” Todo poder para a classe trabalhadora!

Nenhum negro sem estudar! Vagas públicas, gratuitas e para todos, da creche à pós-graduação!

Nem polícia, nem tráfico, nem drogas! Liberdade, emprego e saúde para a juventude!

Mano não mate, mano não morra! Paz entre nós e guerras aos senhores!

Abaixo o racismo e o capitalismo! Pelo futuro socialista!

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

